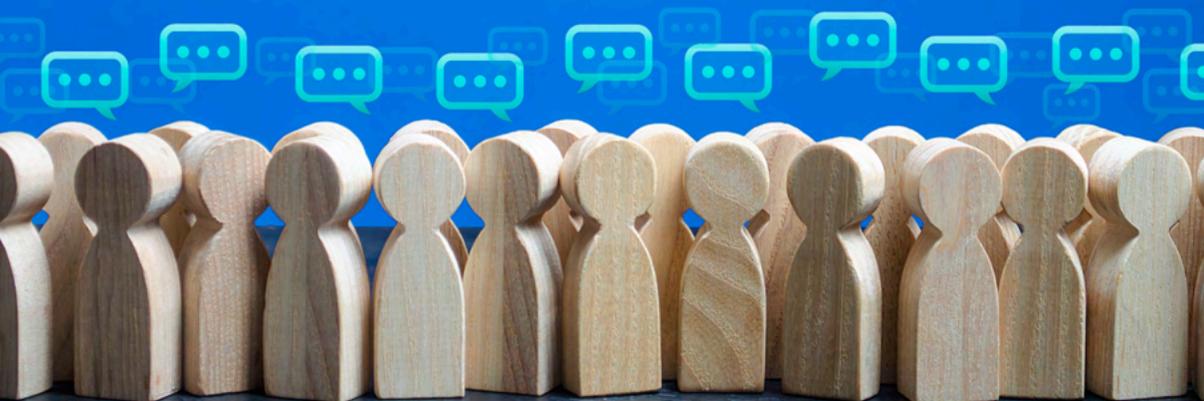


SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

# PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022



SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI  
(ORGANIZADORA)

# PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Atena  
Editora  
Ano 2022



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0268-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.688222705>

1. Ciências humanas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Pesquisa interdisciplinar nas ciências humanas e sociais aplicadas* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros.

O primeiro capítulo discute os impactos da pandemia de Covid-19 na agenda 2030, especificamente quanto aos objetivos de desenvolvimento sustentável de educação de qualidade e igualdade de gênero.

O segundo capítulo, por sua vez, discute os desafios, possibilidades e benefícios do trabalho interdisciplinar na prática docente no contexto da escola básica.

Já o terceiro capítulo discute a abordagem das capacidades humanas na perspectiva de Martha Nussbaum.

O quarto capítulo discute a importância e contribuição dos conhecimentos adquiridos pela comunidade quilombola, quanto ao uso de plantas medicinais para a realização de tratamentos.

O quinto capítulo, por sua vez, apresenta *os resultados obtidos com a coleta de dados para a construção do Branding Territorial* e o processo vivenciado na identificação dos *elementos físicos, geográficos, históricos, culturais e os aspectos simbólicos mais representativos da região*.

Já sexto capítulo analisa os benefícios quanto à promoção da percepção sensorial, visuais ou auditivos com o uso da Autonomous Sensory Meridian Response (ASMR).

O sétimo capítulo, que discute a fragilidade das políticas públicas direcionadas para a população em situação de rua.

E finalmente o oitavo capítulo, caracterizar o perfil resolutivo delineado para o Ministério Público brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AGENDA 2030: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO

Michele Lins Aracaty e Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227051>

### **CAPÍTULO 2..... 18**

A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA BÁSICA: DISCUSSÕES A PARTIR DA REFORMA CURRICULAR EM MATO GROSSO DO SUL

Alexandra Rocha Okidoi Felipe

Kelvin Rafael Rodrigues de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227052>

### **CAPÍTULO 3..... 29**

CAPACIDADES HUMANAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO E DOS PROCESSOS DE JUSTIÇA SOCIAL

Adriana Patricia Arboleda López

Roger Alexander Acosta Sánchez

Jovany Sepúlveda-Aguirre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227053>

### **CAPÍTULO 4..... 43**

COMUNIDADE QUILOMBOLA CACIMBINHA: DAS RAÍZES DA ESCRAVIDÃO NO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO, PARA A DIFUSÃO DOS SABERES ETNOBOTÂNICOS NA REGIÃO

Raquel Francisco Ramos

Daniel Rodrigues Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227054>

### **CAPÍTULO 5..... 56**

IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS COM ÊNFASE EM TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS

Valentine S. Vasquez-Munita

Leonardo X. Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227055>

### **CAPÍTULO 6..... 61**

APONTAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO BRANDING TERRITORIAL PARA CAMPO LARGO, PR

Anna Carolina Cavalheiro

André de Souza Lucca

Manoel Alexandre Schroeder

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227056>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA E AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO EM POLÍTICAS DE REINSERÇÃO NA SOCIEDADE	
Vitor Josias Gomes dos Santos	
Nilda Maria Ribeiro Silva	
Kelys Barbosa da Silveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227057">https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227057</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
A ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: ANÁLISE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
Cynthia Mara Vital Bonaretto	
Clauciana Schmidt Bueno de Moraes	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227058">https://doi.org/10.22533/at.ed.6882227058</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>107</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>108</b>

# CAPÍTULO 1

## O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA AGENDA 2030: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E IGUALDADE DE GÊNERO

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Michele Lins Aracaty e Silva**

**RESUMO:** Ao longo das inúmeras discussões acerca da necessidade de se buscar um denominador comum para o combate às desigualdades socioeconômicas e ambientais surge os 17 ODS's e suas 169 metas a serem cumpridas de forma coletiva até o ano de 2030. A emergência sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19 provocou a paralisação parcial ou total na atividade econômica ao nível mundial e impactou também as ações de construção da agenda 2030. Para tanto, temos como objetivo analisar os impactos da Covid-19 sobre os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero. Temos uma pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e com análise de conteúdo. Apesar de não termos uma resposta concreta acerca dos impactos da pandemia sobre os ODS 4 e 5, uma vez que a pandemia infelizmente ainda não acabou já podemos observar um abismo educacional inda mais profundo em termos de aprendizagem e oportunidades de acesso às tecnologias de ensino e aprendizagem e um expressivo aumento do número de casos de violência doméstica sobre as mulheres e sobrecarga da ocasionada pela ampliação da dupla jornada por elas desempenhada.

**PALAVRAS-CHAVE:** ODS 4 e 5; Agenda 2030. Covid-19.

**ABSTRACT:** In the course of numerous discussions about the need to seek a common denominator to combat socioeconomic and environmental inequalities, the 17 SDGs and their 169 goals emerged to be collectively achieved by the year 2030. The health emergency caused by the Covid pandemic -19 caused the partial or total stoppage of economic activity worldwide and also impacted the actions to build the 2030 agenda. To this end, we aim to analyze the impacts of Covid-19 on SDGs 4 and 5, quality education and equality of gender. We have a bibliographic and documentary research, of a qualitative nature and with content analysis. Although we do not have a concrete answer about the impacts of the pandemic on SDGs 4 and 5, since the pandemic is unfortunately not over yet, we can already observe an even deeper educational abyss in terms of learning and opportunities for accessing teaching and learning technologies. learning and a significant increase in the number of cases of domestic violence against women and the burden caused by the expansion of the double shift performed by them.

**KEYWORDS:** SDGs 4 and 5; Agenda 2030. Covid-19.

### INTRODUÇÃO

Desde a década de 1960, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável faz parte das pautas das conferências internacionais, e com a passar do tempo, problemáticas foram agregadas para que todos os países possam contribuir para o alcance desse desafio.

Muito se tem avançado nas discussões e nos acordos internacionais, mas a busca por erradicar a fome e a pobreza bem como proporcionar uma educação de qualidade e oportunidades iguais para homens e mulheres ainda constituem desafios globais.

Sabemos que a emergência sanitária provocada pela chegada do novo coronavírus colocou em evidência inúmeros desafios impactando direta e indiretamente todos os setores da economia, da sociedade e do meio ambiente.

O alcance dos resultados da Agenda 2030 também foi objeto de impacto, assim como os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero, objetos da nossa análise.

Em relação ao ODS 4: Educação de Qualidade para todos, o contexto da pandemia trouxe adversidades uma vez que esta área já era marcada pela desigualdade em diversas regiões, o problema se tornou ainda maior com o ensino à distância, provocando atrasos no desenvolvimento e aprendizado da população mais jovem e da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica bem como na sobrecarga e dificuldades enfrentadas pelos docentes em todos os níveis educacionais.

No plano da igualdade de gênero (ODS nº 5), havia um progresso mundial, já que, nos últimos tempos, cresceu o número de mulheres em postos de liderança e diminuiu a quantidade de meninas forçadas ao casamento em idade precoce. No entanto, a epidemia de coronavírus causou outros problemas: expôs um aumento de 30% na incidência de violência doméstica em função do confinamento, bem como maior demanda feminina em trabalho não remunerado. Isso sem mencionar os elevados índices de exaustão de trabalhadoras que, em teletrabalho, acumularam também tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Assim, para a construção deste texto utilizamos como base os documentos e levantamentos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), ONU Mulheres e Agenda 2030 com foco nos ODS 4 e 5: Educação de Qualidade para todos e Igualdade de Gênero.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Histórico do Desenvolvimento Sustentável**

De acordo com Goldemberg e Barbosa (2004), o final da década de 60 marca o início da disseminação dos ideais ambientalistas movidos pela preocupação com a situação do meio ambiente e seu impacto para as futuras gerações em vista do crescimento desordenado versus a necessidade de preservação dos recursos naturais. Mas, foi na década de 70, que o debate ganhou sustentação e escala mundial, a ONU, em 1972, realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente das Nações Unidas, em Estocolmo, na Suécia, e foi nesse momento que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram apresentados ao mundo.

Com o despertar da preocupação com o meio ambiente, com a escassez de recursos e com as futuras gerações, confeccionou-se um documento final que representa o manifesto ambiental para os tempos atuais: A Declaração de Estocolmo (1972).

Dessa maneira, com o passar dos anos, a preocupação com a natureza foi se tornando cada vez mais presente na sociedade, sendo proposto o termo: Desenvolvimento Sustentável. Para Barbosa (2008, p. 3), Desenvolvimento Sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tenta estabelecer meio ambiente e desenvolvimento como um binômio indissociável, em que questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas e ambientais encontram-se sobrepostas. Essa proposta assume um significado político-diplomático na medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial, com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos recursos naturais (MUNIZ; SANT´ANA JÚNIOR, 2009, p. 258).

O termo possui três pilares: o meio ambiente, a economia e a sociedade, consolidado através de um estudo realizado pela ONU no Relatório Brundtland (1987), conhecido como: “Nosso Futuro Comum”, afirmando que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades (BARBOSA, 2008).

Por fim, Desenvolvimento Sustentável deve ser entendido como aquele “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo” (SACHS, 2010, p. 10).

## **Histórico das Conferências Mundiais**

Após a industrialização e as Guerras Mundiais que trouxeram grandes impactos ao meio ambiente, a ONU realizou diversos eventos, fóruns, reuniões e conferências mundiais, que reuniram os principais líderes para debater sobre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Nessas conferências, são acordadas metas, estratégias e ações com base no compromisso dos participantes para os anos seguintes, de forma a dar mais ênfase às consequências ambientais e a busca por um desenvolvimento econômico e social. (ONU, 2020).

A Conferência de Estocolmo foi a primeira realizada pela ONU que abordou o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente, ocorreu em 1972, reunindo 113 países e seus principais líderes. Esta Conferência teve o grande mérito de alertar o mundo para o malefício que a deterioração do ecossistema poderia causar à humanidade como um todo. Teve o propósito de: reduzir a utilização de metais pesados na natureza, diminuir o uso de pesticidas na agricultura, melhorar a qualidade da água, debater sobre as mudanças climáticas e muitas outras metas. O fim da conferência estabeleceu os seguintes princípios:

eliminação das armas nucleares, preservação dos mares, ajuda financeira e tecnológica a países em desenvolvimento e gestão consciente dos recursos naturais. (JONES JR, LACERDA, SILVA, 2005).

A Eco-92, também conhecida como Cúpula da Terra, foi uma conferência realizada pela ONU em 1992, no Rio de Janeiro, contou com a participação de 178 países com o intuito de discutir sobre a degradação do meio ambiente e as futuras gerações. O resultado da conferência produziu os seguintes documentos: Agenda 21, Convenção da Biodiversidade, Convenção da Desertificação, Convenção das Mudanças Climáticas, Declaração de Princípios sobre Florestas, Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e Carta da Terra. (MARTINS, 2002).

A Conferência das Partes (COP) é uma convenção sobre a mudança do clima, com o objetivo de analisar os impactos causados pelas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera. A convenção objetivou estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa a um nível que impediria uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Foi durante a COP-1 em Berlim, com a presença de 117 países, que se estabeleceu o Mandato de Berlim, que teve como foco o consenso de todos os países para que pudessem realizar ações mais enérgicas quanto à mitigação do efeito estufa. (CETESB-SP, 2020).

Já na COP-2, realizada em 1996, em Genebra na Suíça, teve como instrumento para negociações o Relatório do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (IPCC), ficando definido que os países em desenvolvimento poderiam enviar uma comunicação preliminar à convenção, solicitando um auxílio financeiro e tecnológico ao Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF 2. Foi acordado também o estabelecimento de prazos e limites obrigatórios para a redução de gases de efeito estufa. (CETESB-SP, 2020).

Por fim, a COP-3, realizada em 1997, em Quioto no Japão, com a presença de 159 países, onde foi criado o Protocolo de Quioto definindo metas de redução de emissões para os países desenvolvidos.

A ONU realizou em 2002 em Joanesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, com a participação de 189 países, que firmaram compromisso através da Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento (2002), de construir uma sociedade global humanitária, equitativa, solidária e ciente da necessidade de dignidade humana para todos. Nessa conferência, a discussão não se limitou ao meio ambiente, mas foi ampliada às causas sociais principalmente no que tange à necessidade de redução em 50% do número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza (ONU, 2002). Para tanto, ao final do evento, dois documentos importantes foram construídos: a Declaração Política e o Plano de Implementação. (ONU, 2002).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), mais conhecida como RIO+20, no Rio de Janeiro em 2012, foi prestigiada por 188 países que renovaram o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Dois temas

relevantes foram objeto central das discussões: A Economia Verde no Contexto do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza e a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável (governança internacional). (IPEA, 2012).

Ao final da conferência, houve a afirmação do compromisso e a confecção de um documento denominado: “O Futuro que Queremos”, bem como a proposta de criação de um Grupo de Trabalho Aberto (GTA) com o compromisso de desenvolver um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Além de estabelecer que os ODS deveriam ser coerentes e integrados com a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, sendo a base fundamental para a construção da Agenda 2030 (ONU, 2012).

### Agenda 2030: ODS 4 o ODS 5

A Agenda 2030 foi lançada em 2015, em Nova York, com a participação de 193 países membros. Trata-se de um documento composto por um conjunto de objetivos e metas universais que deverão ser concretizadas até o ano de 2030, com o objetivo de erradicar a pobreza, combater a desigualdade e extinguir a fome (ONU, 2015).

A Agenda 2030, é constituída por 17 objetivos que convergem entre si e integram temas como: consumo sustentável, mudança climática, desigualdade econômica, inovação, diversidade, paz e justiça. Desdobrando-se em 169 metas e cinco dimensões, que são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria (5Ps) (ONU, 2015).

Como podemos observar na Figura 1, a Agenda 2030 é composta por 17 metas a serem alcançadas por todos os países até o ano de 2030.



Figura 1 – Os 17 ODS da Agenda 2030.

Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020).

Dos 247 indicadores definidos para os 17 ODS, o Brasil antes da pandemia apresentava o seguinte cenário: 78 produzidos; 100 em análise ou construção; 56 sem

dados; Além de 5 sem uma metodologia global e oito que não se aplicam.

Pelo que podemos observar, nossa realidade em relação aos indicadores definidos para os 17 ODS não era a ideal e a pandemia paralisou parte das ações em andamento.

## ODS 4: Educação de Qualidade

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

A realidade do cenário educacional no mundo mesmo antes da pandemia de Covid-19 estava muito longe de ser alcançado frente ao prazo estabelecido pela Agenda 2030. Segundo dados da ONU, no final de 2019, milhões de crianças e adolescentes ainda estavam fora das salas de aula em todos os países do mundo. Além disso, mais da metade dos estudantes que frequentavam a escola não cumpriam os padrões mínimos de proficiência em leitura, interpretação textual e matemática.

Até então, a previsão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) era que, globalmente, um em cada seis cidadãos entre 6 e 17 anos ainda estivesse fora da escola em 2030. Com a pandemia este resultado não será alcançado até 2030.

A seguir, teremos os pontos mais específicos do ODS 4 bem como os compromissos do Brasil para o alcance de cada meta. Lembrando que estas informações são anteriores à pandemia e tem como fonte um levantamento realizado pela FGV (2019).

### Meta 4.1

**Nações Unidas:** até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. **Brasil:** até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.

### Meta 4.2

**Nações Unidas:** até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário. **Brasil:** até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

### Meta 4.3

**Nações Unidas:** até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. **Brasil:** Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda,

território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.

#### **Meta 4.4**

**Nações Unidas:** até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. **Brasil:** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

#### **Meta 4.5**

**Nações Unidas:** até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. **Brasil:** até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade.

#### **Meta 4.6**

**Nações Unidas:** até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. **Brasil:** até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.

#### **Meta 4.7**

**Nações Unidas:** até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. **Brasil:** meta mantida sem alteração.

#### **Meta 4.a**

**Nações Unidas:** construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos. **Brasil:** ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes

de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

### **Meta 4.b**

**Nações Unidas:** até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento. **Brasil:** até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.

### **Meta 4.c**

**Nações Unidas:** até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. **Brasil:** até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.

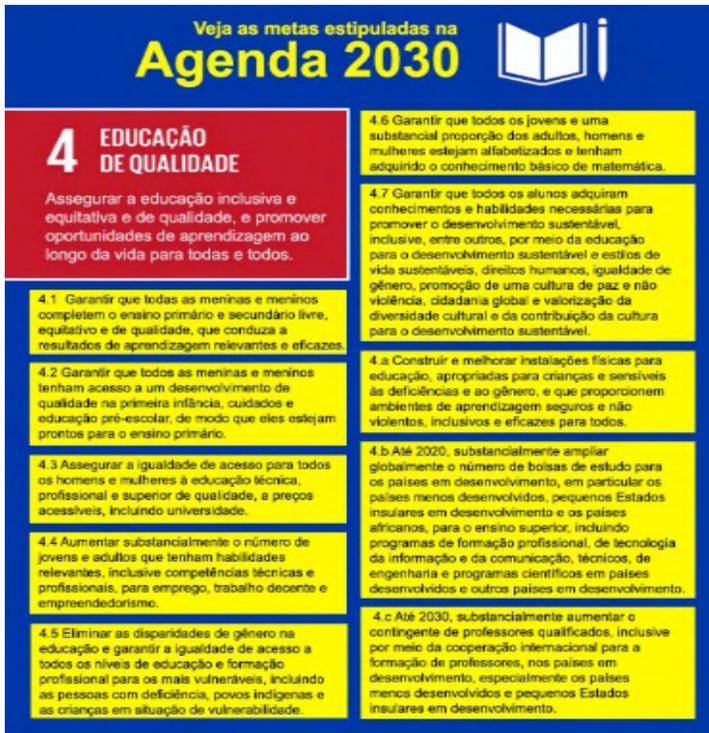


Figura 02: ODS 4 - Educação de Qualidade.

Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020).

## ODS 5: Igualdade de Gênero

São inúmeros os avanços no século XX e início do século XXI acerca da igualdade de gênero. As mulheres tiveram mais acesso à educação e à saúde, redução pontual na pobreza bem como no número de casamentos precoces e na mortalidade materna. Porém, quase meio milhão de mulheres e meninas com 15 anos ou mais de idade ainda são analfabetas, entre os 25 e 34 anos, as mulheres têm 25% a mais de chance de viverem em extrema pobreza do que os homens e em relação ao casamento infantil, cerca de 12 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos anualmente no mundo.

### Meta 5.1

**Nações Unidas:** 5.1 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em todas as partes. **Brasil:** Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.2

**Nações Unidas:** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos. **Brasil:** Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.3

**Nações Unidas:** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. **Brasil:** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos e uniões precoces, forçados e de crianças e jovens, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.4

**Nações Unidas:** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais. **Brasil:** Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias.

## Meta 5.5

**Nações Unidas:** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública. **Brasil:** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.6

**Nações Unidas:** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão. **Brasil:** Promover, proteger e garantir a saúde sexual e reprodutiva, os direitos sexuais e direitos reprodutivos, em consonância com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão, considerando as intersecções de gênero com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.a

**Nações Unidas:** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. **Brasil:** Garantir igualdade de direitos, de acesso e de controle dos recursos econômicos, da terra e de outras formas de propriedade, de serviços financeiros, de herança e de recursos naturais de forma sustentável, por meio de políticas de crédito, capacitação, assistência técnica, reforma agrária e habitação, entre outras, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

## Meta 5.b

**Nações Unidas:** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

**Brasil: 5.b.1br** Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

**5.b.2br** Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

**5.b.3br** Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia,

idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

### Meta 5.c

**Nações Unidas:** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. **Brasil:** Adotar e fortalecer políticas públicas e legislação que visem à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de todas as mulheres e meninas, bem como promover mecanismos para sua efetivação – em todos os níveis federativos – nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, assim o ODS 5 se apresenta e se desdobra em nove metas, passando por questões como: violência, discriminação, reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e políticas de redução das desigualdades de gênero. A Figura 3, apresenta o ODS 5 com suas metas.



Figura 3 - ODS 5: Igualdade de Gênero.

Fonte: Agenda 2030 (ONU, 2020).

## PANDEMIA DE COVID-19 E O IMPACTO NA EVOLUÇÃO DOS ODS 4 E 5

Apesar da singela melhora nos indicadores educacionais brasileiros, antes da pandemia tínhamos cerca de 1,9 milhões de brasileiros em idade escolar que estavam fora das salas de aula, já era um cenário desfavorável.

A pandemia de Covid-19 mudou drasticamente o cenário educacional em todos os países do mundo. Segundo a ONU, o fechamento temporário ou permanente das escolas impactou direta e indiretamente o processo de aprendizagem, o desenvolvimento social e comportamental de crianças e jovens ao redor do mundo, são aproximadamente 1,6 bilhão de crianças e jovens o que equivale a 90% da população estudantil mundial que tiveram a sua rotina escolar alterada ou paralisada.

Porém, sabemos que o impacto atingiu ainda mais os estudantes de países e famílias com elevado grau de vulnerabilidade social evidenciando ainda mais as desigualdades sociais no mundo e no Brasil.

Ademais, ao analisar o impacto da pandemia no cenário educacional também fica evidente o contraste entre as realidades de estudantes de diferentes camadas da sociedade. Por exemplo, um dos maiores contrastes acerca da realidade estudantil deu-se em função da desigualdade digital: o fechamento das escolas direcionou o processo de ensino-aprendizagem para as aulas remotas por meio de ferramentas de tecnologia e de ensino. Contudo, muitos estudantes não dispunham de nenhuma alternativa viável para a o acompanhamento das aulas bem como acesso à internet ou equipamentos como computadores ou similares que pudesse ser utilizados para o acompanhamento das aulas remotas.

A pandemia ainda não acabou e não sabemos quando poderemos voltar ao cenário de normalidade ou mesmo se teremos que nos adaptar ao “novo normal”. O que temos até o momento são previsões e estimativas.

De acordo com Pereira (2020), a pandemia de Covid-19 colocou luz sobre a seguinte realidade do cenário educacional:

**a) Realidade dos Discentes:** 20 milhões dos domicílios no Brasil não possuem acesso à internet; 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa. Em contrapartida, para os estudantes de escolas particulares, o índice é de 9%; 4,8 milhões de crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos (ou seja, 17% dos cidadãos dessa faixa etária) não têm acesso à internet em casa; Mesmo entre os alunos que dizem ter acesso à internet, a falta de ferramentas adequadas pode prejudicar o ensino a distância. Em um mapeamento nacional com estudantes da rede pública municipal, a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) descobriu, por exemplo, que 46% dos estudantes acessam as aulas online apenas por celular, o que pode limitar a experiência de aprendizado; A mudança brusca nos métodos de ensino está afetando tanto alunos quanto professores que não estavam preparados para essa súbita transferência das aulas para o ambiente online; A questão emocional – medo, ansiedade e estresse têm atrapalhados os

estudos; Dificuldade de se organizar para estudar remotamente; Dificuldade em interagir para tirar dúvidas com os professores; Falta de um ambiente adequado para estudar; Queda da renda familiar ou pessoal: 3 em cada 10 jovens relataram que tiveram que buscar alguma atividade extra para complementar a renda. Esse cenário é preocupante, pois, mesmo antes da pandemia, a necessidade de trabalhar já era um dos principais motivos de evasão escolar entre estudantes brasileiros.

**b) Realidade dos Docentes:** 67% dos educadores se sentem ansiosos; 35% se sentem sobrecarregados; 34% estão estressados; Entre as razões que pesam na saúde mental dos professores estão a preocupação com a saúde própria e a dos familiares, além dos obstáculos que eles estão enfrentando nesse novo modelo de educação remota; aliás, 88% dos professores entrevistados disseram nunca ter dado aulas online antes da paralisação das escolas por conta da pandemia. Além disso, quase todos afirmaram que se sentem pouco ou nada preparados para essa atividade; A falta de apoio das escolas também contribui para a carga emocional dos educadores. Afinal, 75% não estão recebendo suporte psicológico e 55% afirmaram não ter recebido nenhum tipo de treinamento para dar aulas remotamente.

Ademais, somado a esses obstáculos, o estudo desenvolvido pelo Instituto Península também identificou que muitos professores estão tendo dificuldades porque precisam compartilhar seu computador com a família – o que atrapalha o desenvolvimento de suas atividades pedagógicas.

## METODOLOGIA

No que diz respeito ao percurso metodológico utilizado para atingir o objetivo proposto de analisar os impactos da Covid-19 sobre os ODS's 4 e 5, educação de qualidade e igualdade de gênero fez-se uso da pesquisa qualitativa do tipo descritiva e explicativa com a finalidade de estudar diversas abordagens de um mesmo assunto.

Quanto ao tipo de pesquisa, trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que sua análise parte de materiais já publicados e disponíveis através de livros, artigos, teses, documentos dentre outros considerados fontes relevantes e determinantes para a construção da fundamentação teórica de todo este estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pactuada em 2015 por 193 países membros, aborda os maiores desafios mundiais e fortalece dois princípios básicos para uma vida com respeito e dignidade: os direitos humanos e a igualdade de gênero.

O pacto exige avanços nas estatísticas, no financiamento e nas políticas para proporcionar uma educação de qualidade para todos e o empoderamento de mulheres e meninas, uma vez que o desenvolvimento só será sustentável se seus benefícios chegarem por igual a todos. Para tanto, considera-se os ODS' s 4 e 5 com características

transversais e que incidem sobre todos os outros objetivos da Agenda 2030, que por sua vez, configuram-se como um pacto global.

No plano educacional (ODS 4), segundo dados da ONU, em meados de 2020, no mundo, 500 milhões de estudantes não tinham acesso remoto à educação; o as taxas de crianças que conseguiram completar os seus estudos revelou um abismo ainda maior entre a população mais rica (79%) e aquela mais pobre (34%); o 65% das escolas de ensino primário não dispunham de infraestrutura básica para a lavagem das mãos.

Ademais, temos uma quantidade muito elevada de crianças que se alimentam de forma garantida no ambiente escolar e que 30% dos estudantes só dispõem da merenda oferecida nas escolas como garantia de uma refeição de qualidade. As escolas fechadas também expuseram estas crianças à fome e à insegurança alimentar.

O que dizer das crianças em idade de alfabetização, que tiveram de se adaptar ao ensino em casa, quando possível, dependendo da disponibilidade dos pais?

No cenário pré-pandêmico, estimava-se que em torno de 200 milhões de crianças estariam fora das salas de aula até 2030. Esse número certamente é maior agora. A dificuldade no acesso ao ensino remoto e a necessidade de ampliação de renda nas famílias que perderam empregos com a crise atual contribuíram para a evasão escolar de milhares de jovens.

E como vimos, 20 milhões dos domicílios no Brasil não possuem acesso à internet; 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa; faltam ferramentas adequadas ao ensino remoto; parte dos estudantes não conseguiu se organizar para as aulas ou dispunham de um ambiente adequado; parte precisaram sair para trabalhar de forma a complementar a renda individual ou familiar, dentre outras situações apontadas nas pesquisas.

E os professores, que de repente foram obrigados a se reinventar diante da necessidade do ensino virtual, a falta de capacitação sobre o uso das ferramentas online ou mesmo a falta de computadores com acesso à internet representaram e ainda representam um obstáculo ao desempenho de suas atividades.

No plano da igualdade de gênero (ODS nº 5), o cenário pré-pandêmico apresentava um gradativo progresso mundial, já que, nos últimos tempos, cresceu o número de mulheres em postos de liderança e diminuiu a quantidade de meninas forçadas ao casamento em idade precoce.

No entanto, a epidemia de coronavírus causou outros problemas: expôs um aumento de 30% na incidência de violência doméstica em função do confinamento, bem como maior demanda feminina em trabalho não remunerado. Isso sem mencionar os elevados índices de exaustão de trabalhadoras que, em teletrabalho, acumularam também tarefas domésticas e de educação dos filhos.

Também temos observado um elevado número de mulheres que perderam a vida em conflitos com maridos, namorados ou foram violentadas física, emocionalmente ou

sexualmente.

Infelizmente a pandemia ainda não acabou e não temos resposta para inúmeras perguntas bem como não sabemos em que momento poderemos alcançar os resultados das metas estabelecidas pela Agenda 2030.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. S. Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Revista Visões, 4ª Edição, nº 4, v. 1, jan-jun, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <https://www.senado.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

CETESB-SP. Conferências Internacionais. 2020. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

GOLDEMBERG, J; BARBOSA, L. M. A Legislação Ambiental no Brasil e em São Paulo. Revista Eco 21, Rio de Janeiro, n.96, nov. 2004. Disponível em: <http://www.eco21.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Proposta do Observatório do Clima para a Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida do Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

IPEA. Desenvolvimento Sustentável, Economia Verde e a Rio+20. Relatório de Atividades do Ipea - 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

JONES JR, J; LACERDA, P; SILVA, F. Desenvolvimento Sustentável e Química Verde. Quim Nova, v. 28, n. 1, 103-110, 2005.

MARTINS, J. P. S. A Década Desperdiçada: O Brasil, a Agenda 21 e a Rio +10. Campinas, SP: Editora Komedi, 2002.

MUNIZ, L; SANT'ANA JÚNIOR, H. Desenvolvimento sustentável: uma discussão crítica sobre a proposta de busca da sustentabilidade global. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Madian de Jesus Frazão; ALVES, Elio de Jesus Pantoja; PEREIRA, C. (Org.). Ecos dos conflitos socioambientais: a Resex de Tauá. São Luís: Edufma, 2009.

ONU. Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano Estocolmo, 1972. Disponível em: <https://www.legal.un.org>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. The Future We Want. 2012. Disponível em: <https://www.rio20.gov.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU. Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. 2002. Disponível em: <https://www.infoescola.com>. Acesso em: 30 jan 2021.

ONU Mulheres. Por um Planeta 50-50 em 2030. 2015. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

PEREIRA, Francine. O impacto da Covid-19 na Agenda 2030 e o futuro pós-pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.aeconomiab.com/impacto-pandemia-covid-19-agenda-2030>. Acesso em: 20 jul 2021.

PEREIRA, F. Evolução dos ODS: Educação de qualidade e Igualdade de gênero. 2020. Disponível em: <https://www.aeconomiab.com/educacao-de-qualidade-e-igualdade-de-genero-ods/>Acesso em: 10 jul 2021.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. Revista da USP. Estudos Avançados 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br>. Acesso em: 30 jan 2021.

## A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA BÁSICA: DISCUSSÕES A PARTIR DA REFORMA CURRICULAR EM MATO GROSSO DO SUL

*Data de aceite: 02/05/2022*

*Data de submissão: 08/04/2022*

### **Alexandra Rocha Okidoi Felipe**

Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul  
Bataguassu, Mato Grosso do Sul  
<http://lattes.cnpq.br/8483517470841064>

### **Kelvin Rafael Rodrigues de Oliveira**

Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul  
Presidente Epitácio, São Paulo  
<http://lattes.cnpq.br/7763252855605843>

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo geral apresentar um ensaio acerca das dificuldades ao trabalho interdisciplinar. Para tal, pretendemos apresentar algumas discussões acerca do conceito de interdisciplinaridade e sua implicação ao trabalho docente, discutir alguns limites e dificuldades ao trabalho interdisciplinar e lançar base para um trabalho interdisciplinar em uma escola estadual de Mato Grosso do Sul. Com isso visamos contribuir com discussões que compreendam os desafios, as possibilidades e benefícios ao trabalho interdisciplinar pautado na prática docente. Como fundamento teórico, embasamo-nos em Ivani Fazenda, Gaudêncio Frigotto, Olívia Pérez e Hilton Japiassú. Como resultado, indicamos a necessidade de intenso trabalho coletivo e formação continuada (em serviço) que propicie aos professores e futuros professores uma visão mais ampla dos conteúdos

trabalhados em sala de aula e estão presentes no currículo e sua relação com o trabalho coletivo e interdisciplinar. Indicamos também a necessidade de promover um ambiente menos competitivo e que articule todas as disciplinas curriculares com vistas à aprendizagem dos alunos da educação básica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interdisciplinaridade. Dificuldades. Trabalho docente. Mato Grosso do Sul.

### **INTERDISCIPLINARITY IN THE CONTEXT OF BASIC SCHOOL: INITIAL DISCUSSIONS ON CURRICULUM REFORM IN MATO GROSSO DO SUL**

**ABSTRACT:** This article aims to present an essay on the difficulties of interdisciplinary work. To this end, we intend to: (i) present some discussions about the concept of interdisciplinarity and its implications for teaching work, (ii) discuss some limits and difficulties to interdisciplinary work, (iii) lay the basis for interdisciplinary work in a state school in Mato Grosso do Sul. In this way, we intend to contribute to discussions that understand the challenges, possibilities and benefits of interdisciplinary work based on teaching practice. As a theoretical foundation, we chose to base ourselves on the studies of Ivani Fazenda, Gaudêncio Frigotto, Olívia Pérez and Hilton Japiassú. As a result, we indicate the need for intense collective work and continuing education (in service) that provide teachers and future teachers with a broader view of the contents worked in the classroom and are present in the curriculum and its relationship with collective and interdisciplinary work. We also indicate the need

to promote a less competitive environment and articulate all curricular subjects with a view to the learning of basic education students.

**KEYWORDS:** Interdisciplinarity. Difficulties. Teaching work. Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é uma temática que tem trazido discussão emergente no contexto da prática docente e, em específico, na escola básica. Isso se deve ao fato de as Secretarias de Educação terem intensificado a necessidade de um trabalho pautado em relações mais próximas entre docentes e estudantes. Além disso, cada vez mais têm sido urgente re(pensar) em um currículo escolar que compreenda todos os conhecimentos sem que tenha uma fragmentação das disciplinas e priorização de uns em detrimento de outros.

Partindo disso, o presente artigo tem por objetivo discutir alguns elementos que envolvem a interdisciplinaridade no contexto da escola básica e seu impacto na prática docente. Para tal, vimos a necessidade de apresentar uma breve análise acerca do conceito de interdisciplinaridade, para então discutirmos as dificuldades e limites ao trabalho interdisciplinar a partir da literatura e lançar base para um trabalho com vistas a analisar as concepções dos professores em processo de implantação de um currículo interdisciplinar em escolas da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul. Compreendemos que, apenas pela compreensão desses elementos, será possível propor alternativas ao trabalho interdisciplinar de uma forma coerente conforme posto pela literatura.

## A INTERDISCIPLINARIDADE: PRIMEIRAS DISCUSSÕES E CONCEITO

No Brasil, o filósofo Hilton Japiassú, por meio da obra *Interdisciplinaridade e patologia do saber* (1976) foi um dos primeiros autores a se preocuparem com a temática, não necessariamente ligada à educação, mas que lançasse base para as discussões do campo. Em seu livro, Japiassú (1976) apresenta os principais problemas relacionados à interdisciplinaridade, conceitos que tinham até aquele momento e que foram validados pelas experiências. Esse foi o primeiro passo para uma rica fonte de estudo brasileira pois, até então, não havia uma efetiva preocupação em discutir essa temática. O autor caracterizou a interdisciplinaridade como “[...] intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (Japiassú, 1976, p.74). Para o autor, fica claro que não se trata apenas de juntar disciplinas, mas sim uma incorporação de uma disciplina em um conjunto, sem deixar de considerar a especificidade de cada uma.

Ivani Fazenda é outra autora que estuda e utiliza as concepções de Hilton Japiassú como base para suas pesquisas, menciona a importância do tema em outros países o que, consequentemente, chegaria no Brasil e lança a necessidade de

Realizar um trabalho sobre interdisciplinaridade no ensino tornou-se particularmente necessário, na medida em que é um tema bastante atual e controvertido na Europa e Estados Unidos enquanto no Brasil é admitido como possibilidade para uma sistematização da educação. Tal situação suscita a necessidade de uma investigação mais acurada e de uma análise mais atenta do significado dessa interdisciplinaridade (FAZENDA, 2011, p.9).

**A autora também trata da ausência de materiais de estudo, e cita Japiassú como principal fonte que alavancou sua investigação**

A busca de uma bibliografia especializada no assunto, revelou a ausência de textos nacionais ou estrangeiros nas principais bibliotecas e livrarias de São Paulo e Rio de Janeiro. Tão somente, a partir do lançamento de Interdisciplinaridade e patologia do saber, por H. Japiassú, pôde-se conhecer a bibliografia estrangeira existente, cuja pronta obtenção só foi possível graças à gentileza desse autor em precisar as fontes e ceder alguns textos mais raros para Xerox (FAZENDA, 2011, p9).

A autora demonstrava dar continuidade às discussões de Japiassú, a fim de criar fontes de pesquisas, não por criarem uma nova ciência, mas de buscarem resolver problemas rotineiros em qualquer área do conhecimento por acreditar que a interdisciplinaridade seria uma das alternativas. No caso, Ivani Fazenda tinha um olhar para os conhecimentos voltados para a Educação, mas sempre deixou clara a importância de pesquisar.

**Sobre a interdisciplinaridade a autora elucida:**

A interdisciplinaridade nasce da dúvida, nasce da dúvida com relação à ciência. E a dúvida me conduz a uma coisa maravilhosa, que é se eu duvido, eu não posso me acovardar frente a dúvida, mas tenho que lutar para enfrentar a dúvida com pesquisa. E o que é pesquisar? Pesquisar nada mais é do que sempre duvidar. (Fazenda, 2020, LIVE).

A autora menciona que suas dúvidas são fontes impulsionadoras para a realização dos trabalhos sobre o tema que desenvolve há mais de trinta anos. Para ela, duvidar leva à pesquisa e a pesquisa leva a novos resultados que também podem ser questionados novamente, surgindo novas pesquisas. E o respeito às novas pesquisas é imprescindível, pois: “[...] é preciso rever o velho para darmos espaço ao novo” (Fazenda, 2008, p.120).

Também contribui explicando que antes mesmo de pensar no conceito, é de suma importância pensar em interdisciplinaridade com duas temáticas. A primeira *como junção de disciplinas* e a segunda como *atitude*. No primeiro caso, se focarmos apenas na temática *voltada para disciplinas*, teremos que nos ater apenas à grade curricular. Por outro lado, quando pensamos na temática *voltada para atitudes* a discussão é ampliada. Nesta linha de pensamento fica evidente a postura necessária também do docente frente à interdisciplinaridade, ou seja, rever seus conceitos e pensar nas ações que possam melhorar suas metodologias e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem focado na função da escola perante os estudantes.

Seguindo os passos de Ivani Fazenda, Olívia Perez indica que, ao contrário do que

se pensa, a questão da origem do termo interdisciplinaridade não surgiu na educação. A autora indica que a primeira área de conhecimento que começa a utilizar o termo é a Administração, que até então era baseada no modelo taylorista/fordista e acrescenta que “[...] nesse modelo os trabalhadores são separados em funções específicas e se concentram em poucas tarefas simplificadas, isoladas e rotineiras” (Perez, 2018, p.456).

Perez (2018) aponta a dificuldade de uma definição exata sobre o tema e o que a objetivou em seu trabalho foi a necessidade de apontar definições sobre a interdisciplinaridade a partir de outros pesquisadores que se debruçam sobre a temática. Para a autora, a “[...] definição mais comum acerca da interdisciplinaridade remete à integração entre as disciplinas e à superação da fragmentação do conhecimento” (Perez, 2018, p 470). Uma de suas preocupações sobre o conceito de interdisciplinaridade compreende o fato dela não envolver apenas a junção automática de uma ou mais disciplinas, mas um conjunto de elementos que favoreçam o trabalho coletivo e colaborativo.

Perez ratifica através de sua pesquisa, a importância de Hilton Japiassú e Ivani Fazenda para a temática, vez que “[...] o autor mais citado pelos trabalhos brasileiros que tratam da interdisciplinaridade é Hilton Japiassú (12% das definições o citam). Ele é a principal referência dos estudos brasileiros.” (Perez, 2018, p 467). A autora menciona que, em sua pesquisa, em segundo lugar, por ordem cronológica, é citada Ivani Fazenda a qual também registra suas pesquisas através dos pressupostos de Japiassú. Perez aponta que Japiassú foi, por diversas vezes, citado nas Ciências da Saúde, provando que o próprio termo interdisciplinaridade cabe em diversas áreas de conhecimento. Outra hipótese levantada pela autora, é que por ser graduado em Filosofia, Japiassú não se referiu somente ao campo da educação ou de uma empresa.

Outro autor que se alicerçou em Japiassú e Fazenda para buscar compreender a interdisciplinaridade é Gaudêncio Frigotto. O autor apresenta a interdisciplinaridade com um olhar de necessidades e também de problema nas Ciências Sociais e que não foi observado com tanta ênfase por outros autores. Como necessidade, buscou mostrar que se faz necessário o estudo histórico-cultural bem como o epistemológico. Em outras palavras, o autor prima por verificar as necessidades estruturais da sociedade.

O autor afirma que:

A não atenção ao tecido histórico dentro do qual se produz o conhecimento e as práticas pedagógicas, tem nos levado a tratar a questão da interdisciplinaridade dentro de uma ótica fenomênica, abstrata e arbitrária. Aparece como sendo um recurso didático capaz de integrar, reunir as dimensões particulares dos diferentes campos científicos ou dos diferentes saberes numa totalidade harmônica (FRIGOTTO, 2008, p 52-53).

Em outras palavras, o autor prioriza as necessidades estruturais da sociedade, bem como seu estudo no contexto histórico, vez que o termo não pode ser apenas um recurso didático. Assim sendo, concordamos que, de acordo com Perez (2018, p.3) “[...] não é

possível formular uma única definição sobre interdisciplinaridade, mas é possível perceber as linhas de interpretações que seguem os autores”. Mesmo assim, se faz necessária a compreensão acerca dos elementos que a envolve, bem como refletir metodologias que contribuam aos objetivos dessa ação.

## LIMITES E DIFICULDADES AO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Muito se fala em um currículo pautado na interdisciplinaridade, elemento frequentemente sinalizado nas resoluções do CNE e que integram, ou deveriam integrar, os currículos de formação inicial de professores. Mesmo assim, o trabalho interdisciplinar ainda é um desafio aos professores que atuam na educação básica, principalmente pela ausência de elementos formativos (iniciais e/ou em serviço) que possam promover a reflexão e apropriação do conceito e prática interdisciplinar.

Santomé (1998), indica que as práticas interdisciplinares na escola requerem do professor uma postura diferenciada que envolve

Planejar, desenvolver e fazer um acompanhamento contínuo da unidade didática pressupõe uma figura docente reflexiva, com uma bagagem cultural e pedagógica importante para poder organizar um ambiente e um clima de aprendizagem coerentes com a filosofia subjacente a este tipo de proposta curricular (SANTOMÉ, 1988, p.253).

Os professores da Educação Básica ainda encontram dificuldades no trabalho interdisciplinar por terem sido formados dentro de uma visão fragmentada do conhecimento. Sobre esse aspecto, Gatti (2013, p.99).

O que se verifica é que a formação de professores para a educação básica é realizada de forma fragmentada em cursos isolados entre si, cada um deles com um currículo que não permite integração nem das teorias com as práticas, nem da formação disciplinar com a formação pedagógica, além de uma formação fragmentada pelos níveis de ensino.

Assim sendo, ousamos inferir que o grande desafio ao trabalho interdisciplinar se inicia na formação inicial, lugar que, por mérito, deveria promover um ambiente interdisciplinar desde a estrutura curricular, a articulação entre teoria e prática e nas atividades de Estágio Supervisionado, Prática como Componente Curricular e Formação didático-pedagógica.

Tomando como ponto de partida a lacuna existente na formação inicial de professores que atuam na escola básica e a reprodução dessas experiências em sua prática docente, fica mais fácil entender como esses professores, em geral, atuam. Sobre esse aspecto, Fazenda (1994) indica a existência de uma grande lacuna entre as disciplinas do currículo normal que se transferem para a atuação do professor, fazendo com que se isolem em sua área de atuação e apresente dificuldades em dialogar com os demais professores. Esse cenário é ideal para o surgimento de professores que segundo Contreras (2002, p.100), assumem ares de *expert* infalível, uma categoria de professor que “[...] Não está preocupado

em desenvolver uma visão global da situação na atual, mas, sim em função das categorias extraídas do conhecimento especializado que possui”. Nesse modelo, o professor age de forma pseudo-autônoma, assumindo uma posição de técnico especialista, principalmente por basear seu conhecimento técnico de forma intuitiva, no senso comum e manipulável à cultura profissional. Essa cultura comum às escolas faz com que os professores, em geral, trabalhem de forma individual, autônoma e a partir de suas concepções sem a necessidade de um intercâmbio com professores de outras disciplinas.

A falta de tempo para a realização de propostas interdisciplinares também é um grande dificultador à prática. Precisamos considerar que as escolas públicas integram professores que possuem uma alta carga horária e/ou atuam em duas ou mais escolas, restando pouco tempo e disposição para a prática interdisciplinar, tanto para buscar referencial teórico quanto a dispor a participar de equipes de trabalhos.

Dadas as lacunas conceituais à interdisciplinaridade, muitas são as dificuldades relacionadas à sua implementação em escolas cujos docentes apresentam falta de domínio de conteúdos de outras áreas do conhecimento além da sua, falta de conhecimento acerca da própria interdisciplinaridade, desinteresse e conhecimento dos estudantes em relação à pesquisa, interdisciplinaridade e resistência à realização de propostas inovadoras de ensino. A junção desses fatores contribui para um ambiente instável e infértil dessas ações. Não podemos desconsiderar a necessidade de articulação entre os vários eixos escolares (gestão, docentes, estudantes, família etc.).

Nesse sentido, a falta de diálogo entre os professores, coordenadores e direção é claro, o que dificulta o trabalho interdisciplinar. Fazenda (1994) destaca as negações que marcam o trabalho desses professores, a solidão em trabalhar frente à acomodação institucional, aos desafetos entre docentes e a possível ausência de uma coordenação/gestão pedagógica que estimule o trabalho. Sobre esse aspecto, Severino (2001, p. 38), indica que

[...] as ações docentes, as atividades técnicas e as intervenções administrativas, desenvolvidas no interior da escola pelos diversos profissionais da área, não conseguem convergir e se articular em razão da unicidade do fim. A impressão que se tem é que cada uma delas adquire um certo grau de autonomia, cada uma trilha o seu próprio caminho, como se cada uma tivesse o seu próprio fim. Merece destaque, nesse âmbito, a hipertrofia do administrativo sobre o pedagógico, com o estranho desenvolvimento de uma postura autoritária e autocrática no exercício do poder. Nossa experiência cotidiana das relações no interior da escola comprova, mais uma vez, que à divisão técnica do trabalho se sobrepõe uma divisão social, fundada na distribuição desigual do poder.

Nesse sentido, o papel da gestão e coordenação pedagógica é imprescindível por ser responsável em promover um trabalho interdisciplinar, dado que, de acordo com Fazenda (2002), nem sempre o professor consegue fazer sozinho a leitura das limitações e possibilidades de sua prática. Desse modo, o coordenador pedagógico

[...] é fundamental o papel de um interlocutor que vá ajudando a pessoa a se perceber, que vá ampliando as possibilidades de leitura de sua prática docente e da prática docente de outros colegas. O papel de um supervisor ou de um coordenador pedagógico é fundamental nesse caso (FAZENDA, 2002, p. 72).

Em relação à resistência/desinteresse dos docentes frente à interdisciplinaridade, a compreendemos como uma ação individual, cômoda e que se reflete na compreensão de que é mais prático memorizar e repetir atividades do que repensá-las de acordo com o contexto atualizado, ou introduzir nelas a participação de outros docentes. Nesse sentido, volta-se a falar da importância da coordenação pedagógica nesse processo, dada sua incumbência em realizar estratégias que conduzissem os docentes à reflexão de seus trabalhos, instigando-os a revisitarem e repensarem suas práticas pedagógicas.

Outro desafio compreende cultivar o interesse dos alunos ao novo, visto que, apesar das muitas discussões para o campo, o ensino tradicional ainda impera e não abre espaço para novas metodologias. Desse modo, o desafio do professor inclui fazer o aluno sentir-se parte do processo e comprometer-se com ele, a fim de que seu aprendizado seja facilitado, visto que, segundo Santomé (1998, p. 229).

[...] não existem interesses inatos, estes são consequência das situações experienciais nas quais as pessoas estão submersas. [...] Isto significa que os interesses também podem ser gerados intencionalmente. [...] As unidades didáticas integradas devem ser interessantes para o grupo de alunos ao qual se destinam. Portanto, será preciso selecionar cuidadosamente os tópicos que sirvam como organizadores do trabalho na sala de aula e apresentá-los de maneira atraente. O papel do professor estimulador e acrescentador de novos interesses e necessidades nos estudantes é fundamental.

Partindo dos objetivos propostos para o presente ensaio, iniciamos uma busca a partir dos descritores “interdisciplinaridade” AND “dificuldades” AND “escola” AND “professores” no Catálogo de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período que compreende os cinco últimos anos. Ao todo encontramos 584 trabalhos que discutem a polissemia do termo interdisciplinaridade, as dificuldades encontradas por professores ao trabalho interdisciplinar e algumas possibilidades. Além disso, propõem ações e intervenções que visam (re)construir práticas interdisciplinares no contexto da escola básica.

Selecionamos os trabalhos que compreendem apenas aspectos relacionados às dificuldades encontradas por professores que atuam na escola básica, tendo em vista a abundância de trabalhos relacionados à área médica e de enfermagem. Todos os estudos convergem para os aspectos listados no item anterior e indicam a necessidade de uma nova cultura relacionada à interdisciplinaridade e, em específico, relacionada às práticas interdisciplinares e a superação da dicotomia existente entre as disciplinas, professores e diversos atores escolares.

Para exemplificar, selecionamos o trabalho de Gallon, Filho e Machado (2017)

por apresentarem, sistematicamente, os resultados de uma investigação acerca das percepções de um grupo de coordenadores pedagógicos e professores sobre os obstáculos aos trabalhos interdisciplinares em ambientes escolares, assim como possíveis caminhos na busca pela realização dessas práticas. Ao apresentar as dificuldades relacionadas ao trabalho interdisciplinar, indicam que, para os professores, incluem

[...] a) ausência ou insuficiência de tempo para a reunião com outros professores; b) quantidade excessiva de conteúdos a serem desenvolvidos; c) desinteresse dos outros docentes; d) falta de formação para o desenvolvimento desse tipo de prática; e) vaidade de outros docentes; f) resistência dos alunos; g) falta de compreensão epistemológica acerca das práticas interdisciplinares, e; h) rigor excessivo na avaliação realizada por meio desses trabalhos. (GALLON; FILHO; MACHADO, 2017, p.165).

A partir dessas informações, criamos uma nuvem de palavras (figura 1) que sintetiza algumas das dificuldades encontradas por professores ao trabalharem com a interdisciplinaridade de posta pela literatura.



Figura 1: Nuvem de palavras a partir das dificuldades.

Fonte: Os autores.

Em síntese, as dificuldades compreendem a visão fragmentada do ensino desde a formação inicial, a individualidade presente entre os professores (mesmo aqueles de uma mesma área ou disciplina), dificuldades conceituais, desinteresse pelo trabalho interdisciplinar, comodismo, ausência de apoio/incentivo por parte da equipe pedagógica, problemas relacionados aos alunos, além da falta de tempo para a reflexão e planejamento para as atividades. A breve análise dos resultados finais apresentados nos trabalhos indica a

necessidade em se refletir em ações que promovam, desde a formação inicial, um ambiente agradável e propício ao trabalho interdisciplinar. Além disso, indicam a necessidade de uma nova cultura docente, pautada na colaboração e ação.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Considerando a implantação do currículo de referência do Estado de Mato Grosso do Sul (Parecer Orientativo CEE/MS nº 351/2018), objetivamos discutir elementos relacionados à implementação de um currículo pautado no trabalho interdisciplinar a partir da perspectiva dos professores que atuam em uma escola estadual no município de Bataguassu – MS. Assim sendo, como ponto de partida, pretendemos trilhar um percurso que compreenda a relação entre o exposto na literatura no tangente à interdisciplinaridade de modo a compreender como os professores concebem o trabalho interdisciplinar face a um currículo reformulado, cuja inserção se dará em 2022.

Compreendemos o caráter prescritivo do Parecer principalmente ao instituir a implantação desse currículo no Ensino Médio a partir de 2021, trazendo aos professores e gestores a necessidade de compreender as faces, dificuldades, limites e possibilidades ao trabalho interdisciplinar. A BNCC já é uma realidade nas escolas públicas do estado de Mato Grosso do Sul e tem sido discutida desde meados de 2017 quando a Secretaria de Educação inicia as formações junto aos professores de toda a rede a fim de construir um currículo

[...] contextualizado com a diversidade sul-mato-grossense e norteado pelas dez competências gerais da BNCC, as quais visam à promoção das aprendizagens essenciais e indispensáveis a todos os sujeitos, na perspectiva da Educação Integral, que reflitam tanto na formação quanto no desenvolvimento humano. (MATO GROSSO DO SUL, 2019, p.20).

Assim sendo, sinalizamos o interesse em analisar mais de perto a concepção desses docentes acerca do currículo (estudado desde 2017) e as implicações da interdisciplinaridade para a prática pedagógica. Além disso, dado o caráter prescritivo do documento, quais as possibilidades para superar as dificuldades? Apenas os professores podem nos dar essas respostas!

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente ensaio elucida pontos importantes acerca do conceito de interdisciplinaridade, principalmente ao indicar haver discordância de opinião e objetivo de estudo bem como o contexto que engloba o termo interdisciplinaridade que iniciou na década de 1960 e recentemente surgiu novos prefixos que ainda são temas de estudo. O estudo buscou primeiramente entender o que seria o termo e seus autores brasileiros. Enquanto Japiassú buscou tratar a interdisciplinaridade em um contexto geral, Fazenda

alinhou-se no campo da Educação e sua problematização. Ambos buscavam ratificar que não se tratava de uma disciplina novas, mas uma proposta de resolver problemas do cotidiano. Frigotto, no que lhe concerne, segue o caminho do estudo do olhar histórico e suas implicações perante a sociedade e os envolvidos. Perez por sua vez procurou sintetizar uma linha histórica da origem do termo interdisciplinaridade.

Percebemos a necessidade de pesquisas no tangente da interdisciplinaridade na sala de aula com vistas à promoção de discussões que possibilitem uma reflexão acerca da prática docente. Apesar dos esforços (ou não), ainda existem algumas inconsistências na utilização do termo e, em específico, na compreensão do trabalho interdisciplinar. Ainda existe uma concepção exacerbada de que a interdisciplinaridade acontece pela simples interação entre diferentes e em momentos específicos, como nos projetos. É necessário investimento em formação que possibilite aos professores superarem a lacuna deixada pela formação inicial principalmente pela falta de relação entre os diversos eixos estruturantes dos currículos das licenciaturas (GATTI, 2019).

É urgente investir em ações que fomentem propostas interdisciplinares e, sobretudo, propor condições aos professores para executarem, de forma satisfatória essas atividades. Cabe às universidades superar a dicotomia e fragmentação das disciplinas e da relação teoria-prática (muito presente nos currículos de formação de professores) desde a formação inicial até a continuada. É preciso compreender a necessidade de interação entre os atores da escola: professores, equipe pedagógica, equipe gestora e estudantes.

## REFERÊNCIAS

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FAZENDA, I. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?**. São Paulo: Paulus, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 10 ed. Campinas: Papirus, 2002. 143 p.

FAZENDA, Ivani. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: Efetividade ou ideologia**-2011.

FAZENDA, Ivani. **Práticas Interdisciplinares na escola**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unoeste** – v.10, n.1, p. 41-62, 1º semestre, 2008.

GALLON, M. da S.; ROCHA FILHO, J. B.; MACHADO, J. A. Desafios à realização da interdisciplinaridade no ambiente escolar: perspectivas docentes e da coordenação pedagógica. **Revista Thema**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 159-173, 2017. DOI: 10.15536/thema.14.2017.159-173.568. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/568>. Acesso em: 7 set. 2021.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Âmagô, 1976.

PEREZ, O. C. **O que é Interdisciplinaridade? Definições mais comuns em Artigos Científicos Brasileiros**. **Revista Interseções**, v. 20 n. 2, p. 454-472, dez. 2018 – DOI: 10.12957/irei.2018.39041.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade: o saber como intencionalização da prática. In: FAZENDA, I. C. A. (org). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2001.

TRAJETÓRIAS da Interdisciplinaridade com Ivani Fazenda. Mestrado Profissional em Educação – UniTAU. **Youtube**. 01 de out. 2020. 1h05min29s. Disponível em: <https://mpe.unitau.br/producao-tecnicos/v-trajetorias-da-interdisciplinaridade-com-ivani-fazenda/>. Acessado em 06 de set. 2021.

# CAPÍTULO 3

## CAPACIDADES HUMANAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO E DOS PROCESSOS DE JUSTIÇA SOCIAL

Data de aceite: 02/05/2022

### **Adriana Patricia Arboleda López**

Doctora en Derecho Procesal Contemporáneo. Posdoctora en Derecho de la Universidad Nacional y en Ciencias de la Educación con enfoque en investigación compleja y transdisciplinar de la Universidad Simón Bolívar. Abogada Conciliadora. Docente investigadora  
ORCID.org/ 0000-0001-6864-5911

### **Roger Alexander Acosta Sánchez**

Doctor en Filosofía y Magíster en Estudios Políticos de la Universidad Pontificia Bolivariana. Magíster en Gestión de la Tecnología Educativa y Especialista en Administración de la Informática Educativa por la Universidad de Santander. Historiador de la Universidad Nacional de Colombia. Licenciado en Ciencias Naturales de la Universidad de Antioquia. Docente departamento de Antioquia  
ORCID.org/ 0000-0001-8315-6446

### **Jovany Sepúlveda-Aguirre**

Docente Investigador Corporación Universitaria Americana. Medellín – Colombia. Integrante del Grupo de Investigación AGLAIA

Capítulo producto del proyecto de Doctorado en Filosofía de la Universidad Pontificia Bolivariana (UPB) denominado: “Las emociones humanas como componente ético-político desde el pensamiento de Martha Nussbaum. Una propuesta de formación ciudadana en torno al “enfoque de las capacidades” del estudiante Roger Alexander Acosta Sánchez.

**RESUMO:** Este capítulo baseia-se na abordagem das capacidades humanas desenvolvida por Martha Nussbaum. Esta abordagem procura apresentar o interesse educativo na formação da pessoa, do ser, como uma realidade social que projecta a compreensão e o desenvolvimento humano, a fim de se adaptar e construir a sociedade. O interesse é enquadrado na construção humanizadora da dinâmica social que satisfaz certas necessidades das pessoas, entre elas a emocional, como uma capacidade que “regula” a formação humana com qualidade de vida, com bem-estar e satisfação pessoal. Um modelo conceptual piramidal é assim proposto em torno de factores associados às capacidades humanas. É apresentada uma breve referência dos resultados, concebendo que a potenciação das capacidades humanas e emocionais na esfera educacional, como um jogo de relações internas e sociais, pode propiciar um contexto de justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento humano, acção participativa, justiça social, competências para a vida.

### **LAS CAPACIDADES HUMANAS EN LA ESFERA EDUCATIVA Y EN LOS PROCESOS DE JUSTICIA SOCIAL**

**RESUMEN:** El presente capítulo parte del *enfoque de las capacidades humanas* trabajadas por Martha Nussbaum. El cual busca platear el interés educativo en la formación de la persona, del ser, como realidad social que proyecta comprensión y desarrollo humano, para adaptarse y construir sociedad. El interés se encuentra enmarcado en la construcción humanizante de las dinámicas

sociales que satisfacen ciertas necesidades de las personas, entre ellas la emocional, como capacidad que “regula” la formación humana con calidad de vida, con bienestar y satisfacción personal. Se propone así un modelo piramidal conceptual alrededor de factores asociados a las capacidades humanas. Se presenta una breve referencia de los resultados, concibiendo que la potencialización de las capacidades humanas y emocionales en la esfera educativa, como juego de relaciones internas y sociales, pueden propiciar un contexto de justicia social. **PALABRAS CLAVE:** Desarrollo humano, acción participativa, justicia social, competencias para la vida.

## HUMAN CAPACITIES SOCIAL AND EMOTIONAL SOURCE THE REALIZATION OF PEOPLE

**ABSTRACT:** This chapter is based on the human capabilities approach developed by Martha Nussbaum. This approach seeks to present the educational interest in the formation of the person, the being, as a social reality that projects understanding and human development, in order to adapt and build society. The interest is framed in the humanizing construction of social dynamics that satisfy certain needs of people, among them the emotional, as a capacity that “regulates” human formation with quality of life, with well-being and personal satisfaction. Thus, a conceptual pyramidal model is proposed around factors associated with human capabilities. A brief reference of the results is presented, conceiving that the potentiation of human and emotional capacities in the educational sphere, as a game of internal and social relations, can propitiate a context of social justice.

**KEYWORDS:** Capacities, citizenship, training, Nussbaum, emotions, life skills.

## INTRODUCCIÓN

El siguiente trabajo reflexiona sobre el enfoque de las capacidades humanas expuesta por Martha Nussbaum como dinámica fundamental en la construcción de la sociedad, valorando la propuesta de fortalecer las capacidades humanas desde la educación para lograr un mejor contexto social. Este enfoque configura la condición humana desde el desarrollo de capacidades que privilegia la democracia y ciudadanía como forma participativa para vivir en comunidad en armonía y en convivencia pacífica, donde se reconozca y promueva el respeto por el otro. En las capacidades humanas se fundamenta, entre otras, la emocional siendo punto de partida básico del entramado social desde el conocimiento interdisciplinar de la inteligencia emocional, y el estudio de las emociones en diferentes disciplinas como el derecho, la psicología, la sociología, la comunicación, la filosofía, entre otras, que impulsa no a un saber, o conocimiento exegético, sino que se legitima por la vía misma de la experiencia de vida en relación con el otro. Aprender a tener control emocional, a evitar repetir situaciones y acciones conflictivas debido a un inadecuado manejo emocional. Entendiendo que las emociones impactan en la conducta de las personas y ese proceder se refleja posteriormente en la sociedad. Experiencia dada en un escenario educativo equivalente a desarrollo humano.

En tal sentido, el contexto educativo se convierte en un conjunto de experiencias y significaciones desde la dignificación personal y social, hablando desde la primera infancia, la educación básica, la educación, media y la educación superior. Fomentar la formación de capacidades humanas, como la emocional, es un “juego” de relaciones internas y sociales que configuran el contexto. Por ello determinar un proyecto de política pública respecto a las capacidades humanas es encauzar y suscitar desarrollo, diálogo, cultura de acuerdos, convivencia pacífica, como apuesta de calidad de vida de cada ser humano en el ámbito personal y social.

## **PRINCIPIO DE DESARROLLO SOCIOEMOCIONAL**

El enfoque de las capacidades humanas alcanza fundamentación en principios de justicia social, por ello se valora el pensamiento de la filósofa Nussbaum, porque puntualiza a través de sus trabajos, planteamientos, postulados y argumentos que conllevan a un razonamiento ético-político por resaltar principios de justicia y ciudadanía con responsabilidad social. Elementos que se recogen en la lista que comprende diez capacidades como se comparten a continuación:

1. Vida. Poder vivir hasta el término de una vida humana de una duración normal; no morir de forma prematura o antes de que la propia vida se vea tan reducida que no merezca la pena vivirla.
2. Salud Física. Poder mantener una buena salud, incluida la salud reproductiva; recibir una alimentación adecuada; disponer de un lugar apropiado para vivir.
3. Integridad física. Poder desplazarse libremente de un lugar a otro; estar protegidos de los ataques violentos, incluidas las agresiones sexuales y la violencia doméstica; disponer de oportunidades para la satisfacción sexual y para la elección en cuestiones reproductivas.
4. Sentidos, imaginación y pensamiento. Poder utilizar los sentidos, la imaginación, el pensamiento y el razonamiento, y hacerlo de modo ‘verdaderamente humano’, un modo formado y cultivado por una educación adecuada que incluya la alfabetización y la formación matemática y científica básica. Poder usar la imaginación y el pensamiento para la experimentación y la producción de obras y actos religiosos, literarios, musicales o de índole parecida, según la propia elección. Poder usar la propia mente en condiciones protegidas por las garantías de la libertad de expresión política y artística, y por la libertad de práctica religiosa. Poder disfrutar de experiencias placenteras y evitar el dolor no beneficioso.
5. Emociones. Poder sentir apego por cosas y personas externas a nosotros mismos; poder amar a quienes nos aman y se preocupan por nosotros, y sentir duelo por su ausencia; en general, poder amar, apenarse, sentir añoranza, gratitud e indignación justificada. Que no se malogre nuestro desarrollo emocional por culpa del miedo y la ansiedad. (Defender esta capacidad significa defender, a su vez, ciertas formas de asociación humana que pueden demostrarse cruciales en el desarrollo de aquella).

6. Razón práctica. Poder formarse una concepción del bien y reflexionar críticamente acerca de la planificación de la propia vida. (Esta capacidad entraría la protección de la libertad de conciencia y de observancia religiosa.)

7. Afiliación. a) Poder vivir con y para los demás, reconocer y mostrar interés por los otros seres humanos, participar en formas diversas de interacción social; ser capaces de imaginar la situación de otro u otra. (Proteger esta capacidad implica proteger instituciones que constituyen y nutren tales formas de afiliación, así como proteger la libertad de reunión y de expresión política). b) Disponer de las bases sociales necesarias para que no sintamos humillación y si respeto por nosotros mismos; que se nos trate como seres dignos de igual valía que los demás. Esto supone introducir disposiciones que combatan la discriminación por razón de raza, sexo, orientación sexual, etnia, casta, religión u origen nacional.

8. Otras especies. Poder vivir una relación próxima y respetuosa con los animales, las plantas y el mundo natural.

9. Juego. Poder reírse, jugar y disfrutar de actividades recreativas.

10. Control sobre el propio entorno. a) Político. Poder participar de forma efectiva en las decisiones políticas que gobiernan nuestra vida; tener derecho a la participación política y a la protección de la libertad de expresión y de asociación. b) Material. Poder poseer propiedades (tanto muebles como inmuebles) y ostentar derechos de propiedad en igualdad de condiciones con las demás personas; tener derecho a buscar trabajo en un plano de igualdad con los demás; estar protegidos legalmente frente a registros y detenciones que no cuentan con la debida autorización judicial. En el entorno laboral, ser capaces de trabajar como seres humanos, ejerciendo la razón práctica y mantenimiento relaciones valiosas y positivas de reconocimiento mutuo con los trabajadores y trabajadoras. (Nussbaum, 2012, p. 53-54).

Capacidades que muestran la visión holística, entendiendo las diferentes dimensiones en el ser humano: racional, emocional, patrimonial, sexual, social etc. la estructura global donde se valora el sentido de ciudadanía y los niveles de autorrealización humana. Planteamientos necesarios que justifican la objetividad y relevancia del enfoque de las capacidades.

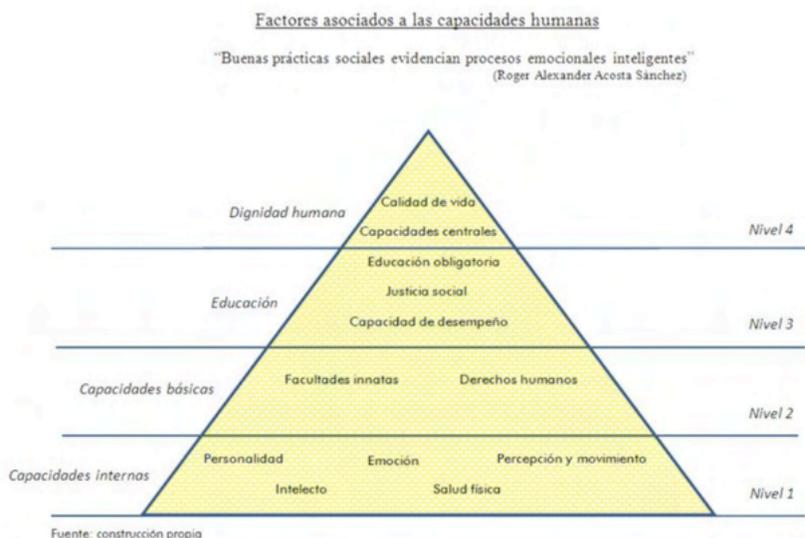
Se establece así, no una lista rígida, aislada y estática de las capacidades, por el contrario, se promueven y se conciben en términos de “acciones” florecientes de riqueza democrática para el bienestar humano referida a la idea de justicia social. Al respecto, Nussbaum (2012) señala que: “Proporcionar esas diez capacidades a todos los ciudadanos y ciudadanas es una condición necesaria de la justicia social” (p.60-61).

La legitimidad de dicho enfoque gravita en la dimensión práctica que trasciende del hombre racional en dirección al acontecer social y político como ingredientes justos de sentido de vida. Es decir, en la naturaleza humana aparecen ciertos factores sociales que influyen en nuestro pensamiento. No obstante, el desarrollo político e ideológico de una nación debería justificar oportunidades de calidad de vida en sus habitantes para fomentar

y proyectar una mejor nación: “Dar a las personas lo que por derecho les corresponde, en virtud de su humanidad, es un motivo muy importante para que existan los gobiernos y los Estados, así como un trabajo crucial que estos deben desempeñar” (Nussbaum, 2012, p. 199).

Por lo cual, la consolidación de las capacidades humanas en una nación justifica la riqueza social, en un colectivo que valora la paz, reconoce la convivencia pacífica como un derecho fundamental y humano, la armonía como bienestar. Según Nussbaum (2012) en el marco de las capacidades se entretiene una estructura social de argumentos, que guarda relación con el bienestar humano en un mundo que invoca acciones para un sistema justo, que requiere indudablemente intereses y principios en el ejercicio propio de la política por cuanto vincula significancia para vivir en sociedad.

Con estas consideraciones se destaca, en este sentido, la visión de una pirámide (construcción propia, figura 1) que muestra la interacción, planteamientos y posicionamiento interpretativo de criterios básicos de funcionamiento social del enfoque de las capacidades humanas de Nussbaum. La pirámide dotada de niveles expone en cada uno de ellos conceptualización que se interconectan entre sí, el cual establece la riqueza de recursos sociales y de bienestar que puede llegar a alcanzar una persona, haciendo énfasis (por interés del texto) al factor emocional y social.



Gráfica 1. Elementos del enfoque de las capacidades humanas de Martha Nussbaum.

Fuente: Construcción propia de los investigadores 2020.

Comenzando por la base, nivel 1, orientado a las capacidades internas se identifican características que en mayor medida se orienta a las emociones como base de sentido

social. Nussbaum (2006) admite que las emociones son “energía” de racionalidad que afecta nuestro pensamiento: “En sentido más profundo, es difícil entender la razón de muchas de nuestras prácticas legales a menos que tomemos en cuenta las emociones” (p. 18-19).

Se evidencia así, que las emociones se expresan en el mundo social explicando ciertos comportamientos, justificables e injustificables, pero que resultan importantes a la hora de comprender la intencionalidad. Entre ellas tenemos: amor, alegría, repugnancia, pesar, temor, ira, odio, culpa, vergüenza, gratitud, celos, esperanza, envidia, pena o compasión (Nussbaum, 2006 y Nussbaum, 2007). Lista que reconoce los “fenómenos vivenciales y existenciales que en todo momento podemos percibir en el comportamiento, en las expresiones de las demás personas y de nosotros mismos y en cómo nos afecta” (Maya & Pavajeau, 2003, p. 57).

Lo anterior, permite fundamentar el “sí mismo” en procura de asociarse por el bienestar humano. Trascender en ese bienestar es impulsar estilos de vida que redunden en competencia social, siendo vital en los procesos educativos. Esto reflejará en los educandos y personas capacidades que promuevan transformación social y no quedar atrapados en la presión de factores que subestimen el sentido de realizarse como persona. Adquirir criterios en la personalidad, intelecto, percepción, emoción es conjugar bases para el desarrollo social, en palabras de Ocampo, Méndez y Pavajeau (2008): “De tal manera que los elementos de sentido configurados en la historia individual pasan a ser ordenadores de los aspectos de la vida social, que se expresan en códigos morales y emocionales, creencias, costumbres, representaciones” (p. 845).

Entonces, se subraya la importancia de formar en competencia social como consecución en los aspectos socioemocionales, en procura de configurar potencialidades en las capacidades de desempeño de las personas, de los educandos que conecten la razón con la emoción, el aprendizaje con lo social, es decir, que responda a una formación integral: “Las emociones no son impulsos afectivos sin sentido, sino respuestas inteligentes que están en sintonía tanto con los acontecimientos como con los valores y las metas importantes para la persona” (Nussbaum, 2006, p. 52).

Esto significa que en el escenario educativo las dinámicas y actividades pedagógicas favorezca: “Combinar las competencias básicas de cada área académica con las competencias emocionales para que contribuyan agenciar garantías de éxito personal y profesional de tal modo que favorezcan hacer frente o ajustarse a las circunstancias de la vida” (Acosta R., 2017, p. 366).

De ahí, que sustancialmente necesitamos afianzar las prácticas escolares en redes de capital humano que contextualiza y mejora la labor institucional y el contexto social:

[...] en la tarea de formar, a los pequeños ciudadanos, se deberá dar justo peso a lo individual y lo social, a lo cognitivo y a lo afectivo, a la información y al conocimiento, que conjuntamente les permitirá constituirse en ciudadanos

Realidad educativa inmersas en ideales de “transformador entre persona – persona, consciente del reconocimiento de la subjetividad del otro sujeto, con la posibilidad de influir en la transformación individual y colectiva. [...teniendo] en cuenta la multiplicidad de manifestaciones de los asuntos humanos” (Huertas & Arboleda, 2016, p. 134).

Se afirma entonces, que permitir promover este nivel uno, de las capacidades internas, es un permanente crecimiento humano “en todos los ámbitos de la vida para afrontar situaciones que contribuyan a dar un sentido más humano y pertinente en la formación de la persona” (Acosta R., 2017, p. 373).

El segundo nivel piramidal, reconoce las capacidades básicas exaltando los derechos humanos y las facultades innatas como vínculos sociales que soportan sentido de vida. Los derechos humanos constatan la significación y configuración de lógicas ciudadanas determinado por contextos dando sentido colectivo a la democracia: “Toda nación mínimamente decente debería aceptar que sus ciudadanos están dotados de ciertos derechos en esas esferas y otras, y debería elaborar estrategias para que superen determinados umbrales de oportunidades en cada una de ellas” (Nussbaum, 2010, p. 47).

En esa medida, los escenarios formativos están dotados de construcción ciudadana por las prácticas de convivencia entre los actores educativos, afirmando el sentido de los derechos humanos configurados desde el sentir, pensar y actuar. Una forma de interacción social en la que entran en juego aspectos cognitivos y emocionales que permitirá aprovechar prácticas de bienestar ajustadas a la relación social de las personas. Lo que precisamente hace importante a los derechos humanos por las bases morales que puede alcanzar una comunidad. Se convierten en disposiciones legales que están ayudando a la calidad de vida de las personas. “Las disposiciones de la Declaración van desde el derecho a no ser esclavizado o torturado hasta el derecho a tener una alimentación, vestido, vivienda y cuidados médicos adecuados” (Declaración Universal de los Derechos Humanos, citado por Nussbaum, 1996, p.272). Principios constitucionales que integran la riqueza y complejidad de la vida, de la condición humana que formaliza la condición ciudadana por concebir normas, no de necesidad sino de bienestar.

También emerge en este nivel las facultades innatas, que en términos del escrito está conectada a las emociones porque adquiere sentido en la realidad social de la persona, es decir, la naturaleza humana incluye la emoción exaltando la relación con la razón: “No se trata de asignar a las emociones una confianza privilegiada, o de negar la posibilidad de error en sus atribuciones de valor, sino de admitir el papel esencial que desempeña en nuestro sistema de razonamiento” (Benedicto, 2012, p. 593).

Se admite así que las facultades innatas poseen un marcado desarrollo emocional susceptible a la parte cognitiva, facilitando construcciones sociales: “las emociones son reveladoras de intuiciones acerca del valor de las cosas y se consideran una capacidad de

acceso al mundo real” (Benedicto, 2012, p. 597), es una forma de evidenciar la parte innata en desarrollo humano.

Una vez establecidos en el nivel tres, se destaca la educación desde un escenario de configuración y dignificación de la persona, especialmente en el aspecto formativo el cual reconoce la parte integral como forma de interacción social, adquiriendo así sentido:

[...] la capacidad de cada sujeto de manera individual y en su relación con el contexto social en el que se encuentra inmerso; para que en los diversos contextos sociales, políticos, culturales, económicos entre otros, se proyecte la concepción del desarrollo en función de un ambiente propicio que permita a los distintos colectivos sociales, disfrutar de una vida amable, prolongada, saludable, emancipada, justa y culturalmente satisfactoria (Nieto, 2016, p. 213).

Alcanza entonces la educación dimensiones de bienestar por la influencia sustancial de las personas en el ser y hacer, que en el ámbito educativo actual se conoce como desempeño y Nussbaum (2012) la presenta como capacidad de desempeño: “[...] los seres humanos pueden desarrollar una capacidad de desempeño, son aquellas que una sociedad con un mínimo aceptable de justicia se esforzará por nutrir y apoyar” (p.48).

Se inscribe esta capacidad de desempeño en el nivel tres de forma activa con criterio de desarrollo humano, que fluye principalmente en la vía de oportunidades. En vista de ello, Nussbaum (2012) suele aducir:

¿Qué es capaz de hacer y de ser cada persona? Dicho de otro modo, el enfoque concibe *cada persona como un fin en sí misma* y no se pregunta solamente por el bienestar total o medio, sino también por las oportunidades disponibles para cada ser humano (p. 38).

Oportunidades que están ligadas a la dimensión (capacidad) emocional, porque permiten interactuar socialmente impulsando hacia el desarrollo de competencias ciudadanas, que básicamente potencian acciones colectivas a modo de reconocer transformaciones sociales reafirmando de cuán necesaria es la tarea de formar en esta competencia y capacidad:

El énfasis de la formación en competencias ciudadanas es el desarrollo integral humano que implica el desarrollo de competencias comunicativas, cognitivas, emocionales e integradoras, las cuales favorecen el desarrollo moral (Ministerio de Educación Nacional, 2006, p. 156).

Dimensión emocional, que en las competencias ciudadanas, son un proceso formativo para fomentar bienestar en las relaciones humana, es decir, dicha dimensión o capacidad favorece el conocimiento social para una mejor convivencia y así, interactuar en contextos determinados de manera acertada y eficaz.

Es de suponer que dentro del nivel tres, el educativo, el poder de las relaciones sociales y emocionales afecta la adquisición de competencias redundando en la actitud social del educando:

Si se posibilitan prácticas y relaciones sociales negociadas que apunten a una mejor convivencia, los alumnos tendrán oportunidad de experimentar acuerdos y relaciones más estructuradas por parte de los adultos y con ello se disminuye la gravedad de sus acciones indisciplinadas y violentas (Furlán & Saucedo, 2010, p. 32).

Por ello, a nuestro juicio la compleja realidad educativa busca interés y sentido en las competencias ciudadanas para construir sociedad. Esto significa que las prácticas democráticas escolares legitiman organización y autonomía social, a su vez que requieren personas críticas en función de comprender y afrontar la participación, autonomía y responsabilidad social, que conviertan la convivencia, el ejercicio de ser ciudadano, las prácticas pedagógicas en fuentes emocionalmente de vida. Con esto se advierte que en los ambientes de aprendizaje se forma el capital humano con factores vinculantes que emergen entre razón y emoción:

La educación pasa a tener asignada la misión de reproducir un consenso en materia de valores y normas. Se convierte en el proceso esencial que nos permite identificarnos 'emocionalmente' con un conjunto de valores, actitudes, patrones de conducta y normas, y a partir de la cual accedemos al conocimiento de lo que es 'humanamente' valioso y digno (González & Sánchez, 2010, p.68).

Por lo tanto, fomentar una educación para la ciudadanía requiere el desarrollo de competencias desde los Estándares Básicos en Competencias Ciudadanas que el Ministerio de Educación Nacional plantea, encontrando la importancia y el papel decisivo de la competencia emocional en el desempeño del educando, favorable a enriquecer una educación integral, dinámica y significativa en las interacciones que experimenta una educación con calidad de vida. Sin embargo:

En el ámbito educacional las emociones de los estudiantes [y de los docentes] no han sido parte de los factores a considerar para el diseño de estrategias metodológicas y evaluativas; por el contrario, nuestra cultura escolar desvaloriza 'lo emocional' por considerarlo opuesto a lo 'racional' (Ibañez, 2002, p. 31-32).

Además,

[...] las instituciones educativas no están consciente de ello, obteniendo como consecuencia que el propósito y la calidad de los procesos se desmejore, entonces no se contribuye a una formación cultural de la misma sociedad (Huertas & Arboleda, 2016, p. 135).

Situación desfavorable para la educación porque no se enseña desde un proceso de formación aislado al sentir, pensar y actuar del educando. Lo que equivale a convertir prácticas pedagógicas en experiencias significativas al encontrar afectividad en la acción de las competencias ciudadanas y emocionales. Lo que hace visible es que el éxito académico incluya:

[...] el desarrollo de capacidades, competencias y valores como desafíos

generadores de un ambiente de interacción social. Teniendo en cuenta para ello, la importancia de una cultura organizativa que transforme la vida de la institución educativa en métodos, prácticas, relaciones, constituyéndose como modelo democrático de referencia, con criterios para alcanzar satisfactoriamente competencias cognitivas y sociales en los entornos más cercanos (familiar, social y educativo) (Acosta, 2017, p. 84).

En efecto, para guiar dicho éxito académico es necesario diseñar una política pública que produzca y establezca desarrollo para el mejoramiento en los procesos de enseñanza y aprendizaje, es decir, “que el proyecto pedagógico sea un proyecto de vida que garantice un desarrollo humano digno y armónico con el contexto” (Acosta, 2017, p. 85).

Así pues, la perspectiva del nivel tres ha permitido contribuir en la formación de la persona, principalmente a partir de la capacidad de desempeño vinculado a la capacidad emocional en la fundamentación de crecimiento humano. Capacidades y formación que no deberían estar limitadas a las reglas del mercado, de la globalización porque se requiere el reconocimiento del ser con las capacidades que determinen desarrollo humano y calidad de vida:

Se trata de este modo, superar el modelo socio-económico en el que vivimos, para agenciar una práctica educativa y social afincada en ideales de desarrollo verdaderamente humanos y humanizante de las dinámicas cotidianas, buscando producir nuevas subjetividades libres del yugo del mercado y la competencia, convencidas de que nada puede ser y hacerse distinto a los procesos de humanización de la economía (Nieto, 2016, p. 211).

El cuarto nivel y último, busca “materializar” la dignidad humana entretejida con calidad de vida y capacidades centrales. Ello justamente responde a las dinámicas ciudadanas fundadas en capacidades humanas:

Se requiere trascender el énfasis en ofrecer conocimientos y conceptos, pues se hace necesario ponerlos en diálogo con la promoción de actitudes, valores y capacidades para la vida democrática en comunidad, en la cual lo fundamental sea la dignidad humana (Ocampo, Méndez y Pavajeau, 2008, p. 849).

Asumir la trascendencia de las capacidades humanas en la vida digna, es favorecer “aquello que las personas son efectivamente capaces de hacer y ser, según una idea intuitiva de lo que es una vida acorde con la dignidad del ser humano” (Nussbaum, 2007, citado por Ocampo, Méndez y Pavajeau, 2008, p. 847).

Así, la dignidad humana es un camino que contempla la formación democrática en sentido pleno y auténtico de oportunidades y vivencia. De ahí, que postular la idea de: dignidad humana más calidad de vida es igual a mejor vida, es un enunciado (Nussbaum, 1996, p. 87) que responde a principios de vivir mejor en sociedad demostrando derechos y oportunidades para ello. Corresponde desarrollar capacidades con el objetivo de generar condiciones sociales satisfactorias para vivir dignamente.

Significado que muestra el valor y esfuerzo por conocer “qué privilegios legales

y políticos disfrutaban los ciudadanos, qué libertades tienen para conducir sus relaciones sociales y personales” (Nussbaum, 1996, p. 16). Dicha autora da cuenta de ello en el libro: *La Calidad de vida (1996)*, teniendo en cuenta que los derechos humanos, la economía, la educación, el sexo, la política, el enfoque de las capacidades, conforman un amplio conocimiento comprensivo de la condición humana y ciudadana.

Conocimiento que responden a la rentabilidad no económica, tecnológica o científica, sino a seres humanos que necesitan “argumentos” para vivir dando sentido a la condición humana. De modo que “llegar a ser un ciudadano significa aprender una serie de hechos y manejar técnicas de razonamiento. Pero significa algo más. Significa aprender a ser un ser humano capaz de amar y de imaginar” (Nussbaum, 2001, p. 25).

En efecto, no es “producir” ciudadanos para un mundo productivo, es formar “personas capaces de ver a los otros seres humanos como entidades en sí mismas, merecedoras de respeto y empatía, que tiene sus propios pensamientos y sentimientos” (Nussbaum, 2010, p. 189).

Por lo tanto, la pirámide (teniendo en cuenta las ideas de Nussbaum del libro: *Crear capacidades humanas, propuesta para el desarrollo humano*) es un recurso de oportunidades para una sociedad justa que exige derechos con condiciones de vida digna, que no sea un desafío, una fórmula sino una construcción garantizada de ciudadanía, de democracia que cumple con la legitimidad del Estado. De manera que la construcción e inserción del mecanismo de una política pública que ajuste las necesidades básicas en capacidades humanas, contribuye a la atención y participación activa de las personas donde el Estado representa la consolidación de las mismas estableciendo directrices situadas en los procesos de formación (sistemas educativos) en términos de ser integrales, dignos e incluyentes:

Una política social inclusiva es, en consecuencia, una política que asegura a todos el ejercicio pleno de sus derechos, no sólo civiles y políticos, sino también económicos, sociales y culturales. Es una política que no se limita a ‘atender necesidades’, sino a garantizar derechos adquiridos y reconocidos por pactos internacionales (...) además, presupone la existencia o construcción de un Estado social de derecho, garantista de la integralidad, indivisibilidad y exigibilidad de los derechos humanos (Velásquez, 2004, citado por López & Orrego, 2012, p.125).

En razón de lo anterior, una política pública referente a las capacidades humanas es una política incluyente con fundamento social y político, reconociendo en la persona un ser humano competente y dinámico, con capacidad para transformar las pequeñas cosas en sentido social. Connotación que encadena una serie de dimensiones emocionales que moldean la vida de los ciudadanos y permite experimentar desarrollo humano: “Asigna una tarea urgente al Estado y a las políticas públicas: concretamente, la de mejorar la calidad de vida para todas las personas, una calidad de vida definida por las capacidades de estas” (Nussbaum, 2012, p. 39).

Desarrollo que implica configurar el enfoque pedagógico, los procesos de formación a partir de comprender la educabilidad de las emociones como capacidad: “[...] podrá ser posible pensar en el enfoque de capacidades que jalonan una re-significación del concepto de desarrollo en el cual el hombre es un fin en sí mismo, en sus emociones, pasiones, racionalidades” (Nieto, 2016, p. 211).

El hecho que una política pública se establezca a partir de las capacidades humanas, con el propósito de resaltar entre ellas la capacidad emocional, reafirma la condición social de esta como fuente de garantía en la educabilidad de las emociones proveniente de los procesos de formación recibidos en el sistema educativo.

A lo largo de la historia de la Pedagogía por “educar las emociones” ha sido una constante, si bien en las últimas décadas del siglo XX los estudios sobre inteligencia emocional y educación emocional positiva han sacado a la palestra esta temática con especial relevancia (Garcés & Conrado, 2017, p. 478).

Ello significa, que la implementación de una política pública en este sentido es un punto de partida, no de polémica ni de opuestos sino más bien de una lógica humana de relaciones sociales que se producen por la búsqueda de sentido e identidad. De acuerdo con Jiménez (2016) y referido al caso colombiano:

En nuestro país, un tipo concreto de formación ciudadana y política, en el horizonte de lo planteado por Nussbaum, no puede seguir siendo una asignatura pendiente; los ciudadanos debemos atrevernos a construir una democracia en la que podamos vivir como tales, que sea un jardín en el que cada uno tenga posibilidades reales de florecer (p.222-223).

## CONCLUSIONES

El enfoque de las capacidades humanas es un tema orientado hacia la justicia social pero que debe ser tenido en cuenta en los procesos de formación por generar comprensión al ejercicio ciudadano. Dentro de las diez capacidades esta la emocional como pilar en las relaciones sociales y esencial en el ámbito educativo, que apoya el desarrollo de la capacidad de desempeño. Se resalta la importancia de los factores asociados a las capacidades humanas (pirámide) por las herramientas conceptuales que imparte, de vital importancia en los procesos de formación. Por último, se habla de una política pública sobre las capacidades humanas que justifican la riqueza del capital humano, esencial en las prácticas escolares que legitiman patrones de convivencia y conducen a una educación para la ciudadanía, para la vida.

Por lo anterior se puede concluir que la potencialización de las capacidades humanas y emocionales en la esfera educativa, como juego de relaciones internas y sociales, pueden propiciar un contexto de justicia social.

## REFERENCIAS

Acosta, R. (2017). La inteligencia emocional en las prácticas políticas democráticas y educativas. *Analecta Política*, 7 (3), 357-374.

----- *La inteligencia emocional en las prácticas políticas democráticas: una relación de intereses sociales que fortalecen los procesos educativos* (Tesis maestría). Universidad Pontificia Bolivariana, Colombia.

Benedicto, R. (2012). Martha Nussbaum: emociones, mente y cuerpo. *Thémata. Revista de Filosofía*, 46, 591-598.

Furlán, A. & Saucedo, C. (2010). El fomento a la convivencia escolar como recurso valioso contra los problemas de indisciplina y violencia en las escuelas. *Revista Internacional Magisterio. Educación y Pedagogía*, 44, 28-32.

Garcés, L. & Giraldo, C. (2017). Educación de las emociones en la Grecia clásica: la valentía y la confianza como virtudes superadoras del miedo y el temor según Aristóteles. *Revista científica electrónica de Educación y Comunicación en la sociedad del conocimiento* 2 (17), 462-480.

González, B. & Sánchez, N. (2010). *La escritura como dispositivo para el ejercicio de la ciudadanía*. Bogotá D.C.: Ediciones Ántropos Ltda.

Huertas, O. & Arboleda, A. (2016). Educación ciudadana en el marco del pensamiento complejo. *Revista Lasallista de Investigación*, 13(2), 128-135.

Ibañez, N. (2002). Las emociones en el aula. *Estudios Pedagógicos*, 28, 31-45 Recuperado en: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-07052002000100002&lng=es&tling=es](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-07052002000100002&lng=es&tling=es). 10.4067/S0718-07052002000100002. También en: <http://mingaonline.uach.cl/pdf/estped/n28/art02.pdf>.

Jiménez, D. (2016). *Educación emocional para una ciudadanía democrática. La propuesta de Martha Nussbaum*. Quito: Centro de Publicaciones Pontificia Universidad Católica del Ecuador.

López, L. & Orrego, A. (2012). *De-construyendo la educación para el desarrollo: una mirada desde Latinoamérica*. Bogotá: Uniminuto.

Maya, A. & Pavajeau, N. (2003). *Una necesidad humana, curricular y práctica*. Bogotá D.C.: Cooperativa editorial Magisterio.

Ministerio de Educación Nacional. (1998). *Lineamientos curriculares para formación en la Constitución Política y la democracia. Orientaciones para la formación de currículos en Constitución Política y democrática. Organización de Estados Americanos para la educación, la ciencia y la cultura*. Bogotá: Republica de Colombia. Recuperado en: [www.oei.es/valores2/boletin5g.htm](http://www.oei.es/valores2/boletin5g.htm)

----- (2006). *Estándares básicos de competencias en Lenguaje, Matemáticas, Ciencias y Ciudadanas*. Bogotá: Republica de Colombia. Ministerio de Educación Nacional.

Nieto, M. (2016). El enfoque de las capacidades como perspectiva potencial para resignificar el desarrollo humano. *Itinerario Educativo. Revista de las Facultades de Educación*, XXX (67), 195-216.

Nussbaum, M. (1996). *La calidad de vida*. México D.F.: Fondo de cultura económica.

----- (2001). *El cultivo de la humanidad, una defensa clásica de la reforma en la educación liberal*. Trad. Castellana de Juana Pailaya, Andrés Bello. Barcelona. [Cultivating Humanity. A Classical Defense of Refor in liberal Education, Harvard University Press, Cambridge MA, 1997).

----- (2006). *El ocultamiento de lo humano*. Buenos Aires: Katz Editores.

----- (2007). Los sentimientos morales y el enfoque de las capacidades. *Claves de razón práctica*, 169, 28-35.

----- (2010). *Sin fines de lucro*. Buenos Aires: Katz Editores.

----- (2012). *Crear capacidades. Propuesta para el desarrollo humano*. Barcelona: Paidós.

Ocampo, A., Méndez, S. & Pavajeau, C. (2008). Las subjetividades como centro de la formación ciudadana. *Universitas Psychologica*, 7(3), 837-851.

## COMUNIDADE QUILOMBOLA CACIMBINHA: DAS RAÍZES DA ESCRAVIDÃO NO LITORAL DO ESPÍRITO SANTO, PARA A DIFUSÃO DOS SABERES ETNOBOTÂNICOS NA REGIÃO

Data de aceite: 02/05/2022

### **Raquel Francisco Ramos**

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
São Mateus – Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/5525844345428360>

### **Daniel Rodrigues Silva**

Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
São Mateus – Espírito Santo  
<http://lattes.cnpq.br/2826781407679580>

**RESUMO:** No Brasil existem mais de 3.000 comunidades quilombolas espalhadas pelo país que mantem vivo um vasto conhecimento repassado de geração a geração, dentre estes saberes é amplamente visualizado o uso de plantas medicinais para curar dores e enfermidades. Embora o domínio da medicina convencional e o desinteresse da juventude por tais conhecimentos tenha contribuído para o declínio desta prática comum nestes tipos de comunidades, enfatizamos aqui a comunidade de Cacimbinha localizada no Município de Presidente Kennedy-ES, que carrega consigo um conhecimento amplo acerca do assunto, pensando nisso e na carência de estudos etnobotânicos realizados no país, a presente pesquisa teve por objetivo demonstrar a importância e contribuição dos conhecimentos adquiridos pela comunidade quilombola, no que diz respeito à utilização de plantas medicinais para realização de tratamentos, por meio de entrevistas estruturadas para coleta de dados, sendo fotografadas as plantas presentes na

residência dos entrevistados para elaboração de cartilhas doadas para a secretaria de educação e biblioteca municipal, apresentando as plantas mais citadas no decorrer da pesquisa contribuindo assim para a valorização do patrimônio cultural. Os resultados mostram 64 espécies de plantas utilizadas por 12 indivíduos que se dispuseram a participar, 11 destas são citadas com maior frequência. A cidreira (*Melissa Officinales*) destacou-se como a espécie com maior número de citações, onde constatou-se que o chá está em maior evidência, correspondendo a 64,75%, seguido pelo xarope com 13,11%, sendo a folha a parte do vegetal mais utilizada para o preparo dos mesmos com 57,04%. Os dados obtidos na pesquisa comprovaram a grande diversidade de saberes etnobotânicos presentes na comunidade que se esforçam ao máximo para preservar os costumes e a valorização do conhecimento cultural, mesmo com as dificuldades impostas na atualidade, a carência de estudos voltados à valorização desses conhecimentos, aliadas ao desinteresse de uma grande parcela da juventude, o que pode resultar na interrupção desse conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade quilombola. Etnobotânica. Ervas medicinais. Plantas medicinais.

## CACIMBINHA QUILOMBOLA COMMUNITY: FROM THE ROOTS OF SLAVERY ON THE COAST OF ESPÍRITO SANTO, TO THE DISSEMINATION OF ETHNOBOTANICAL KNOWLEDGE IN THE REGION

**ABSTRACT:** In Brazil there are more than 3,000 quilombola communities spread across the country that keep alive a vast knowledge passed on from generation to generation, among these knowledges the use of medicinal plants to cure pain and illnesses is widely seen. Although the mastery of conventional medicine and the youth's lack of interest in such knowledge has contributed to the decline of this common practice in these types of communities, we emphasize here the Cacimbinha community located in the Municipality of Presidente Kennedy-ES, which carries with it a wide knowledge about the subject, thinking about it and the lack of ethnobotanical studies carried out in the country, the present research aimed to demonstrate the importance and contribution of the knowledge acquired by the quilombola community, with regard to the use of medicinal plants to carry out treatments, through interviews structured for data collection, the plants present in the interviewees' residence being photographed for the preparation of booklets donated to the education secretary and municipal library, presenting the plants most cited in the course of the research thus contributing to the valorization of cultural heritage. The results show 64 species of plants used by 12 individuals who were willing to participate, 11 of which are mentioned most frequently. Lemon balm (*Melissa Officinales*) stood out as the species with the highest number of citations, where it was found that tea is in greater evidence, corresponding to 64.75%, followed by syrup with 13.11%, with leaf part of the vegetable most used for their preparation with 57.04%. The data obtained in the research proved the great diversity of ethnobotanical knowledge present in the community, who try their best to preserve customs and value cultural knowledge, even with the difficulties currently imposed, the lack of studies aimed at valuing this knowledge, allied the disinterest of a large portion of the youth, which can result in the interruption of this knowledge.

**KEYWORDS:** Quilombola Community. Ethnobotany. Medicinal herbs. Medicinal plants.

### 1 | INTRODUÇÃO

A idealização, construção e realização deste trabalho denotou uma gama de iniciativas de caráter multidisciplinar, cujas motivações centraram-se em um entendimento das formas como ocorre a transferência de conhecimento, de geração para geração, e a sua grande importância para o saber da sociedade, em seu todo, tomando como referência a comunidade quilombola de Cacimbinha, da cidade de Presidente Kennedy- Espírito Santo.

Os negros estiveram presentes e atuantes na sociedade brasileira desde o início de sua formação social, sendo possível afirmar que suas manifestações culturais e religiosas contribuíram ativamente para a construção da sociedade como a vemos hoje. Nesse sentido, compreender algumas especificidades do período da escravidão se faz necessário, para visualizar a comunidade quilombola estudada.

O tocante histórico a respeito da chegada dos primeiros escravos negros no Brasil não possui uma data específica. Conforme as argumentações de Garareis (2012), a datação mais precisa seria 1538, quando o arrendatário de Pau-Brasil José Lopes Bixorda

teria dado início à prática.

À época, os negros eram capturados em sua localidade natal, no continente Africano, e forçados, por intermédio de muita violência, embarcavam para a América, em condições desumanas, que acarretavam uma quantidade considerável de mortes durante essa travessia de um continente a outro.

Desse modo, houve a consolidação do período da Escravidão no Brasil, que se estendeu por 300 anos, nos quais ficaram amplamente evidenciadas as práticas que consideravam o negro como uma mercadoria, podendo ser vendida, doada ou leiloada. Uma época na qual esses indivíduos, em quantidade, demonstrava o poder do dono da sua fazenda, não eram pessoas, mas, sim, coisas.

Contudo, durante toda a prática, havia indivíduos que não se submetiam a essa situação. Barbosa (2010) pontua as mais diversas atrocidades para com os negros, denotando açoites nas fazendas e em locais públicos, tradicionalmente conhecidos como pelourinhos, alimentação precária, condições de estadia desumanas, estupros e outros grandes abusos contra a dignidade dos negros.

As tratativas relacionadas ao negro escravo demonstravam desrespeito em considerável amplitude. Eles eram submetidos a um despertar violento antes do nascer do sol, com feitores realizando contagens, com alimentação à base de café, farinha, feijão e aguardente, espalhados pelo chão em folhas de bananeira. Ademais, durante todo o processo de trabalho, caso houvesse resistência ou demonstração de cansaço, os castigos eram aplicados impiedosamente, para que os demais não tivessem a mesma atitude. Assim, se controlavam todos os indivíduos, através de medo e dor (NETO, 2000; MALANDRINO, 2007).

Por essa ótica, o Quilombo fica definido como uma aglomeração de negros, cuja premissa pode ser entendida como proteger uns aos outros, vivendo em harmonia, buscando resgatar seus semelhantes que ainda se encontravam na situação de escravidão. Marques (2009) elucida sua importância para a consolidação da sociedade brasileira como um todo, visto que a riqueza de saberes do continente Africano perdura até os dias atuais, sendo passada de geração para geração. Esse é o caso da utilização de plantas medicinais para tratamento de dores e enfermidades.

Com essa visualização, fica possível o entendimento do objetivo desta pesquisa: demonstrar a importância e contribuição dos conhecimentos adquiridos pela comunidade quilombola, no que diz respeito à utilização de plantas medicinais para realização de tratamentos.

Para que seja possível alcançar o objetivo aqui descrito, no tocante ao aspecto metodológico, Gil (2008) define a pesquisa como um grande procedimento de cunho sistemático e racional, com a finalidade de apresentar respostas aos problemas de pesquisa apresentados.

A presente pesquisa centra-se em quatro campos, com etapas distintas, mas

interligadas entre si. A primeira se inicia com a determinação e delimitação do problema de pesquisa, passando para um levantamento bibliográfico de conceituações, seguindo através de uma pesquisa de campo e, ao final, a explanação dos resultados obtidos, caracterizando, assim, sua conclusão e fechamento.

## 2 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Dados coletados

A comunidade é representada por 30 casas, sendo que, dentre estas, moradores de 15 residências se dispuseram a participar da entrevista, 5 disseram não saber sobre o assunto e os demais não quiseram participar. No conjunto dos que não participaram, havia pessoas da mesma linhagem familiar, que moravam próximas. Por exemplo, jovens recém-casados, iniciando sua própria base familiar que, por não apresentarem conhecimento a respeito do tema, conduziam o entrevistador a realizar a pesquisa com o parente mais velho, que morava próximo, o que influenciou, conseqüentemente, no número de entrevistados.

Das pessoas entrevistadas, todas foram do sexo feminino, algo similar ao apresentado por Arnous et al. (2005), Macedo et al. (2007) e Gadelha (2015) e tinham idade aproximadamente acima de 45 anos. Ricardo (2009) relata que a idade dos informantes e o contato com o meio rural favorecem o conhecimento sobre plantas medicinais. Isso, com certeza, contribuiu para que todos os entrevistados relatassem serem os próprios responsáveis pelo preparo da planta medicinal para consumo.

Durante a coleta de dados, foram citadas 63 plantas com a finalidade de cura e tratamento de suas enfermidades, sendo elas:

Planta Medicinal	Nome Científico (Fonte)	Função mencionada pelos respondentes	Função mencionada pela literatura
Abacateiro	<i>Persea sp.</i> (Martins et al. 2000)	Gripe, rins	Diurético, carminativo, estomáquico, colagogo, colerético, anti-inflamatório
Abacaxi	<i>Ananas sp.</i> (Vieira et al. 2016)	Expetorante, cabelo	Estomática (combate disfunções estomacais); carminativa (combate a formação de gases no intestino); diurética (estimula a produção de urina); anti-inflamatória (diminui inflamação)
Aceroleira	<i>Malpighia glabra</i> (Santos et al, 2014)	Tosse, gripe	Rico em Vitamina C (Fruta) e antioxidante natural obtido das folhas
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> (Correia et al. 2011)	Coração	Febres, afecções hepáticas e das vias biliares, dispepsia, flatulência, ansiedade, astenia, anorexia, cefaleia, bronquite crônica, asma brônquica e reumatismo
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> (Correia et al. 2011)	Tosse, tempero	Náuseas, vômitos, dispepsia, halitose, queda de cabelo, febre, afecções bucais, tosse, vertigem

Algodoeiro	<i>Gossypium sp.</i> (Corrêa et al. 2011)	Inflamação, dor no ouvido	Asma brônquica, gripe, otites, diarreia, anti-inflamatório diurético
Alho	<i>Allium sativum</i> (Brasil, 2019)	Anti-inflamatório, gripe e tosse	Hipercolesterolemia (colesterol elevado) e anti-hipertensivo leve. Atua como expectorante e antisséptico.
Arnica	<i>Arnica montana</i> (Brasil, 2019)	Hematomas	Anti-inflamatório em traumas, contusões, torções e edemas por fraturas e torções; hematomas e equimose
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i> (Brasil, 2011)	Diarreia, útero, câncer, dores articulares, infecção, coceira.	Anti-inflamatório e cicatrizante ginecológico
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> (Martins et al. 2000)	Cólica	Calvície, varizes, asma brônquica, pneumonia, cefaleia
Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i> (Brasil, 2019)	Tosse	Tosse, bronquite, e dores musculares
Avenca	<i>Adiantum capillus-veneris</i> (Martins et al. 2000)	Queda de cabelo, rouquidão	Expectorante e béquico, afecções das vias respiratórias
Babosa	<i>Aloe Vera</i> (Brasil, 2019)	Queimadura, hidratante de cabelo, câncer, rins, coluna	Cicatrizante e em queimaduras
Bananeira	<i>Musa sp.</i> (Embrapa, 2015)	Estancar sangue (usa-se o leite).	Utilizada contra queimaduras e problemas de pele de maneira geral
Bardana	<i>Arctium lappa</i> (Brasil, 2011)	Caspa, corrimento, gastrite e cólica	Antidispéptico, diurético e anti-inflamatório.
Benzetacil, terramicina e/ou Penicilina	<i>Anternanthera basilliana L.</i> (Rocha; Marchete, 2018)	Diarreia, coagulação, garganta, coração	Cicatrizante, antibacteriana, anti-inflamatória e antitumoral, contribuindo então no aceleração da cicatrização de úlceras
Boldo (falso-boldo)	<i>Plectranthus barbatus</i> (Brasil, 2019)	Estômago, diarreia, cólica intestinal, fígado, rins	Dispepsia
Cana-caiana	<i>Sacharum officinarum L.</i>	Tosse	Não há confirmação experimental da eficácia e segurança do seu uso terapêutico.
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> (Brasil, 2011)	Calmante	Antiespasmódico, ansiolítico e sedativo leve. Anti-inflamatório em afecções da cavidade oral.
Cana-de-macaco	<i>Costus spp.</i> (Embrapa, 2011)	Rins	Diurética e depurativa, sendo associada frequentemente ao tratamento de infecções urinárias e eliminação de pedras renais. Apesar de muito utilizada, ainda não há confirmação experimental da eficácia e segurança do seu uso terapêutico.
Cânfora	<i>Artemisia camphorata</i> (Martins et al. 2000)	Dor articular	Dores musculares, contusões, reumatismo e picada de insetos
Capim-limão	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf (Brasil, 2011)	Calmante, pressão arterial	Antiespasmódico, ansiolítico e sedativo leve

Cebola	<i>Allium cepa</i> , (Biazzi, 1996)	Tosse	Vermífuga, germicida. Fortalece o sistema imunológico, indicada para gripe, tosses e infecções em geral
Cidreira	<i>Melissa officinalis</i> (Brasil, 2011)	Cistite, pressão arterial, calmante, mal-estar	Antiespasmódico, ansiolítico e sedativo leve
Cipó-chumbo	<i>Cuscuta corniculata</i> (Martins et al. 2000)	Tosse	Tosse
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i> (Corrêa et al. 2011)	Cólica	Dispepsia e afecções do fígado
Couve	<i>Brassica oleracea</i> (Grandi et al. 1989)	Estômago	Estômago, anemia, e para tirar a dor de machucados.
Cravo-da-india	<i>Eugenia caryophyllata</i> (Corrêa et al. 2011)	Rouquidão, anestésico, tosse.	Bronquite crônica, flatulência e dispepsia.
Erva-de-santa-maria	<i>Dysphani ambrosioides L.</i> (Vieira, 2016)	Verme	Estomáquica; anti-helmíntica (vermífuga); antirreumática; diurética; sudorífica; cicatrizante; digestiva; carminativa
Erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i> (Brasil, 2019)	Calmante, cólica de recém-nascido	Dispepsia, cólicas gastrointestinais e como expectorante
Erva-moura	<i>Solanum nigrum</i> (Martins et al. 2000)	Hemorragia	Abscesso, úlceras de pele e cicatrizante
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i> (Brasil, 2019)	Gripe	Antisséptico e antibacteriano das vias aéreas superiores, expectorante
Jucá; Pau-Ferro	<i>Caesalpinia férrea</i> (Brasil, 2019)	Febre, hepatite	Lesões, como adstringente, hemostático, cicatrizante e antisséptico
Gengibre	<i>Zingiber officinale</i> (Brasil, 2019)	Sinusite, expectorante, estômago	Enjoo, náusea e vômito da gravidez, de movimento e pós-operatório, dispepsias em geral.
Goiabeira	<i>Psidium guayava</i> (Brasil, 2019)	Diarreia	Diarreia não infecciosa, pele e mucosas lesadas, como antisséptico
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> (Brasil, 2019)	Tosse	Broncodilatador e expectorante
Hortelã-pimenta	<i>Mentha x Piperita</i> (Brasil, 2011)	Tosse, expectorante, rouquidão, verme, dente, enjoo	Antiespasmódico e antifatulento
Jaborandi	<i>Pilocarpus jaborandi</i> (Corrêa et al. 2011)	Caspa, queda de cabelo	Fortalece o cabelo, glaucoma, febre, diabetes <i>mellitus</i> , nefrite, afecções brônquicas e dor de dente
Jatobá	<i>Hymenaea spp.</i> (Martins et al. 2000)	Depurativo do sangue.	Adstringente, carminativa, sedativa, inflamações da bexiga, próstata, hemorragia, diarreia, disenteria e dispepsia
Joá	<i>Solanum capsicoides</i> (Lorenzi, Harri, 2008)	Furúnculo	Manchas e urticárias
Limoeiro	<i>Citrus limonum</i> (Corrêa et al. 2011)	Gripe, tosse	Gripe, febre, tuberculose, afecções de via biliares, hipertensão arterial, dispepsia, diarreia e reumatismo

Louro	<i>Laurus nobilis L.</i> (Almeida, 2011)	Diabetes	Digestivo, auxiliar nos tratamentos dos gases intestinais e estomacais
Macaé	<i>Leonurus sibiricus</i> (Martins et al. 2000)	Tosse, febre	Febre, gastrite, bronquite, vômito, eupéptico, antirreumática, estomáquico
Marcela	<i>Achyrocline satureioides</i> (Brasil, 2011)	Fígado	Antidispéptico, antiespasmódico e anti-inflamatório
Melão São Caetano ou melãozinho	<i>Momordica charantia</i> (Brasil, 2019)	Pneumonia, febre	Dermatites (irritação da pele) e escabiose (sarna)
Manjeriçao	<i>Ocimum gratissimum</i> (Itaipu, 2012)	Dor de ouvido	Cansaço físico, febre, problemas gástricos, antigripal, nervosismo
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i> (Brasil, 2019)	Calmante	Quadros leves de ansiedade e insônia, com agitação, como calmante suave
Margarida	<i>Bellis perennis</i> (Corrêa et al. 2011)	Diarreia, fígado	Inflamação da boca e gengiva, bronquite, asma tosse e astenia
Mentruz	<i>Chenopodium ombrosioides</i> (Biazzi, 1996)	Bronquite, fadiga, tosse, resfriado	Dores nas costelas
Methiolate	<i>Jatropha multifida</i> (Buch et al. 2008)	Coagulação	Cicatrização
Noni	<i>Morinda citrifolia</i> (Solomon et al., 1999)	Gastrite, colesterol, câncer, diabetes tipo II, estômago, fígado	Combate ao câncer, doenças cardíacas, desordens digestivas, diabetes, transtornos autoimunológicos, infartos e problemas de peso, e problemas de pele e de cabelo
Pé de Galinha	<i>Eleusine indica</i> (Martins et al. 2000)	Febre	Febre, pneumonia e gripe
Pico Preto	<i>Bidens pilosa</i> (Brasil, 2019)	Hepatite, infecção urinária	Icterícia do recém-nascido
Pitanga	<i>Eugenia Uniflora</i> (Brasil, 2019)	Alívio da Tosse e gripe	Antidiarreico em diarreia não infecciosa, cicatrizante
Poejo	<i>Mentha pulegium</i> (Brasil, 2019)	Romper dente, diarreia, tosse	Afeções respiratórias, como expectorante. Estimulante do apetite, perturbações digestivas, espasmos gastrointestinais, cálculos biliares e colecistite
Rebenta-pedra e/ou quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> (Brasil, 2019)	Rins	Litíase renal, para auxiliar na eliminação de cálculos renais pequenos
Romã	<i>Punica granatum</i> (Brasil, 2019)	Rouquidão, garganta	Inflamações e infecções da mucosa da boca e faringe como anti-inflamatório e antisséptico
Rosa Branca	<i>Rosa canina</i> (Biazzi, 1996)	Depurativo, romper de dente, vista, cólica, infecção, inflamação	Tosse, brotoeja e inflamação nos olhos
Saião	<i>Kalanchoe brasilienses</i> (Corrêa et al. 2011)	Compressa para torção, chá para dor no estômago, tosse, gripe	Afeções pulmonares e infecções das vias aéreas, queimaduras, feridas, úlceras, picadas de insetos e verrugas

Salsinha	<i>Petroselinum sativum</i> (Corrêa et al. 2011)	Tempero, diarreia, disenteria, emagrecer, romper de dente, rins, cólica	Flatulência, diurético, febre, parasitose intestinal, dispepsia, bronquite, asma, inflamação ocular, cicatrizante
Sucupira	<i>Bowdichia spp.</i> (Martins et al. 2000)	Dor nos ossos	Infecções bucais e amigdalite
Tranchagem e/ou tanchagem	<i>Plantago sp<sup>e</sup>.</i> (Brasil, 2019)	Rins, inflamação na garganta, cólica, antibiótico, dor pélvica, infecção	Inflamações e assepsia da boca e faringe
Urtiga Branca	<i>Cnidoscopus urens</i> (Lorenzi, 2008)	Pedra nos rins	Vias respiratórias, escrofulose, hemorragias, leucorreia, menstruação irregular, constipação, diarreia, contusões e queimaduras

Tabela 1. Comparação da função de cada planta relatada pelos entrevistados com a literatura.

Fonte: Produção da autora e função mencionada pela literatura, baseada preferencialmente na RDC nº 10, de 09 de março de 2010, e no formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, 1 edição.

No decorrer da pesquisa, foi possível constatar a citação de determinadas plantas medicinais com maior frequência, destacando-se a Cidreira em primeiro lugar, similar ao apresentado na pesquisa de Macedo (2007). Conhecida por sua ação medicinal e aromática, a *Melissa Oficinalis*, originária da Ásia e Europa, foi, aos poucos, se adaptando ao clima subtropical e temperado, sendo facilmente encontrada em todo território brasileiro. A planta pertence à família *Lamiaceae*, conhecida popularmente como: melissa, erva-cidreira verdadeira, citronela, melissa romana, chá de França, entre outras (CORRÊA JUNIOR et al., 1994).

Plantas Medicinais	Número	%
Cidreira	8	13,79
Boldo	7	12,06
Tranchagem	6	10,34
Saião	6	10,34
Rosa Branca	5	8,62
Noni	5	8,62
Babosa	5	8,62
Hortelã-Pimenta	4	6,89
Romã	4	6,89
Poejo	4	6,89
Macaé	4	6,89

Tabela 2 - Plantas Medicinais mais citadas na pesquisa.

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à aquisição das mudas, foi relatado pelos participantes que algumas foram adquiridas nos supermercados e feiras e algumas já existiam nos quintais de alguns participantes. Isso vem ao encontro do afirmado por Arnous et al. (2005) e Macedo et al. (2007). 33,33% dos espécimes relatados foram obtidos em supermercados e feiras. Quanto aos 66,66% restantes, as pessoas entrevistadas tinham alguns em seu próprio quintal.

Em geral, as plantas medicinais citadas não necessitam de muitos cuidados, sendo utilizada apenas adubação orgânica, como restos de frutos, cascas e folhas. As cultivadas se encontram, quase sempre, próximas às casas (em vasos de casca de coco, latas ou outros materiais reutilizáveis, em canteiros ou no próprio solo). As espontâneas costumam crescer em beiras de estrada e áreas desprovidas de vegetação, com insolação direta na maior parte do dia. (PINTO et al., 2006). Entretanto, como já explanado anteriormente, é preciso se ter cautela quanto à utilização das mudas de plantas encontradas próximas a beiras de estradas, pois as mesmas podem ter se contaminado. Cuidado este vivenciado pela comunidade, onde os entrevistados utilizam apenas plantas cultivadas em seu quintal ou adquiridas em supermercados e feiras, o que retrata a dedicação e a prudência da comunidade com as plantas medicinais.

Saber qual parte da planta deve ser utilizada para o tratamento de determinadas enfermidades é essencial para a obtenção do resultado esperado, seja no preparo de um fruto como a romã (*Punica Granatum*) ou das delicadas folhas de hortelã (*Mentha x Piperita*). Pinto (2006) ressalta que a folha é a parte do vegetal significativamente mais utilizada pela medicina caseira, o que é semelhante ao verificado no decorrer da pesquisa, correspondendo a 57,04%. Além de a folha corresponder à parte do vegetal mais utilizada, 58,33% dos respondentes fazem seu uso por meio de decocção e 41,66% por infusão, dados estes similares ao descrito por Barbosa da Silva et al. (2012). Entretanto, se compreende que a infusão é a forma mais adequada para o preparo do chá, garantindo maior sucesso na obtenção do resultado esperado.

No que concerne ao modo de preparo que melhor se adéqua a cada tipo de planta, foram citadas no total 8 diferentes medidas, sendo estas: chá (64,75%), xarope (13,11%), sumo (11,47%), suco (6,55%), compressa (1,63%), banho (1,63%) e garrafada (0,81%), enfatizando, assim, o chá com percentual acima da média, predominante também no estudo de Arnous et al. (2005) e Sales et al. (2009).

No que tange ao horário específico para a coleta das plantas, 75% dos respondentes relataram não haver horário específico, pois as coletam apenas no momento em que há necessidade, e 25% afirmaram que realizam a coleta no período da manhã ou no final da tarde, onde há menor incidência de radiação solar. Segundo a Embrapa (2004), a concentração de princípios ativos durante o dia pode variar muito. Os alcalóides e óleos essenciais concentram-se mais pela manhã e os glicosídeos, à tarde. No entanto, na maioria das vezes, nada impede que as plantas sejam colhidas antes ou depois do ponto para uso imediato. O problema vai ser a redução do valor terapêutico, em alguns casos,

ou a predominância de princípios tóxicos. Vale ressaltar que, se a colheita for efetuada no horário da manhã, não se recomenda executá-la com água sobre as partes, por exemplo, com o orvalho da manhã. (ALMEIDA, 2011).

Constatou-se também que a transmissão dos conhecimentos sobre as plantas medicinais é realizada de forma oral, por parentes e amigos, e sem a verificação científica da sua veracidade, fato esse verificado em outros trabalhos (TOMAZZONI; NEGRELLE; CENTA, 2006).

Dentre os participantes da pesquisa, a maioria relatou haver um desinteresse dos jovens acerca do tema em questão, com apenas uma opinião contrária. Matos (2002) e Amorozo (1996) acrescentam, sobre tal desinteresse, que ele culmina na interrupção da transmissão desses saberes. Os autores consideram de suma importância esses conhecimentos sobre métodos alternativos de curas e tratamentos.

Autores como Matos (2002) e Pinto (2006) reconhecem o valor do repertório cultural das comunidades quilombolas, além da importância de seu vasto e rico conhecimento sobre o uso das plantas medicinais e sua aplicação para promoção da saúde. Entende-se que os saberes dessas comunidades se demonstram significativos, mas são muitas vezes sufocados pelo desinteresse das novas gerações e pela influência da medicina ocidental, que culmina na interrupção da transmissão de tais conhecimentos.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que a comunidade quilombola de Cacimbinha, no litoral Sul do Espírito Santo, carrega, como requisito característico de sua cultura, um vasto conhecimento quanto ao tratamento de enfermidades a partir do uso de plantas para fins medicinais. Ao longo dos anos, o Ministério da Saúde, juntamente com outros órgãos governamentais vêm investindo na catalogação de plantas medicinais no SUS, indicando novos fitoterápicos para a melhoria da qualidade de vida da população.

Pesquisas, como a de Buch et al. (2008), vêm comprovando a eficácia de algumas dessas plantas. Uma delas demonstra, por meio de estudos em animais e clínicos em humanos, que a *Jatropha multifida* (merthiolate) apresenta ação eficaz no processo de reparação tecidual, em virtude principalmente de sua propriedade antibacteriana.

Freitas et al. (2014), por sua vez, identificaram, por meio de testes *in vitro* e *in vivo*, algumas substâncias como sendo parcialmente responsáveis pela atividade anti-inflamatória e cicatrizante da *Aloe vera* (Babosa). Inclusive, essa eficácia é aceita pelo Ministério da Saúde, que aceitou a *Aloe Vera* na produção de medicamento fitoterápico, juntamente com mais outras 11 (onze) plantas medicinais.

Contudo, apesar dos avanços em pesquisas no decorrer dos anos, ainda não se reconhece o valor medicinal que determinadas plantas apresentam, o que foi constatado na presente pesquisa, visto que algumas das plantas citadas pelos entrevistados não

apresentavam comprovação científica da eficácia e segurança da ação terapêutica. Nesses casos, as comunidades fazem uso das ervas medicinais em decorrência, apenas, do conhecimento empírico construído ao longo dos anos, repassado de geração em geração, sem quaisquer tipos de comprovação científica.

Observa-se, assim, a carência de estudos voltados à área da etnobotânica e a falta de reconhecimento do valor medicinal dessas plantas, embora, como afirma Albuquerque (2005), a etnobotânica ofereça elementos para outros investigadores, favorecendo a descoberta de novos medicamentos.

Por outro lado, a relação de interdependência entre o homem e as plantas, construída desde os tempos mais remotos, perdura até os dias de hoje, principalmente devido a comunidades quilombolas, como a de Cacimbinha, que se esforçam ao máximo para preservar os costumes e a valorização do conhecimento cultural sobre as ervas medicinais, em benefício da saúde, mesmo com as dificuldades impostas na atualidade e a carência de estudos voltados à valorização desses conhecimentos, aliadas ao desinteresse de uma grande parcela da juventude, o que pode resultar na interrupção desse conhecimento.

Tal desinteresse ocorre tanto pela praticidade dos remédios alopáticos quanto pela discordância de que as plantas medicinais ofereçam tratamento eficaz. Mas isso não impede que os mais experientes de cada residência transmitam os conhecimentos, que são, ainda, repassados de geração a geração.

Vale ressaltar que os entrevistados confiam tanto na eficácia do uso das plantas para fins medicinais, que, quando elas não são encontradas próximas às casas, se recorre ao supermercado ou feiras, compreendendo-se que o que realmente importa é fazer o uso da planta para obtenção do resultado esperado, independentemente de como ela é obtida. Isso porque não se trata apenas de preparar um chá ou de um simples hábito de pessoas mais antigas, mas, sim, de pessoas que confiam nas propriedades curativas presentes nas plantas, motivadas pelo aspecto cultural, que perdura até os dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Introdução à etnobotânica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora. Interciência, 2005. 93p.

ALMEIDA M.Z. 2011. **Plantas Medicinais e Ritualísticas**. 3. ed. EDUFBA, Salvador, Brasil.

ARNOUS, A.H.; SANTOS, A.S.; BEINNER, R.P.C. **Plantas medicinais de uso caseiro-conhecimento popular e interesse por cultivo comunitário**. Revista Espaço para a Saúde, v.6, n.2, p.1-6. Londrina, 2005.

AMOROZO M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: di Stasi, L.C. (Org). **Plantas medicinais Arte e Ciência** - um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p.47-68.

BARBOSA, Keith Valéria de Oliveira. **Doença e cativoiro**: um estudo sobre a mortalidade e sociabilidade escravos no Rio de Janeiro, 1809-1831. 2010. 102 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2010.

BARBOZA DA SILVA, Nina et al. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola da Barra II–Bahia, Brasil. **Boletín Latinoamericano y del Caribe de Plantas Medicinales y Aromáticas**, v. 11, n. 5, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/blacpma/article/viewFile/913/865>> Acesso em: 15 de set de 2020.

BIAZZI, E. S. **Saúde Pelas Plantas**. 12. ed. São Paulo: Casa publicadora brasileira; 1996. 176p.

Brasil. Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Departamento de Apoio Técnico e Educação Permanente **COMISSÃO ACESSORA DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS**. SÃO PAULO, 2019. Disponível em: <<http://www.crfsp.org.br/images/cartilhas/PlantasMedicinais.pdf>>. Acesso em: 26 de ago de 2020.

BUCH, D. R. et al. Verificação da atividade cicatrizante do exudato de folhas de *Jatropha multifida* L. **Rev. Bras. Farm.**, 89(2): 142-145, 2008.

CORRÊA A. D., BATISTA R. S., QUINTAS L.E.M. **Plantas Medicinais do Cultivo à Terapêutica**. 8. ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 2011. 248p.

EMBRAPA. **Orientações Técnicas para o Cultivo de Plantas Medicinas, Aromáticas e Condimentares**. Aracaju, SE. 2015. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/133435/1/CT-70.pdf>>. Acesso em: 28 de ago de 2020.

EMBRAPA; **Cultivo, uso e manipulação de plantas medicinais**. Porto Velho - Rondônia, 2004.

FREITAS, V.S.; RODRIGUES, R.A.F.; GASPI, F.O.G. Propriedades farmacológicas da *Aloe vera* (L.) Burm. f. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.16, n.2, p.299-307, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRANDI, T. S. M. et al. Plantas Medicinais de Mina Gerais, Brasil. **Acta Bot. bras.** 3(2): 1989. p.185-224.

ITAIPU, Binacional. **Projeto Plantas Medicinais, cartilha informativa**. p.01-38, 2012.

LORENZI, Harri. **Plantas Daninhas do Brasil terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas**. 4.ed. Nova Odessa - São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. 640p.

MACEDO, A.F.; OSHIWA, M.; GUARIDO, C.F. Ocorrência do uso de plantas medicinais por moradores de um bairro do município de Marília-SP. **Rev. Ciênc. Farm. Básica Apl.**, v. 28, n.1, p.123-128, 2007.

MALANDRINO, Brígida Carla. História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um levantamento bibliográfico. **Revista de Estudos da Religião**, dezembro / 2007 / pp. 112-178. ISSN 1677-1222.

MARQUES, Carlos Eduardo. De Quilombos a Quilombolas: Notas Sobre Um Processo Histórico-Etnográfico. **Revista De Antropologia**, vol. 52, no. 1, 2009, p. 339–374.

MARTINS E. R. et al.; **Plantas Medicinais**. Universidade Federal de Viçosa: UFV; 2000, 220p.

MATOS, F. J. A. **Farmácias vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projeto para pequenas comunidades**. Fortaleza: EUFC; 2002. 267p.

NETO, José Maia Bezerra. **Fugindo, sempre fugindo: escravidão, fugas escravas e fugitivos no Grão Pará (140- 1888)**. 2000. 396 fl. Dissertação (Mestrado em História e Ciências Humanas) – Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2000.

**O que é Homeopatia e para que serve? Como funciona, princípios e medicamentos**. Disponível em: <<https://homeopatiabrasil.com.br/o-que-e-homeopatia-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

PINTO, Erika de Paula Pedro; AMOROZO, Maria Christina de Mello; FURLAN, Antonio. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais de mata atlântica - Itacaré, BA, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, [s.l.], v. 20, n. 4, p.751-762, dez. 2006.

RICARDO, L. M. **Uso de Plantas Medicinais: O Sistema Único de Saúde e a autonomia dos saberes comuns**. Fundação Oswaldo Cruz. Especialização (Monografia) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009.

ROCHA, Patrícia; MARCHETE, Rogério. Principais atividades da planta alternanthera brasiliana. **Revista em Foco**. 10. ed. Disponível em: <<https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/12/119-PRINCIPAIS-ATIVIDADES-DA-PLANTA-ALTERNANTHERA-BRASILIANA-.pdf>>. Acesso em: 25 de out de 2020.

SOLOMON, Neil et al. **O fruto tropical de 101 aplicações medicinais**. Direct Source Publishing 500 S. Geneve RD. 1999.

SANTOS, A. C.C.; SANTOS, K. A.; SILVA, E. Avaliação da Estabilidade Oxidativa do Biodiesel de Soja (*Glycine max L.*) na presença de antioxidantes naturais obtidos das folhas de acerola (*Malpighia glabra L.*) utilizando CO2 supercrítico. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/franc/Downloads/38611-143394-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de Out de 2020.

TOMAZZONI, M.I; NEGRELLE, R.R.B; CENTA, M.L. Fitoterapia popular: a busca instrumental enquanto prática terapêutica. **Texto Contexto Enfermagem** 15(1): 115 – 21, 2006.

VIEIRA, Ana Claudia de Macêdo et al. **Manual sobre uso racional de plantas medicinais**. Rio de Janeiro: Cerceau, 2016. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/biologia/livros/MANUAL%20SOBRE%20USO%20DE%20PLANTAS%20MEDICINAIS%20%20VOLUME%201.pdf>>. Acesso em: 03 de set de 2020.

## IMPACTO DAS EXPERIÊNCIAS SENSORIAIS COM ÊNFASE EM TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS

Data de aceite: 02/05/2022

### Valentine S. Vasquez-Munita

Estudante do Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, IFSP, *Campus* Cubatão

### Leonardo X. Nascimento

Estudante do Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, IFSP, *Campus* Cubatão

11º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2020.

**RESUMO:** O sistema sensorial é um conjunto de órgãos dotados de células receptoras de sentidos, que geram profundo impacto na vivência humana, possibilitando a captação de estímulos e informações do ambiente exterior que cercam o corpo humano. Diante de um mundo cada vez mais tecnológico surgem diversas ferramentas e possibilidades de experienciar sensações antes não exploradas. Este trabalho tem como foco a maneira como as pessoas captam essas sensações e suas respostas aos chamados ASMR (Autonomous Sensory Meridian Response), sendo esta uma experiência sensorial vivida por meio digital que é principalmente utilizada em plataforma de compartilhamento de vídeos. A pesquisa tem como proposta a análise dos benefícios quanto à promoção da percepção sensorial, sendo eles, visuais ou auditivos com o uso da ASMR. Pretende-se a análise e o estudo de quanto e como essas experiências sensoriais interferem

no cérebro humano, e suas respectivas reações. Através dos dados obtidos de uso de um aplicativo que está sendo desenvolvido com propósito de propiciar estas experiências. Com base nisso, analisar a possibilidade de um tratamento alternativo para doenças psicossomáticas, com ênfase em depressão e ansiedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sistema sensorial; ASMR; aplicativo; transtornos psicológicos.

### IMPACT OF SENSORY EXPERIENCES WITH EMPHASIS IN PSYCHOLOGICAL DISORDERS

**ABSTRACT:** The sensory system is a set of organs endowed with cells that receive senses, which generate a profound impact on human experience, enabling the capture of stimuli and information from the external environment that surround the human body. Faced with an increasingly technological world, several tools and possibilities to experience sensations that have not been explored emerge. This work focuses on the way people capture these sensations and their responses to the so-called ASMR (Autonomous Sensory Meridian Response), this being a sensory experience lived through digital media that is mainly used in video sharing platform. The research aims to analyze the benefits regarding the promotion of sensory perception, whether visual or auditory with the use of ASMR. It is intended to analyze and study how these sensory experiences interfere in the human brain, and their respective reactions. Through the data obtained from the use of an application that is being developed with the purpose of providing these experiences. Based

on this, analyze the possibility of an alternative treatment for psychosomatic illnesses, with an emphasis on depression and anxiety.

**KEYWORDS:** Sensory experience; ASMR; app; psychological disorders.

## INTRODUÇÃO

Entende-se que os ASMR são gatilhos audiovisuais muito específicos, como sussurros e também movimentos cuidadosos com as mãos, normalmente envolvendo objetos. Há evidências consistentes de que tais vídeos provocam sensações de formigamento e afeto positivo, como calma e excitação, e medidas fisiológicas, como a redução da frequência cardíaca (POERIO *et al*, 2018).

O sistema sensorial, se trata de um conjunto de órgãos dotados de células especiais chamadas receptores, que são responsáveis por receber e transmitir informações provenientes dos estímulos sensoriais. Este sistema pode ser subdividido em um conjunto de sistemas que realizam funções definidas: o sistema tátil, gustativo, olfativo, auditivo, visual, vestibular e proprioceptivo (CAMINHA, 2008). Dentre eles, este trabalho tem como foco o estudo de experiências relacionadas ao sistema visual e auditivo.

Os estímulos sensoriais gerados por determinadas atividades ocorrem de modo que os neurônios receptores absorvem dados do ambiente em que estão inseridos, gerando reações no corpo humano (SADAVA *et al*, 2009). Este estudo procura compreender os benefícios por trás das atividades que exercem o estímulo sensorial, em específico, a ASMR, capaz de amenizar os sintomas psicossomáticos de pessoas portadoras dos transtornos psicológicos de depressão e ansiedade (BARRATT; DAVIS, 2015).

Desta forma, a fim de abrandar os sintomas psicossomáticos de pacientes com transtornos de ansiedade e depressão, utiliza-se o ASMR, uma combinação de áudio e vídeo, que irá fornecer estímulos, que serão relatados através das reações corporais e cerebrais e comparados ao de pacientes que não utilizam ASMR para amenizar os sintomas de seu transtorno.

Para tanto, pretende-se testar a possibilidade de melhora de quadros de ansiedade e depressão, bem como a periodicidade das sensações derivadas do uso de ASMR.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Serão utilizados equipamentos eletrônicos, tais como aparelhos celulares e tablets, para o uso de um aplicativo em desenvolvimento, que promoverá experiências sensoriais aos usuários, através dos ASMR. Cada indivíduo fornecerá dados específicos, coletados pelo aplicativo antes e após a utilização do ASMR, sendo estes: pressão arterial, batimentos por minuto, humor (tristeza, felicidade, irritabilidade, dentre outros) e sensações (antes, durante e após o uso do aplicativo), a fim de observar as alterações corporais e psicológicas, que serão tabuladas com objetivo de estudar os níveis de estresse, ansiedade, insônia, entre

outros sintomas psicossomáticos que assolam o transtorno de ansiedade e depressão.

Através dos resultados obtidos, pode-se subdividir os dois grupos pré-existentes (ansiedade e depressão) em grupos menores cujas características semelhantes possibilitarão definir uma melhor forma de amenizar os sintomas de cada caso.

Por fim, os resultados obtidos serão examinados por nossa equipe, e através do mesmo poderá observar o impacto do uso de estímulos sensoriais, bem como suas ações de tratamento e melhora dos transtornos psicológicos de ansiedade e depressão, assim, buscando através de um tratamento alternativo, uma condição de amenização/melhora a longo prazo daquele que é submetido às experiências sensoriais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Kapustnik *et al* (2018):

Um estudo com cerca de 475 pessoas que experimentaram o ASMR, resultou na contribuição dos participantes a relaxarem, lidarem melhor com o estresse, e a dormirem com mais facilidade, auxiliando na insônia. A pesquisa também demonstra que o ASMR induz um efeito positivo no humor, sendo uma reação inexplicável do nosso corpo, causada por algum agente externo.

Sabe-se que a utilização dos sistemas sensoriais trazem benefícios quando associados a uma integralidade dos órgãos pertencentes ao Sistema Sensorial (CAMINHA, 2008), isto é, realizada através do funcionamento de diversos órgãos em conjunto, provocando sensações que causam conforto, sendo estas caracterizadas como aprazíveis (LOCHETE *et al*, 2018). Pode-se utilizar estas sensações para a construção de uma terapia cujo objetivo seria alcançar o que é descrito como “formigamento cerebral” descrito na Figura 1, com intuito de aliviar alguns sintomas psicossomáticos relacionados a quadros de transtorno de ansiedade e depressão: como o estresse e insônia, por exemplo. Para tanto, analisa-se os impactos que o uso da ASMR pode causar. O aplicativo que está em desenvolvimento possibilitará a utilização das experiências sensoriais citadas acima, justificado pelos estudos apresentados acerca do sistema sensorial e suas relações com uso de experimentação sensorial.

Já que várias fontes online indicam a existência de um subconjunto de usuários de mídia ASMR, que se engajam em ASMR justamente para gerenciar sintomas de depressão, estresse ou dor, dados obtidos numa pesquisa feita acerca do tema, seriam usados para explorar a eficácia da ASMR no alívio dos sintomas dessas condições. Analisando, portanto, descreveram que com o uso da ASMR, aqueles tidos como deprimidos relataram uma melhora média no humor até maior, em comparação com uma melhora do humor em participantes não deprimidos (BARRATT; DAVIS, 2015).

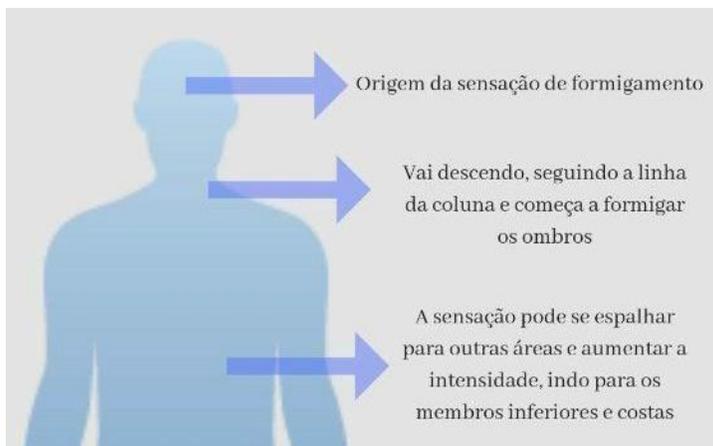


FIGURA 1: Rota de sensação de formigamento na ASMR.

Fonte: ENTENDA... 2018.

## CONCLUSÕES

Espera-se que através dos resultados obtidos pela aplicação das experiências sensoriais por meio do aplicativo, se possa obter uma terapia alternativa que promova um quadro de melhora em casos de transtorno de ansiedade e depressão, e seus devidos sintomas psicossomáticos.

Desta forma, será realizado o mapeamento dos sintomas psicossomáticos, assim como o desenvolvimento de um método de tratamento de fácil acesso e adaptável para cada caso específico utilizando-se de um aplicativo móvel e experimentações sensoriais.

Conclui-se através do referencial teórico, que diversas experiências são interpretadas pelo sistema sensorial, assim, obtendo respostas que resultam em sensações e outros sintomas físicos. Segundo estudos apresentados ao longo do artigo, as respostas obtidas pelo sistema sensorial, através de um estímulo forçado, auxiliam no tratamento de transtornos psicológicos, desde seus sintomas psíquicos, até os sintomas físicos, dos quais denominam-se sintomas psicossomáticos.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, ao nosso mentor Ivaldo Marques Batista, e ao nosso coorientador Luiz Henrique Kiehn, por nos auxiliarem e beneficiarem com seus conhecimentos e proatividade perante o projeto. Agradecemos também ao Instituto Federal de São Paulo - *Campus* Cubatão, por nos propiciar o ambiente e fonte de estudos necessários para o desenvolvimento inicial do projeto. Por fim, agradecemos às nossas famílias, que nos apoiaram e deram o suporte para o estudo e trabalho disposto no projeto.

## REFERÊNCIAS

BARRATT, Emma L.; DAVIS, Nick J.. **Autonomous Sensory Meridian Response (ASMR): a flow-like mental state**. Peerj, Rockville Pike, v. 851, n. 3, 26 mar. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4380153/>. Acesso em out. 2020.

BIOIMFACTS. Winchester, Eua: **Us National Library Of Medicine National Institutes Of Health Search Database Search Term Search**, v. 8, n. 4, Tabriz University of Medical Sciences, 2018.

CAMINHA, Roberta Costa. **Autismo: Um Transtorno de Natureza Sensorial?** 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Puc-rio., Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MULTI Sensory Environments: **The Benefits. Christopher Douglas Hidden Angel Foundation**. Disponível em: <https://www.cdhaf.org/multi-sensory-environments-the-benefits/> . Acesso em mai. 2020.

Sadava, D. E., Hillis, D. M., Heller, H. C., and Berenbaum, M. R. (2009). **Neurons and nervous systems. In Life: The science of biology** (9th ed., pp. 988-993). Sunderland, MA: Sinauer Associates.

SINGER et al. **THE SENSORY FEATURES OF A FOOD CUE INFLUENCE ITS ABILITY TO ACT AS AS INCENTIVE STIMULUS AND EVOKED DOPAMINE RELEASE IN THE NUCLEUS ACCUMBENS CORE**. 2016. 12 f. National Institute On Drug Abuse, Cold Spring Harbor, 2016.

Solomon, E. P. (2016). **Sensory receptors. In Introduction to human anatomy and physiology** (4th ed., pp. 145). Maryland Heights, MO: Saunders.

# CAPÍTULO 6

## APONTAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO BRANDING TERRITORIAL PARA CAMPO LARGO, PR

Data de aceite: 02/05/2022

### **Anna Carolina Cavalheiro**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,  
Departamento Acadêmico de Desenho  
Industrial  
Curitiba – PR  
lattes.cnpq.br/7751162267463274

### **André de Souza Lucca**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,  
Departamento Acadêmico de Desenho  
Industrial  
Curitiba – PR  
lattes.cnpq.br/6925788741408133

### **Manoel Alexandre Schroeder**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,  
Departamento Acadêmico de Desenho  
Industrial  
Curitiba – PR  
lattes.cnpq.br/8052676299822716

**RESUMO:** Este texto apresenta os resultados obtidos com a coleta de dados para a construção do Branding Territorial para o município de Campo Largo, no Paraná. A hipótese que impulsionou a pesquisa se baseou na necessidade de compreender o olhar de todas as partes envolvidas e interessadas no desenvolvimento do município, para, a partir desses olhares, identificar os elementos físicos, geográficos, históricos, culturais e os aspectos simbólicos mais representativos da região. Com o objetivo de propor apontamentos para alimentar a construção de uma identidade para

o território de Campo Largo, a abordagem de pesquisa adotada foi qualitativa, com uma etapa de revisão da literatura e outra de investigação descritiva, que compreendeu a coleta de dados com os *stakeholders*. Os procedimentos metodológicos empregados foram a revisão narrativa, o levantamento bibliográfico, o mapeamento dos patrimônios locais, o estudo documental e a entrevista estruturada, proposta a partir de um formulário on-line. Como resultado, este trabalho reuniu as bases para a construção do Branding Territorial para a cidade de Campo Largo, identificou, mapeou e classificou os patrimônios locais do município, traduziu a visão dos *stakeholders* sobre o lugar e evidenciou as qualidades e os valores percebidos e atribuídos aos produtos, serviços e patrimônios locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Branding Territorial; Patrimônios locais; Pesquisa com stakeholders; Campo Largo, PR.

### ANNOTATIONS TO THE CONSTRUCTION OF A TERRITORIAL BRANDING FOR CAMPO LARGO, PR

**ABSTRACT:** This text presents the results obtained with the data collection oriented toward the construction of a territorial branding for the city of Campo Largo, Paraná. The hypothesis that drove the research was based on the need to understand the perspectives of all parties involved and interested in the development of that municipality as a way to identify, from those perspectives, physical, geographical, historical, and cultural elements, as well as the most representative symbolic aspects of the region. With the objective of proposing notes to feed

the construction of an identity for the territory of Campo Largo, it was adopted a qualitative research approach including a literature review, and also a descriptive investigation stage that comprised data collection from stakeholders. The methodological procedures employed were narrative review, bibliographic survey, mapping of local assets, documentary study, and a structured interview proposed via an online form. As a result, this work brought together the basic elements to build a territorial branding for the city of Campo Largo, and indeed identified, mapped and classified the local properties of the municipality, transcribed the stakeholders' view about the place, and evidenced qualities and values perceived and attributed to local products, services and patrimony.

**KEYWORDS:** Territorial Branding. Local patrimonies. Research with stakeholders. Campo Largo, PR.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto apresenta os resultados obtidos com a pesquisa orientada para o Design desenvolvida no primeiro semestre de 2021, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso em Design Gráfico da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O objetivo da investigação foi propor apontamentos para a construção do Branding Territorial para o município de Campo Largo, no Paraná.

Desde a década de 1920, quando se instalaram as primeiras fábricas de louça na cidade, Campo Largo é reconhecida por essa atividade industrial, tendo inclusive sido declarada a Capital da Louça e Porcelana de Mesa e da Cerâmica do Estado. A partir disso, a pergunta de pesquisa que deu origem a este trabalho foi: passados quase um século desde o início dessa atividade, ainda seriam a louça e a cerâmica os elementos que caracterizam o território de Campo Largo?

A hipótese que impulsionou a pesquisa considerou que, para construir uma identidade territorial, é necessário compreender o olhar de todas as partes envolvidas e interessadas no desenvolvimento local, para, a partir desses olhares, identificar os elementos físicos, geográficos, históricos, culturais e os aspectos simbólicos mais representativos da região e adequados para compor um projeto de Branding Territorial.

Desse modo, o recorte da investigação foi definido na identificação, mapeamento e classificação das qualidades do lugar, a partir da percepção dos *stakeholders* locais sobre os patrimônios presentes no município (CAVALHEIRO, 2021). *Stakeholder* é um termo utilizado nas áreas da Gestão de Projetos, Comunicação Social, Administração de Empresas e Arquitetura de Software, e se refere especificamente às partes interessadas que devem concordar com as práticas de governança executadas por uma empresa. Nas últimas décadas do Século XX, a palavra *stakeholder* tornou-se mais comumente usada para significar uma pessoa ou organização com interesse legítimo em um projeto, ou entidade (FREEMAN, 1984).

Como resultado, este trabalho busca fornecer subsídios para a construção de estratégias para o desenvolvimento de uma identidade de marca (AAKER;

JOACHIMSTHALER, 2002) para Campo Largo, assim como, para formulação de propostas de linguagens gráficas que representem a região, e que, traduzidas num Branding Territorial, conduzam um processo de valorização do território através da comunicação das qualidades dos patrimônios, produtos e serviços locais.

Segundo Parente e Sedini (2017), o Design para Territórios é um campo de estudo que pode ser aplicado na busca da vocação de um lugar, para valorizar a sua natureza, história ou cultura, para projetar uma imagem forte, reconhecendo potencialidades e inter-relações antropológicas, ambientais e econômicas.

Por isso, torna-se relevante a tarefa de identificar e interpretar as relações das pessoas com o lugar onde habitam, trabalham e visitam. Esta ação permitirá estabelecer, a partir desses olhares, associações de ideias, aproximações simbólicas e proposições de imagens ancoradas nas qualidades dos produtos e nos valores culturais que representam o território de Campo Largo.

## 2 | MÉTODOS

A abordagem de pesquisa adotada foi qualitativa, com uma etapa de revisão da literatura e outra de investigação descritiva, que compreendeu a coleta de dados com os *stakeholders*.

Para entender e esclarecer as relações entre os assuntos abordados com o problema de pesquisa, foi realizada uma revisão narrativa (ELIAS, 2012) delimitada nas áreas do Design para Territórios (KRUCKEN, 2009; PARENTE; SEDINI, 2017), do Branding (MARTINS, 2006; TAROUÇO; REYES, 2011; STODIEK, 2014; EVANGELISTA, 2014; AAKER; JOACHIMSTHALER, 2002) e do Marketing Territorial (MINCIOTTI; SILVA, 2011; OCKE, 2014). Já, para a caracterizar o município e identificar os patrimônios locais, foi realizado um levantamento bibliográfico (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014).

Paralelamente ao levantamento bibliográfico, foi realizado um mapeamento dos patrimônios locais para identificar as suas potencialidades e distribuição geográfica. Este mapeamento foi efetuado segundo a abordagem do Design Sistêmico (PÊGO; MIRANDA, 2017), onde a atenção é colocada na análise das relações entre o homem, o território e os bens culturais.

A seleção dos participantes da coleta de dados foi realizada através de um estudo documental baseado nas leis municipais que se referem à Política Cultural do Município, Lei Municipal nº 2.558 de 2014 (CAMPO LARGO, 2014), ao Conselho de Desenvolvimento do Turismo, Lei Municipal Nº 1.599 de 2002 (CAMPO LARGO, 2002) e ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, Lei Municipal Nº 3.000 de 2018 (CAMPO LARGO, 2018a). Nessa etapa, os *stakeholders* selecionados foram classificados em três grupos baseados em sua relação com o território: os moradores da área urbana e rural; os visitantes; e os não residentes. O grupo dos não residentes engloba os indivíduos que trabalham atualmente na



riqueza mineral contribui com o sistema de abastecimento público dos municípios da região, com a captação de água dos mananciais superficiais e do manancial subterrâneo (Aquífero KARST). Também possui importantes Unidades de Conservação, como a APA Estadual da Escarpa Devoniana, a APA Estadual do Rio Verde, a APA Estadual do Passaúna e a Floresta Nacional de Assungui (FLONA).

A região também é rica em minerais como argila, caulim (variedade de argila utilizada na cerâmica branca) e quartzo, entre outros elementos constitutivos da cerâmica.

O início da colonização da região aconteceu principalmente em razão de outra riqueza mineral do território. Em 1646 foi registrada oficialmente a descoberta da primeira mina de ouro, a partir daí, os primeiros moradores se estabeleceram e chegaram exploradores em busca dessa riqueza. O Ciclo do Ouro, entre os séculos XVII e XVIII, foi o primeiro ciclo econômico a exercer influência sobre a cidade.

O Ciclo dos Tropeiros, entre os séculos XVIII e XIX, além de participar no transporte de gado, mercadorias e produtos da mineração, desbravou espaços e contribuiu na formação de povoados e vilas. O Ciclo da Erva-mate, entre o final do século XVIII e início do XX, foi relevante para Campo Largo e para o Paraná, servindo como ponto de partida para a diversificação da agricultura (Figura 2).



Figura 2 – Ciclos econômicos de Campo Largo.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Com a industrialização do início do século XX, a produção artesanal de louças foi substituída pelas fábricas, o que rendeu a Campo Largo o título de Capital da Louça, Porcelana e Cerâmica do estado, tendo, inclusive, reconhecimento internacional (ELIAS, 2020).

Com 61,94% da economia local baseada em receitas oriundas de fontes externas, a cidade é notoriamente conhecida como uma “cidade-dormitório”. Contudo, este aspecto está mudando com a crescente industrialização da cidade (IBGE, 2021).

A formação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial de Campo Largo é o resultado

das contribuições de diversos povos que habitaram esta região, desde os povos nativos, a ocupação territorial pela colonização portuguesa, os negros escravizados e libertos após 1888 e as diversas etnias de imigrantes, sobretudo, europeus, que se estabeleceram posteriormente.

O processo migratório que constituiu a população campo-larguense tem como primeiros registros o estabelecimento em 1850 do quilombo que deu origem a Comunidade de Palmital dos Pretos, no Distrito de Três Córregos, que se mantém até hoje. Em 1860 a Colônia São Silvestre/Assungui foi a primeira a ser instalada a pós a emancipação política do Paraná, recebendo os imigrantes europeus. Ao longo das três décadas seguintes outras colônias se estabeleceram na região. As etnias europeias que tiveram maior presença na colonização da região foram os alemães, franceses, ingleses, italianos, poloneses, suíços e ucranianos.

De acordo com a Lei Municipal Nº 167, de 24 de dezembro de 1969 (CAMPO LARGO, 2021), que dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do município, os símbolos do Município de Campo Largo são o Brasão Municipal, o Hino Municipal e a Bandeira Municipal (Figura 3).



Figura 3 – Brasão de Armas e Bandeira de Campo Largo.

Fonte: CAMPO LARGO (2021).

A Bandeira Municipal de Campo Largo, de autoria do heraldista Professor Arcinóe Antonio Peixoto de Faria, obedece a tradição da heráldica portuguesa, sendo constituída por faixas que unem os cantos da bandeira e se entrecruzam ao centro, na intercessão das quais é aplicado o retângulo contendo o Brasão (CAMPO LARGO, 2021).

### 3.1 Mapeamento dos patrimônios locais

Do ponto de vista legal, o patrimônio cultural de Campo Largo é definido pela Lei Municipal Nº 3.009, de 19 de dezembro de 2018 (CAMPO LARGO, 2018b) e pela Lei Municipal Nº 3.280, de 6 de novembro de 2020 (CAMPO LARGO, 2020), que adotam uma concepção tridimensional da cultura, considerando “o patrimônio material e imaterial, inclusive os conceitos de paisagem cultural, rotas culturais e caminhos históricos”.

Nesse contexto, percebe-se o quanto é abrangente a definição de patrimônio cultural, que se relaciona não somente com os elementos físicos, sejam eles naturais ou edificadas, mas também com as interações humanas, costumes e tradições, considerando

tudo aquilo que possui referência à identidade e à memória da população campo-larguense (CAMPO LARGO, 2020).

Como resultado desta etapa da pesquisa, foram identificados, mapeados e classificados quarenta e cinco patrimônios locais de Campo Largo. Com o auxílio de imagens obtidas no programa Google Earth (2021), esses os patrimônios foram listados e localizados geograficamente (Figura 4).



Figura 4 – Identificação e mapeamento dos patrimônios locais de Campo Largo.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Entre os patrimônios materiais mais conhecidos de Campo Largo estão: o Acervo Histórico Municipal, o Museu Histórico de Campo Largo, a Biblioteca Pública Municipal, a Casa da Cultura e o Parque Histórico do Mate. Já a Fonte da Saudade, no centro da cidade, é um patrimônio histórico, e faz referência a passagem de D. Pedro II pela localidade (ELIAS, 2020).

Dos patrimônios imateriais, se destacam as expressões culturais relacionadas com as tradições, os saberes, os modos de fazer, a gastronomia, as celebrações e os costumes oriundos das diversas influências étnicas que povoaram a cidade. Os grupos folclóricos mais ativos na cidade são ligados às culturas polonesa e italiana.

### 3.2 Coleta e análise dos dados

A coleta dos dados ocorreu por um formulário on-line que foi enviado para os

*stakeholders* no dia 11 de junho de 2021 e recebeu até o dia 22 de julho de 2021, cento e onze respostas. Para obter a participação de visitantes, turistas e trabalhadores ocasionais, o formulário também foi compartilhado em redes sociais e grupos de mensagem.

Dentre as respostas recebidas, 57,7% dos participantes se identificaram como moradores, 29,7% como visitantes e 12,6% como não residentes que trabalham ou têm outra relação com a região. Entre os moradores, 76,9% residem na sede do município, 13,8% no Distrito de Bateias e 9,2% no Distrito de Ferraria (Tabela 1).

Setor da economia		Morador	Visitante	Outros	Total
<b>Primário</b>	Agricultura e Agropecuária	6,2%	3,0%	-	4,5%
	<b>Secundário</b>	Indústria e Construção Civil	6,2%	9,1%	7,7%
<b>Terciário</b>	Servidor na Prefeitura de Campo Largo	26,2%	-	38,5%	19,8%
	Servidor em outras entidades	24,6%	42,4%	46,2%	32,4%
	Comércio	10,8%	6,1%	-	8,1%
	Serviços	12,3%	15,2%	7,7%	12,6%
	Outros	12,3%	18,2%	-	12,6%
	Não exerce atividade remunerada	1,5%	3,0%	-	1,8%

Tabela 1 – Caracterização dos *stakeholders* participantes por área de atuação.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Após a identificação inicial dos participantes, foi questionado sobre o consumo dos produtos locais. As respostas indicam que, para os três grupos, os produtos relacionados com a louça, porcelana e cerâmica predominam. Já para os moradores, se destacam também os hortifrutigranjeiros. E, para os visitantes, o vinho.

Em seguida, para compreender a perspectiva dos participantes sobre o território, foram propostas duas questões: O que a região possui de mais representativo? O que Campo Largo possui de melhor?

Nessa primeira indagação, as respostas foram classificadas em cinco categorias (Tabela 2). Ao observá-las, se percebe que a produção cerâmica possui uma forte representatividade para o município, fruto da imagem que a cidade solidificou como Capital da Louça.

<b>Categoria</b>	<b>Moradores</b>	<b>Visitantes</b>	<b>Outros</b>
1 - Relativa à louça	47,7%	39,4%	53,8%
2 - Recursos Naturais	26,2%	33,3%	46,2%
3 - História e Cultura	7,7%	15,2%	7,7%
4 - Qualidade de vida	13,8%	9,1%	0
5 - Outros	9,2%	18,2%	7,7%

Tabela 2 – Representatividade do território segundo os entrevistados.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Já, a segunda questão revelou que a natureza, a louça e a população local são percebidas como aquilo que o município possui de melhor (Tabela 3).

	<b>Morador</b>	<b>Visitante</b>	<b>Outro</b>	<b>Total</b>
<b>Natureza</b>	14	8	2	24
<b>Louça</b>	5	5	2	12
<b>Povo</b>	5	1	2	8
<b>Provinciana</b>	7	0	0	7
<b>Comercio</b>	0	4	1	5
<b>Tranquilidade</b>	5	0	0	5
<b>Lazer</b>	2	3	0	5
<b>Turismo</b>	2	3	0	5
<b>Rural</b>	2	1	1	4
<b>Vinho</b>	0	4	0	4

Tabela 3 – O que Campo Largo possui de melhor segundo os entrevistados.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Destacam-se também o adjetivo “provinciana” e o substantivo “tranquilidade” que denotam uma atmosfera de simplicidade e sossego para a cidade. Ao comércio local foram associados os produtos oriundos da produção rural e agrícola, com destaque para a uva e o vinho. E, para o turismo, foram associados os atrativos de lazer vinculados com a natureza e os produtos gastronômicos.

Em seguida, foi proposta uma questão estimulada indagando sobre a imagem que melhor identifica Campo Largo. A partir de oito fotografias que ilustram os patrimônios da cidade, os participantes foram estimulados a escolher duas imagens (Gráfico 1).

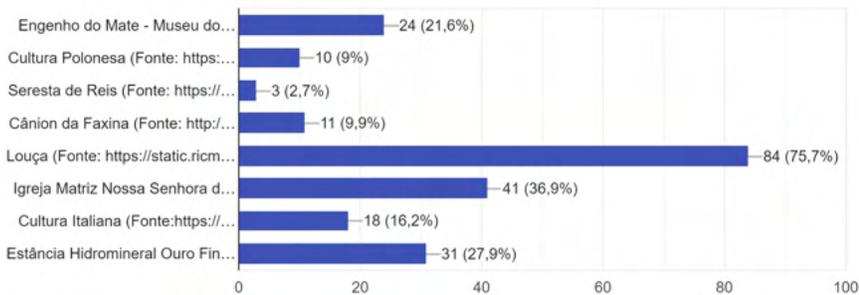


Gráfico 1 – Imagens que identificam Campo Largo segundo os entrevistados.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Segmentando as respostas entre as categorias dos entrevistados, a louça foi a imagem mais escolhida nos três grupos. A Igreja Matriz foi a segunda imagem mais citada pelos moradores e a Estância Hidromineral Ouro Fino foi a segunda imagem mais apontada pelos visitantes e não residentes.

A seguinte questão procurou entender as características associadas ao território de Campo Largo. Nas respostas, sobressaíram a natureza, recebendo vinte citações, seguida pela produção da louça, com quinze indicações e a tranquilidade do lugar, com doze escolhas.

Em seguida, foi indagado sobre o que atrai as pessoas para o município. Como resposta, era possível indicar até três opções. A opção mais escolhida foi a proximidade com a capital, com setenta e seis escolhas, seguida pela produção cerâmica, com sessenta e nove referências, o potencial para novos empreendimentos, com quarenta e oito indicações e o turismo rural, com quarenta e quatro apontamentos. Ao segmentar as respostas, obtêm-se que a produção cerâmica foi a opção mais selecionada entre os visitantes e não residentes, com 21,1% e 28,2% das respostas respectivamente. Já entre os moradores, a proximidade com a capital foi indicada como maior atrativo do lugar, com 25,9% das respostas.

A próxima questão procurou identificar a origem das qualidades percebidas nos produtos locais. Para esta pergunta foi necessário organizar as respostas em quatro categorias: as qualidades têm origem nas matérias-primas utilizadas; as qualidades têm origem nas técnicas e processos produtivos empregados; as qualidades têm origem nos aspectos culturais e tradições subjacentes aos produtos; e, as qualidades têm origem em outros aspectos, diferentes desses. Para os moradores, a origem da qualidade dos produtos locais está, principalmente, nos aspectos culturais e nas tradições implícitas nos produtos. Já os visitantes e não residentes percebem a qualidade através das técnicas e processos empregados na produção dos produtos.

Para Krucken (2009), a qualidade de um produto é percebida pela experiência do

seu consumo, e pode ser explicitada em seis dimensões representadas numa “estrela de valor”. Com essa perspectiva, foi possível associar as respostas sobre a origem da qualidade percebida nos produtos de Campo Largo com as dimensões representadas na estrela (Figura 5). Esta ferramenta é indicada para analisar a qualidade percebida de um único produto ou serviço, no entanto, objetivou-se aqui compreender se há homogeneidade nos valores percebidos no conjunto dos produtos associados ao território de Campo Largo, visto que, uma distribuição uniforme dos valores nas dimensões da estrela, indicaria a ocorrência de uma experiência de percepção de valor integral ou harmoniosa.

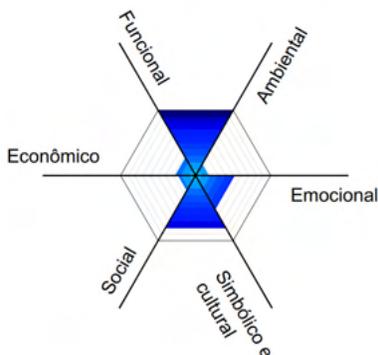


Figura 5 – Percepção de valor nos produtos e serviços de Campo Largo segundo os entrevistados.

Fonte: Adaptado de Krucken (2009).

Como resultado, a distribuição não homogênea da percepção dos valores associados aos produtos, revela uma oportunidade para o desenvolvimento de novos produtos e serviços que utilizem, para se diferenciarem, justamente, a promoção dos valores percebidos em menor grau no território, como o valor social e o valor ambiental. Esta estratégia possibilitaria adicionar esses produtos na economia local de forma complementar aos produtos e serviços existentes, atraindo consumidores sensíveis a esses valores e estimulando novos mercados.

Segundo Krucken (2009), o valor social se relaciona com os fatores sociais e éticos presentes na produção, comercialização e consumo dos produtos. Já, o valor ambiental, se refere aos serviços prestados pelos recursos naturais, como as Unidades de Conservação, os rios, aquíferos, as paisagens e os recursos minerais presentes no município.

A seguinte indagação, procurou entender o nível de satisfação na experiência do consumidor com os produtos locais utilizando, para isso, uma escala de Likert (SILVA JÚNIOR; COSTA, 2014). Nesta questão, os entrevistados manifestaram que a interação com os produtos do município é, predominantemente, satisfatória.

Outra vez, com a utilização da escala de Likert, foi solicitado uma mensuração sobre o grau de surpresa que os produtos locais geram no consumidor e sobre a confiança deles

para recomendar esses produtos (Gráfico 2). Percebe-se que, em ambos os casos, o grau de surpresa e o potencial de recomendação dos produtos locais, foi determinado, alto.

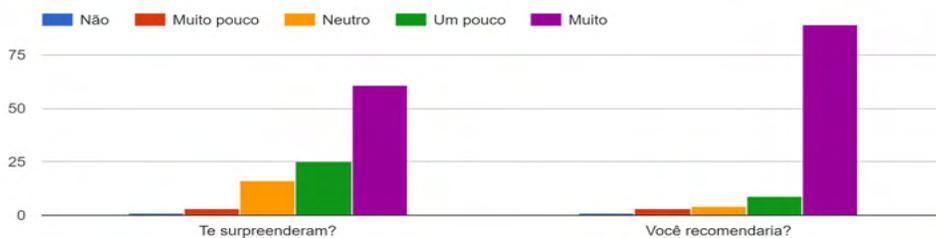


Gráfico 2 – Avaliação dos produtos locais segundo os entrevistados.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Para entender como as pessoas qualificam os produtos locais, foi indagado quais adjetivos elas utilizam para recomendar um produto de Campo Largo. Os cinco adjetivos mais recorrentes foram: qualidade; excelente; bom; ótimo; e, custo-benefício. A “qualidade” foi o adjetivo mais escolhido nas três categorias entrevistadas.

Adicionalmente, foi solicitado que atribíssem adjetivos, também ao território de Campo Largo. As qualificações mais mencionadas foram: tranquilo; belo; acolhedor; natureza; e, qualidade de vida. Percebe-se que, para os moradores, a tranquilidade e a acolhida da região são mais valorizadas. Já para os visitantes e não residentes, são as belezas naturais do território que se destacam. Para visualizar esses qualificadores, foi elaborada uma lista hierarquizada na forma de uma nuvem de palavras (Figura 6).

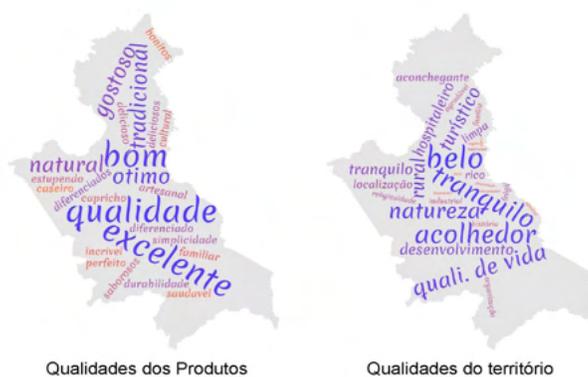


Figura 6 – Adjetivos atribuídos aos produtos e ao território Campo Largo.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Para complementar as informações obtidas com o formulário, foi feita uma

entrevistada semiestruturada, com os moradores da cidade, visando identificar os localismos de Campo Largo. Localismo é aquilo que, pelo uso recorrente, se torna sinônimo de um lugar. Algumas referências surgiram dessas conversas, como, por exemplo, as expressões “Deus que ajude” e “ade não”. A primeira é utilizada em substituição da palavra “obrigado” e a segunda é uma forma de expressar dúvida em relação a uma afirmação apresentada.

Outro localismo identificado em Campo Largo foi o “X-polenta”, que nada mais é que um sanduíche de linguiça ou salame, queijo, alface e tomate onde o pão é substituído por uma grossa fatia de polenta frita. É possível encontrar essa iguaria nos principais eventos do município, como na Feira da Louça, na Semana italiana e na Feira Noturna. Recentemente, alguns restaurantes da cidade incluíram o X-polenta em seus cardápios (Figura 7).



Figura 7 – Imagens relacionadas aos localismos de Campo Largo.

Fonte: Cavalheiro (2021).

Ao analisar as respostas recebidas, percebe-se que os stakeholders reconhecem uma inclinação do território para as atividades relacionadas com a natureza, como o turismo rural e os empreendimentos recreativos e de aventura. Isso representa uma força que pode ser aprimorada e articulada em conjunto com a produção cerâmica, o elemento mais forte no reconhecimento do território, e as tradições gastronômicas, tanto aquelas enraizadas nas manifestações culturais das etnias presentes no município, quanto na própria história do povoamento da região, como é o caso da culinária tropeira.

Percebe-se também, que as influências culturais, que formaram a comunidade de Campo Largo, são elementos que marcam e agregam valor aos produtos feitos no território. É possível perceber isso, por exemplo, na fabricação do vinho, produzido artesanalmente com as técnicas trazidas pelos imigrantes italianos no século XIX, ou em maior escala nas vinícolas do município, nos diferentes produtos gastronômicos, oriundos da culinária das diversas etnias que povoaram a região e atraem os visitantes para a região e nas invenções gastronômicas, como é o caso do X-polenta, que transformam os produtos rurais em iguarias únicas.

### 3.3 Apontamentos para a construção do Branding Territorial para Campo Largo

Ao considerar aquilo que os entrevistados entendem como mais característico do território, foi possível perceber que a louça e a natureza do município se destacam, tanto como aquilo que Campo Largo possui de mais representativo, quanto naquilo que é apontado como o que o município possui de melhor. Por isso, a elaboração de um Branding Territorial para Campo Largo deve considerar um estudo mais aprofundado acerca desses elementos de modo a identificar as suas peculiaridades, os seus traços distintivos e as suas características históricas, culturais e geográficas. Os aspectos geológicos de Campo Largo deverão receber uma atenção especial, tanto pela abundância de recursos hídricos presentes na região, quanto pela proximidade com a APA da Escarpa Devoniana, um riquíssimo “ecossistema peculiar que alterna capões da floresta de araucária, matas de galerias e afloramentos rochosos, além de locais de beleza cênica como os canyons e de vestígios arqueológicos e pré-históricos” (INSTITUTO ÁGUA E TERRA, 2014).

Outro ponto que deve ser examinado com maior atenção está nas imagens que representam Campo Largo. Novamente a louça foi a imagem mais assinalada, contudo, a imagem da Igreja Matriz foi a segunda imagem mais indicada pelos moradores. Neste caso, convém uma análise posterior para compreender se esta escolha ocorreu por questões de religiosidade ou pela relevância arquitetônica da igreja, que está localizada na praça central e é um ponto de referência da cidade. Este questionamento se baseia no fato de que a Seresta de Reis, um evento importante para a comunidade católica local, foi a imagem menos assinalada entre todas as opções.

Como as opções de imagem no formulário eram limitadas, merece também ser verificada a importância de outros elementos arquitetônicos da cidade, especialmente porque alguns desses monumentos e prédios históricos passaram por reformas.

Outro aspecto local importante está no apego às tradições dos imigrantes e na história do povoamento do município. Um exemplo disso é a tradicional confecção dos tapetes coloridos feitos nas ruas da cidade durante a Semana Santa, um evento religioso valorizado pelos moradores e que é digno de um estudo detalhado.

Esses elementos podem orientar a definição de uma visão da marca a ser construída. A projeção da imagem do território deve considerar essa intenção em demonstrar que a preservação das tradições locais está presente nas pessoas de Campo Largo.

Ao refletir sobre uma personalidade da marca, é relevante observar que a marca pode também dialogar com o público que busca em Campo Largo desfrutar de um turismo recreativo rural e de aventura, como o *trekking*, as escaladas, o rapel, as cachoeiras, as trilhas de jipe e o *mountain bike*. O passeio de balão, por exemplo, é um atrativo que vem se destacando nesse cenário.

Desse modo, o Branding Territorial de Campo Largo deve estar ancorado em

recursos visuais que evocam as qualidades do território e suas tradições, de um modo que estas qualidades sejam, simultaneamente, reconhecidas pela comunidade local e comunicadas de forma consciente, assegurando, assim, que a identidade territorial seja percebida, pelos diferentes públicos com os quais a cidade deseja interagir, com a menor ocorrência de ruídos.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ponto de partida para a valorização da identidade e das vocações presentes de Campo Largo, este trabalho reuniu as bases para a construção de uma identidade territorial para a cidade e identificou pontos que podem estimular o desenvolvimento de novas pesquisas. Com os resultados obtidos, foi possível identificar, mapear e classificar os patrimônios da cidade. Esse processo foi fundamental para evidenciar que a produção da louça, as tradições dos imigrantes, a história do povoamento e a geografia do município são os elementos distintivos do território e devem ser utilizados para valorizar os bens culturais, produtos e serviços presentes no território. Percebeu-se, também, uma grande oportunidade para a criação de novos empreendimentos ligados ao turismo rural e de aventura. Para Campo Largo, as atividades recreativas ligadas à natureza apresentam uma condição propícia e latente para a inovação.

Foi possível coletar e traduzir a visão dos *stakeholders* sobre o lugar. Isso foi importante, pois, por atuarem nas áreas da administração pública, indústria, comércio, turismo e cultura, esses atores cumprirão o papel de disseminadores e agentes na consolidação da identidade territorial para a região.

Através da coleta de dados, emergiu uma visão panorâmica do território, ancorada em seus elementos característicos e mais reconhecidos. Ao evidenciar as qualidades e os valores percebidos e atribuídos aos patrimônios do lugar, este trabalho sinaliza algumas referências que podem alimentar a construção da imagem para o território, estabelecendo os fundamentos para a criação da visão, personalidade e identidade de marca para o território de Campo Largo. Naturalmente, novas pesquisas serão necessárias para aprofundar o conhecimento de outras atividades não contempladas nesta pesquisa. Isto é essencial para aumentar os subsídios para a construção de um Branding Territorial sólido e duradouro.

## REFERÊNCIAS

AAKER, David Allen; JOACHIMSTHALER, Erich. **Como construir marcas líderes**. 2ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2002.

CAMPO LARGO. **Lei Nº 1.599, 21 de fevereiro de 2002**. Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento de Turismo – CODETUR. Campo Largo: Câmara Municipal, [2002]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hkifo>> Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPO LARGO. **Lei Nº 2.558, de 28 de fevereiro de 2014.** Dispõe sobre a criação do conselho municipal de política cultural e de outras providências. Campo Largo: Câmara Municipal, [2014]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/mtbpr>> Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPO LARGO. **Lei nº 3.000, de 19 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Campo Largo: Câmara Municipal, [2018a]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fdwqs>> Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPO LARGO. **Lei nº 3.009, de 19 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Cultural de Campo Largo, regulamentando o processo de tombamento e outras disposições. Campo Largo: Câmara Municipal, [2018b]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/iposw>> Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPO LARGO. **Lei Nº 3.280, de 06 de novembro de 2020.** Aprova o Plano Municipal de Cultura do Município de Campo Largo. Campo Largo: Câmara Municipal, [2020]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fqyt>> Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMPO LARGO. **Lei Nº 167, de 24 de dezembro de 1969.** Dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos do Município de Campo Largo, Estado do Paraná, e dá outras providências. Campo Largo: Câmara Municipal, [2021]. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/obeik>> Acesso em: 14 fev. 2022.

CAVALHEIRO, Anna Carolina. **Apontamentos para construção do branding territorial para Campo Largo, PR a partir do olhar dos stakeholders sobre o patrimônio local da região.** 2021. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Design Gráfico) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

ECKER, Aleveson *et al.* Levantamento da história da produção cerâmica na Grande Curitiba. *In:* Congresso Brasileiro de Cerâmica, 47. **Anais.** João Pessoa, p. 1310-1321, 2003. Disponível em: <<https://url.gratis/NMZijW>> Acesso: em 20 fev. 2021.

ELIAS, Cláudia de Souza Rodrigues *et al.* Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas (Ed. port.)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=80323610008>>. Acesso: em 20 fev. 2021.

ELIAS, Patrícia Fuzeti. **A Arte e a Cultura Sesquicentenárias de Campo Largo.** Campo Largo: ICEN, 2020.

EVANGELISTA, Eduardo *et al.* Elementos da comunicação visual de marca de lugares: análise da composição da marca do Peru. **Convergências – Revista de Investigação e Ensino das Artes**, v. 7, n. 14, Disponível em: <<http://convergencias.esart.ipcb.pt/?p=article&id=234>> Acesso em: 20 fev. 2021.

FEIJÓ, Valéria Casaroto. **Diretrizes para a construção de um aplicativo para smartphones com foco na geração de experiências em branding territorial.** Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://url.gratis/PE676g>> Acesso em: 20 fev. 2021.

FREEMAN, Robert Edward. **Strategic management: A stakeholder approach.** Boston: Pitman, 1984.

FREITAS, Henrique *et al.* **O método de pesquisa survey.** **Revista de Administração**, São Paulo, v.35, p.105-112, julho/setembro, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GOOGLE. **Google Earth Pro**. Version 7.3.4.8248. 2021. Nota (Campo Largo, Cidade no Paraná). Disponível em <<https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/versions/#earth-pro>>. Acesso em: 16/07/2021

IBGE. **Panorama do município de Campo Largo**. Portal do Governo Brasileiro. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-largo/panorama>> Acesso em: 20 fev. 2021.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (Paraná). **Resumo do plano de manejo: APA da Escarpa Devoniana**. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Curitiba: IAT, 2014. Disponível em <[encurtador.com.br/vCXY9](http://encurtador.com.br/vCXY9)> Acesso em: 22 ago. 2021

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (Paraná). **Dados geoespaciais de referência**. Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Curitiba: IAT, 2021. Disponível em <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Dados-geoespaciais-de-referencia>> Acesso em: 08 ago. 2021

KRUCKEN, Lia. **Design e Território: valorização de identidades e produtos locais**. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

MARTINS, José Roberto. **Branding: o manual para você criar, gerenciar e avaliar marcas**. São Paulo: Global Brands, 3ª edição, 2006.

MINCIOTTI, Silvio Augusto; SILVA, Edson Coutinho da. Marketing de localidades: uma abordagem ampliada sobre o desenvolvimento da cidade ou região. **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 13, n. 3, p. 329–346, 2011. Disponível em: <<https://url.gratis/7KWzZ9>> Acesso em 20 fev. 2021.

OCKE, Marco Antonio de Moraes. Marketing de lugar: estado da arte e perspectivas futuras. **Revista de Administração – USP**, São Paulo, v.49, n.4, p.671-683, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rausp/v49n4/0080-2107-rausp-49-04-0671.pdf>> Acesso em 20 fev. 2021.

PARENTE, Marina; SEDINI, Carla. Design for Territories as practice and theoretical field of study. **The Design Journal**, vol. 20, sup. 1, p. S3047-S3058, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14606925.2017.1352812>> Acesso em: 6 mar. 2021

PÊGO, Kátia; MIRANDA, Paulo. Reconhecimento do território através do método do design sistêmico de mapeamento geoiconográfico. In: KRUCKEN, Lia; MOL, André; LUZ, Daniela. (org.). **Territórios criativos: design para a valorização da cultura gastronômica e artesanal**. Belo Horizonte: Editora Atafona, 2017. p. 246 p. 193-206.

SILVA JÚNIOR, Severino Domingos da; COSTA, Francisco José. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, vol. 15, p. 1-16, outubro, 2014. Disponível em: <[encurtador.com.br/osART](http://encurtador.com.br/osART)> Acesso em: 20 mar. 2021

STODIEK, Walter Flores. **Brand DNA toolkit – aplicação do design em uma metodologia de branding**. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129163>> Acesso em: 20 fev. 2021.

TAROUCO, Fabrício Farias; REYES, Paulo Edison Belo. Identidade Territorial: um processo de construção. *In: Desenhando o Futuro – 1º Congresso Nacional de Design, 2011, Bento Gonçalves – RS. Anais*. 2011.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

# CAPÍTULO 7

## PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA E AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO EM POLÍTICAS DE REINSERÇÃO NA SOCIEDADE

Data de aceite: 02/05/2022

Vitor Josias Gomes dos Santos

Nilda Maria Ribeiro Silva

Kelys Barbosa da Silveira

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo dar voz as pessoas em situação de rua, visto que elas vivem numa condição de invisibilidade social, cultural, política e econômica na âmbito da sociedade brasileira. Esta pesquisa bibliográfica qualitativa é realizada por meio do método hipotético dedutivo, que parte de uma hipótese ou suposição inicial sobre o assunto e, a partir disso, realizam-se leituras em livros, artigos e legislações sobre os direitos fundamentais que amparam a pessoa como cidadã no que se refere a igualdade e a dignidade. Sendo assim, os resultados são baseados em análises a partir de estatísticas realizadas pelo IBGE e Fundação Getúlio Vargas e ainda interpretações das referidas teorias e leis, as quais mostraram que a situação das pessoas nas ruas é tida como crime contra a dignidade da pessoa humana, porque estas vivem em circunstâncias insalubres, degradantes e enfim desumana por não usufruir de direitos básicos, como: alimentação, moradia, educação, saúde e enfim vivem e são tratados pela sociedade seres ínfimos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoa em Situação de Rua. Constituição de 1988. Direitos Humanos. Políticas Públicas e Fraternidade.

### STREET PERSON SITUATION AND ABSENCE OF PUBLIC POWER IN POLICIES FOR THE REINFORCEMENT OF IN SOCIETY

**ABSTRACT:** This article aims to give voice to people on the street, since they live in a condition of social, cultural, political and economic invisibility within the scope of Brazilian society. This bibliographic and qualitative research is carried out through the hypothetical deductive method that starts from an initial hypothesis or assumption on the subject. He emphasizes that readings were carried out in books, articles and legislation on the fundamental rights that support the person as a citizen with regard to equality and dignity. Therefore, the results are based on analyzes based on statistics carried out by IBGE and FGV and also interpretations of the referred theories and laws, which showed that the situation of people on the streets is considered a crime against the dignity of the human person, because they live in unhealthy, degrading and inhumane circumstances because they do not enjoy even basic rights, such as: food, housing, education, health and, in short, they live and are treated by insignificant beings.

**KEYWORDS:** Homeless person. 1988 Constitution. Human Rights. Public Policies and Fraternity.

### 1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discute sobre a pessoa em situação de rua e a ausência do Estado ou políticas públicas em prol delas, o que por sua vez se trata de uma das várias

consequências surgidas com a efetivação do sistema capitalista com ideologia neoliberal, que, conforme Negri (2002), tem como foco o poder econômico e não o cidadão ou a pessoa constituída de direitos pela Constituição Federal de 1988. Uma vez que defende em seu artigo 5º a igualdade para todos sem distinção de cor, raça, classe, etnia e outros.

Diante deste contexto de desigualdade cidadã, este estudo tem como objetivo dar voz para a pessoa em situação de rua para que a mesma possa começar a usufruir de seus direitos, já que invisível perante a sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, as questões problemáticas são: por que existem pessoas em situação de rua se a legislação afirma que todos são iguais? Por que as pessoas em situação de rua se tornaram invisíveis?

Mediante este questionamento, a hipótese inicial supõe que o Estado enquanto poder governamental e jurídico não faz aplicabilidade da lei por meio de políticas públicas que possam alcançar os menos favorecidos, os invisíveis ao menos com o básico. Pressupõe-se ainda que a invisibilidade nos valores da ideologia dominante, a qual defende superioridade aos que têm dinheiro ou riqueza e inferioridade aos que nada possuem.

Partindo deste pressuposto, é notória a força do neoliberalismo na disseminação da ideia de consumo, de supervalorização da beleza e da riqueza e desprezo pelos que são vistos como grupos periféricos, marginalizados e outros.

Assim, a discussão é apresentada por seções de títulos e subtítulos, os quais mostram um breve histórico da origem da pessoa em situação de rua; conceitos e características; olhar o sujeito em situação de rua como um igual ao eu; direito de moradia; dados estatísticos e a exemplificação das práticas do Padre Júlio Lancelot em prol do sujeito em situação de rua no Estado de São Paulo. E para fundamentar são utilizadas legislações, decretos e teorias de alguns estudiosos que discutem os direitos humanos ou fundamentais defendendo o bem-estar e a qualidade de vida àqueles que não tem.

## 2 | CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO: PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

No Brasil, a população na rua sempre se correlacionou com a existência da colonização, pois os agricultores/fazendeiros promoveram a libertação de escravos por pressão estrangeira, especialmente da Inglaterra, dando-lhes somente a alforria, o que impôs aos libertos o abandono e, conseqüentemente, o subemprego, sendo que esta situação se agravou ainda mais após a contratação de europeus durante os séculos XIX e XX. (ANDRADE, COSTA, MARQUETTI, 2014).<sup>1</sup>

Deste modo, os pobres e as pessoas em situação de rua são indivíduos vistos como seres arditos e larápios há tempos, visto que no século passado os mais abonados e legisladores, propuseram em votação (1888), um projeto de lei aos ociosos:

<sup>1</sup> ANDRADE, Luana Padilha. COSTA, Samira Lima da. MARQUETT, Fernanda Cristina. **A rua tem um imã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos**, no litoral do Estado de São Paulo. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.23, n.4, p.1248-1261. 2014.

Classes pobres e viciosas [que] sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante casa de toda sorte de malfetorias: são elas que se designam mais propriamente sob o título de “classes perigosas”; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de se aliar à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o pior, pela ociosidade.(Projeto de lei).

O referido tipo penal não foi o único criado com o viés repressor aos menos abonados, e em consequência manteve o estigma em relação a estes. Exemplo disso é que até os dias de hoje o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais/1941, ainda está em vigor, o qual preleciona quer: “entregar-se habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”, tendo como penalidade a prisão simples de quinze dias a três meses.

Assim, a famigerada lei supracitada também punia a mendicância, que só foi revogada no ano de 2009 pela Lei nº 11.983, ou seja, a pobreza sempre fora estigmatizada e punida pelo Estado brasileiro. Assim, entende-se que ser pobre é manifestamente ruim e deve ser punido ou esquecido pelos demais membros da sociedade.

## 2.1 Pessoa em Situação de Rua

Esta situação do sujeito nas ruas é explicada pela desigualdade social, oriunda do capitalismo ou do neoliberalismo, que visa somente a supremacia da economia, não olhando o *ser* e sim o *ter*, com isso o surgimento das estratificações sociais, uns com mais usufrutos de direitos e bens econômicos e outros desprovidos de tudo, como é o caso dos indivíduos espalhados pelas inúmeras ruas deste país.

Percebe-se que a questão social mundial sempre fora um desafio deixado de lado, por motivos econômicos, os quais ocasionam exclusão social, ausência de valores suficientes para se manter no sistema social, conseqüentemente surge a crescente ocupação de locais para a moradia da população em situação de rua, como: praças, imóveis em construção ou elevados, assim como, o esquecimento da população em situação de rua.

## 2.2 Conceitos e Características

Segundo o artigo 1º, p.º, do Decreto-Lei nº7.053, considera-se pessoa em situação de rua:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009).

Por outro lado, Leite (2020)<sup>2</sup> afirma que há outras características determinantes em relação a população em situação de rua, qual sejam:

Pobreza extrema; vínculos familiares interrompidos ou fragilizados; inexistência de moradia convencional regular; e utilização de logradouros públicos e de áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (LEITE, 2020.p.30).

Assim sendo, nota-se que entre o preceito legal e as outras características fixadas por estudos, correlacionam-se a pobreza e vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, todavia, em que pese a situação tão dura na sociedade, é comum serem identificados como pedinte, esmoleiro, mendigo etc., porém não convém utilizar os referidos termos, haja vista a estigmatização do grupo acima indicado, levando estes a serem vistos como não integrantes a sociedade.

Com essa política de exclusão social, rótulos –drogados, bêbados, loucos, improdutivos- resultam, ao final, como serem invisíveis aos olhos dos “bons”. Na mesma senda, enseja no imaginário dos indivíduos o medo da violência ser cometida por grupos minoritários – no caso, pessoa em situação de rua-, associando a pobreza com a criminalidade.

As associações aliadas a nomenclatura estigmatizam e, implicam na desumanização das pessoas em situação de rua, tornando-o diferentes e não visualizados para o bom funcionamento das cidades. Tão invisíveis são que, em vários momentos são vítimas de barbáries, como agressões para a simples diversão de alguns, como aconteceu no estado de São Paulo no dia 8 de janeiro de 2020<sup>3</sup>.

### 2.3 Pessoa em Situação de Rua como outro Igual

Quando persistem os altos níveis de desigualdades sociais e econômicos, o preconceito toma as multidões, como explica Rousseau (2017), e que altera a visão do indivíduo com o outro.<sup>4</sup>

Sócrates (469/ 399 a C.), entendia que a diferença do ser humano e o animal é a razão, já seu discípulo, Platão (427/399 a.C) complementa, afirmando que o lugar da razão no corpo humano era a cabeça, e, conseqüentemente, representação física: psique; e a medula tríplice como função a ligação entre mente e corpo.

Então, se a razão faz distinção entre o animal e o ser humano, devemos utilizar dela para entender que o outro necessita de um olhar e de guardida amigáveis.

Nessa mesma vereda, Zygmunt Bauman (2016) explicou em uma entrevista que é necessário que o Ser Humano tenha ética da responsabilidade com o outro, deste modo,

2 LEITE, Bruno Rodrigues. A Condição da População em Situação de Rua. CRV. 1ª Edição. Curitiba/PR2020

3 Morador de rua queimado em São Paulo: Preso suspeito de atear fogo e matar morador de rua (uol.com.br)

4 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Origem da Desigualdade Entre os Homens. Ed. Lafonte. São Paulo, 2017. Trecho pág.85: “Da extrema desigualdade das condições e das fortunas, da diversidade das paixões e dos talentos, das artes inúteis, das artes perniciosas, das ciências frívolas, saíram multidões de preconceitos igualmente contrários à razão, à felicidade, e à virtude.

toda a humanidade deve acolher como premissa: a responsabilidade política, social e humanitária.

É possível trazer à baila o pensamento de Kant na paz perpétua, no qual é descrito o princípio universal de mútua hospitalidade, na qual se espera uma sociedade eticamente internacionalizada pelo “outro”

Para essa contribuição por parte dos membros da sociedade, é necessário ter como objetivo principal a integração da pessoa em situação de rua ao seio social, sendo intrínseco o princípio da fraternidade, diante da dignidade da pessoa humana do “outro” na rua como igual.

Não diferente é a junção desta responsabilidade e direitos humanos como um direito de todos independente da sua origem, classe social ou qualquer forma de discriminação, panorama este que é esquecido na atual sociedade, que não se reconhece como uma irmandade.

Nesse passo, ante todo o exposto, como afirma Leite (2020), é necessário que a população de rua seja reconhecida como “nós” e não encarada como seres diversos da sociedade.<sup>5</sup>

### 3 | DIREITO SOCIAL À MORADIA

O constituinte originário entendeu como necessário a imposição de direitos básicos a todo e qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro – que more ou esteja transitoriamente no Brasil- e, com isso, elencou como fundamentos da República o artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana, bem como encartou como fundamentos a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Com isso, o Supremo Tribunal Federal já entendeu que desses princípios – fundamento e objetivo da República Federativa do Brasil- inicia o mínimo existencial, sendo certo, portanto, um complexo de prerrogativas que visa assegurar direitos sociais básicos, como determinado no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº639.337 (ARE 639.337 AgR/SP), do qual o Ministro Aposentado Celso de Mello explicou:

A noção de “mínimo existencial”, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança.<sup>6</sup>

5 Bruno Rodrigues Leite. **A Condição da População em Situação de Rua**. 1ª. ed. Editora CRV. Curitiba,2020. Trecho: p.52): “a população em situação de rua não deve ser encarada como “eles”, e sim, como “nós”.

6 Supremo Tribunal Federal (STF). **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário** n. 639.337 (ARE 639.337 AgR/SP).

Nota-se, portanto, que o não cumprimento de princípios e direitos sociais básicos encartados na Lei Maior, enseja em descumprimento e, em consequência, violação constitucional por parte do Estado em relação ao povo. No caso em discussão, a moradia se enquadra em um direito social sedimentado no capítulo II, artigo 6º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Todavia, no Brasil persiste o déficit habitacional causado por ausência de políticas públicas, alterações sociais e o êxodo rural, em relação ao último, teve maior intensidade com a migração da sociedade campesina para as cidades em virtude da falta de oportunidade no campo, porém o crescimento da cidade não acompanhou a política de urbanização, o que resultou em setores marginalizados e em grandes cidades as conhecidas “favelas”.

Segundo a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o déficit habitacional brasileiro no ano de 2017 foi estimado em 7,77 milhões de unidades, sendo este número um recorde em comparação a série histórica<sup>7</sup>.

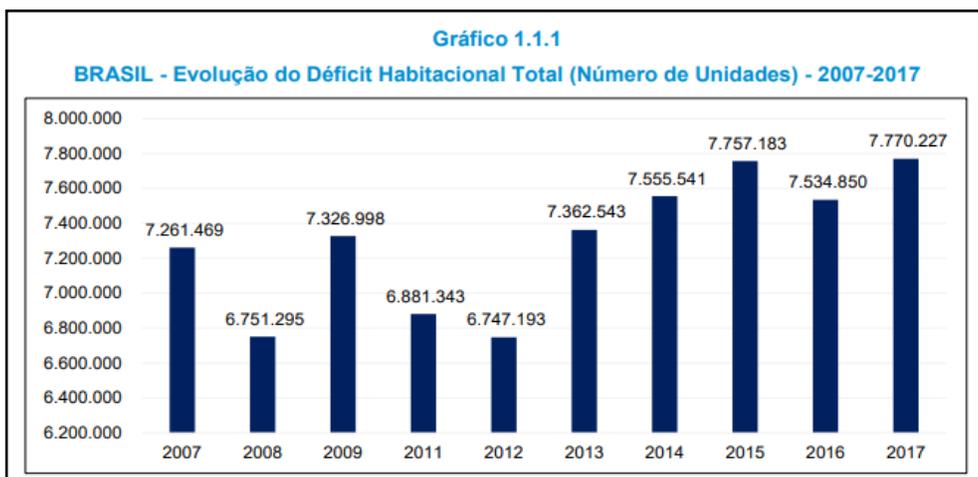


GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL.

Fonte: FGV.

Sendo necessário pontuar que esses números incluem as pessoas que residem pagando aluguel ou residem em coabitações, todavia, sabe-se que o número pode ser

<sup>7</sup> Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos/Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias- ABRAINC/dados produzidos pela fundação getúlio vargas/ <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>. Acessado em março de 2021.

ainda maior por conta das pessoas em situação de rua que infelizmente não entraram nesta estimativa pela sua marginalização.

Além disso, quando se observa os dados acima, é notória a falta de habitações adequadas. No entanto, mesmo com latente necessidade de habitação, aliada à previsão legal de competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (artigo 26, IX, CF), ao povo em situação de rua não se aplica, pois são esquecidos pelo poder público.

A referida ausência de ação governamental em defesa das pessoas em situação de rua configura desrespeito à Constituição Federal, como também, a Tratados e Acordos Internacionais dos quais o Brasil é signatário, dos quais cito: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no artigo 25, que afirma o direito a habitação como um direito fundamental de todos os indivíduos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1996), o qual afirma também que a moradia é um direito humano.

Portanto, entende-se que a moradia é um direito básico de todo e qualquer cidadão, contudo, não respeitado, o que deve ser rechaçado por todos os componentes da sociedade.

### **3.1 Atuação Social em favor do Cidadão em Situação de Rua: Consolidação do princípio da Fraternidade**

A fraternidade ficou evidenciada por ser um dos princípios da Revolução Francesa (1789), mas o que seria a fraternidade?

Para conceituar fraternidade, necessário se faz entender o sentido etimológico desta expressão. O referido princípio significa “ver o outro como irmão”, frater derivado do latim irmão, o que por motivo obvio impõe a rejeição a indiferença a qualquer indivíduo.

Presumível então, que a fraternidade seja uma ideia de empatia e de solidariedade sem contrapartida. Simplesmente ajudar por ele ser o outro igual a mim e que não pode ser esquecido pela situação que se encontra. Este princípio fora esquecido como ensina Baggio (2008) por não ter havido uma evolução como os outros princípios da Revolução Francesa.<sup>8</sup>

A fraternidade é retratada como instituto social e religioso, entretanto não como instituto jurídico, porém, já fora positivada na Carta Cidadã de 1988, ao lado dos outros princípios esculpidos na Revolução Francesa, sendo um ponto de equilíbrio entre a igualdade e a liberdade.

Apesar de ser um princípio esquecido entre os demais – liberdade e igualdade-, a Constituição Federal, no seu preâmbulo, impõe como uns dos valores supremos a

---

8 BAGGIO, Antonio Maria. **O Princípio Esquecido**. Ed. Cidade Nova, São Paulo, 2008. Trecho: “Liberdade e Igualdade conheceram, assim, uma evolução que as levou a se tornarem autênticas categorias políticas, capazes de se manifestarem tanto como princípios constitucionais quanto como ideias-força de movimentos políticos. A ideia de Fraternidade não teve a mesma sorte. Com exceção do caso francês, como princípio político, ela viveu uma aventura marginal, o percurso de um rio subterrâneo, cujos raros afloramentos não conseguiam irrigar sozinhos, a não ser esporadicamente, o terreno político. Enfim, o pensamento democrático a respeito da fraternidade manteve-se em silêncio” (BAGGIO, 2008, p. 8).

sociedade fraterna, isso não por acaso, mas com o fim nobre de empatia entre o povo brasileiro. *In verbis* o preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro (...) destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e **a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna (...)**. (BRASIL, 1988)<sup>9</sup>

Sedimentados nesses valores, necessário citar como exemplo de fraternidade social o pároco Júlio Lancellotti que é atuante na defesa dos Direitos Humanos há muitos anos, fundando em 1991, a Casa Vida I e anos depois a Casa Vida II, que acolhem crianças portadoras do vírus HIV (Vírus Imunodeficiência) ou com a Síndrome de Imunodeficiência adquirida (Aids), assim como é intenso na defesa dos menores infratores e da comunidade LGBT.

Além disso, é vigário do Povo de Rua, mais conhecida como Pastoral do Povo de Rua no Estado de São Paulo,<sup>10</sup> sendo que a referida pastoral atende inúmeros cidadãos, fornecendo-os agasalhos, alimentos, água e local para dormir.

Essa atuação social contribui para minorar as péssimas condições da população esquecida pelo poder público, cumprindo, pois, o preceito esquecido pela sociedade: a fraternidade.

## **4 | AUSÊNCIA DO PODER PÚBLICO EM POLÍTICAS DE REINserÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Política Pública é, em síntese, ações e programas criados e desenvolvidos por entes governamentais (União, Estado, Municípios, Distrito Federal) para cumprir os desígnios constitucionais e infraconstitucionais que visam efetivar o bem comum na sociedade.

A doutrina entende que as medidas são vinculadas ao poder legislativo, pois este formula as leis referente a determinada política e o Executivo planeja e aplica, e o judiciário realiza o controle.<sup>11</sup>

Em relação a população em situação de rua, a política pública é ínfima, pois sequer são componentes da pesquisa realizada pelo IBGE. A referida conduta enseja em subnotificação destes na sociedade.

Somente no ano de 2020 o Senador Fabiano Contarato apresentou o Projeto de Lei 4.498 de 2020, no qual determina que seja incluído dados a despeito da população em situação de rua no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>12</sup>

Porém, o referido projeto de lei não fora aprovado, o que invariavelmente ensejará

9 Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Preâmbulo.

10 <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2577-estou-do-lado-que-jesus-queria-que-eu-estivesse>

11 <https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>

12 <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/09/14/projeto-inclui-populacao-em-situacao-de-rua-no-censo-demografico-do-ibge>

na invisibilidade da população de rua frente as políticas públicas estatais.

Além disso, quando os entes não cumprem o determinado em lei e ainda prejudicam e criminalizam a pobreza como realizado na Cidade de São Paulo ao instalar pedregulhos abaixo dos viadutos e proibir a doação de valores aos pobres sob pena de multa, respectivamente, ensejam no restante da população o olhar de julgamento e preconceito.<sup>13</sup>

## 5 | DADOS OBTIDOS DA PESQUISA

Os dados mencionados nesta pesquisa observaram o censo do Sistema Único de Assistência Social (Suas) de 2019 – dados das secretarias municipais, como também o Cadastro Único vinculado a União.

Atualmente, é complexo afirmar a quantidade real de pessoas em situação de rua. Tal fato ocorre haja vista a complexidade de quantificá-los, todavia, é estimado que atualmente o Brasil possui 222 milhões cidadãos nesta situação calamitosa. Com essa situação, faz-se necessário observar a evolução maléfica da situação destes esquecidos.

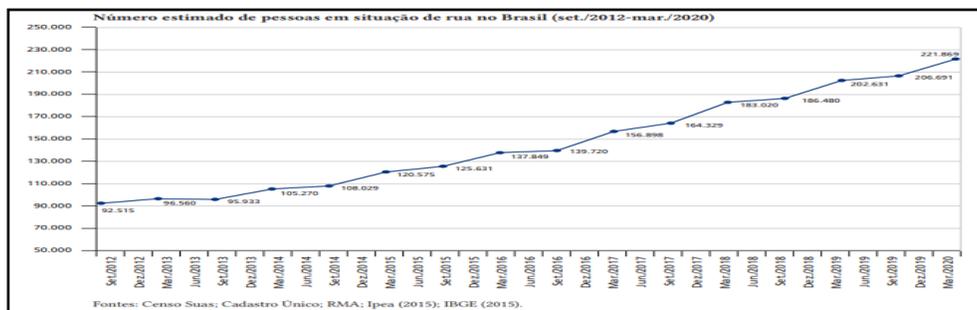


GRÁFICO 2: NÚMERO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.

FONTE: Censo IBGE 2015.

No Brasil, cerca de 81,5% das pessoas em situação de rua estão em municípios com população superior a cem mil habitantes, sendo divididos: Sudeste (56,2%), Nordeste (17,2%) e Sul (15,1%), conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.<sup>14</sup> Veja-se:

<sup>13</sup> <https://www.cartacapital.com.br/politica/prefeito-de-curitiba-preve-multa-a-quem-doar-alimentos-a-pessoas-em-situacao-de-rua/>

<sup>14</sup> População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19 (ipea.gov.br)

População em situação de rua, por região (set./2012-mar./2020)						
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Mar./2013	3.280	16.972	50.779	16.632	8.896	96.560
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Mar./2014	3.573	17.755	56.640	17.645	9.657	105.270
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Set./2015	4.178	26.767	64.049	19.708	10.929	125.631
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Set./2016	4.729	27.592	75.240	22.294	9.865	139.720
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Set./2017	5.901	25.917	91.652	28.574	12.285	164.329
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Set./2018	8.247	30.490	99.473	33.684	14.586	186.480
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Set./2019	7.706	35.396	117.248	31.763	14.577	206.691
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

Fontes: Censo Suas; Cadastro Único; RMA; Ipea (2015); IBGE (2015).

TABELA 1: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, POR REGIÃO.

FONTE: Censo IBGE 2015.

É necessário destacar o aumento da população na região norte, sendo que este aumento pode ser justificado pela questão migratória enfrentada por esta região<sup>15</sup>. Ante os números acima expostos, observa-se o exponencial crescimento dos números de pessoas em situação de rua, e que em sua maioria são negros, homens, os quais vivem nestas vulnerabilidades por diversas questões, dentre elas, problemas sociais, desprezo de familiares e por vícios nas mais variadas tipologias de drogas.

Nessa vereda, vistos os motivos e à ausência de políticas públicas estatais em relação à efetiva mudança à atual situação desastrosa, o que se entende é a continuidade do flagelo da população em situação de rua.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui realizados com as teorias, leis e estatísticas mostram que em pleno século XXI, com a existência da Carta Magna cidadã, o Brasil apresenta um dos maiores índices de pessoas em situação de pobreza extrema, especialmente em situação de rua em todo território.

Neste contexto, a discussão tentou responder duas questões problemas sobre o porquê da existência de pessoas em situação de rua mesmo com a existência de uma

<sup>15</sup> Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE | Economia | G1 (globo.com)

constituição que defende direitos iguais e o porquê que estes cidadãos estão invisíveis para a sociedade e para as políticas públicas, então estas foram respondidas com a explicação de que o sistema capitalista por meio da ideologia neoliberal tem como foco a economia, a qual está nas mãos de uma minoria que são privilegiada por ter riqueza e poder.

E a invisibilidade da sociedade para com as pessoas em situação é apenas a efetivação da ideologia capitalista neoliberal, na qual a maioria exclui os excluídos pelo sistema que a cada dia se fortifica em poderio ideológico e econômico.

Diante do exposto, a presente pesquisa alcança o objetivo de impulsionar a sociedade a olhar com empatia aos sujeitos em situação de rua, assim como faz o Pároco Júlio Lancelote no Estado de São Paulo, dando amor fraternal e condições para que eles possam usufruir ao menos dos direitos básicos, quais sejam: à alimentos, vestimentas, trabalho e moradia.

Sendo assim, a pretensão aqui é de instigar outras pessoas a pesquisar e clamar por políticas públicas para uma multidão que estão sem voz e vez, os cidadãos em situação de rua que passam diariamente fome, frio, desprezo, carência de carinho, de amor, de amizade e enfim de serem consideradas como pessoas importantes que são.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luana Padilha. COSTA, Samira Lima da. MARQUETT, Fernanda Cristina. **A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos**, no litoral do Estado de São Paulo. Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.23, n.4, p.1248-1261. 2014.

BAGGIO, Antonio Maria. **O Princípio Esquecido**. Ed. Cidade Nova, São Paulo, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº7.053, de 23 de dezembro de 2009.

COELHO PIRES, Cristiano. O Princípio da Fraternidade e Sua Inserção na Nova Ordem Constitucional Brasileira. Âmbito Jurídico, 2019. <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/180/o-principio-da-fraternidade-e-sua-insercao-na-nova-ordem-constitucional-brasileira/> .

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores: 2018**. Rio de Janeiro: 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em situação de rua: relatório do teste-piloto**. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2014.

INSTITUTO QUALIEST. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**. São Paulo: 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas de vulnerabilidade social dos municípios brasileiros**. Brasília: Ipea, 2015.

LEITE, R. B. **A Condição da População em Situação de Rua**. Editora CRV, Curitiba, 2020.

LEITE, Gisele. A derradeira lição de Zygmunt Bauman. *Jornal Jurid*, 2017. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/a-derradeira-licao-de-zygmunt-bauman>

Morador de rua queimado em São Paulo: Preso suspeito de atear fogo e matar morador de rua (uol.com.br)

NEGRI, Antônio. **O Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Antônio Negri; Tradução Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

NICHEL,; ET AL. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. *Rev. direito GV*, São Paulo, jul/dez 2011

ONU. Conselho de Direitos Humanos, 31º período de sessões. **Relatório da Relatora Especial sobre moradia adequada como componente do direito a um padrão de vida adequado e sobre o direito a não discriminação neste contexto**. Dez. 2015.

SANTANA, G. C. A.; RIBAS, L. M. “**Não dê esmola!**” **Controle e estigmas em relação à população de rua do bairro de Ipanema/RJ**. *Anais do TICYUrb’18*, Lisboa, 2018. SILVA, R. L. D.

LEITE, Gisele. A derradeira lição de Zygmunt Bauman. *Jornal Jurid*, 2017. <https://www.jornaljurid.com.br/colunas/gisele-leite/a-derradeira-licao-de-zygmunt-bauman>

## A ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: ANÁLISE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Data de aceite: 02/05/2022

### Cíntia Mara Vital Bonaretto

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Franca/SP  
<http://lattes.cnpq.br/7247604526553330>

### Clauciana Schmidt Bueno de Moraes

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP  
Rio Claro/SP  
<http://lattes.cnpq.br/3559496026857773>

**RESUMO:** Sob a perspectiva do *policy cycle* como ferramenta de análise de políticas públicas e considerando que os atores do sistema de justiça influenciam essas políticas, este trabalho objetiva caracterizar o perfil resolutivo delineado para o Ministério Público brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 e trazer à discussão as possíveis contribuições e dificuldades de uma atuação resolutiva para a implementação de políticas públicas que sejam mais efetivas, recorrendo-se, para tanto, à análise documental de três normativas que instrumentalizam a pretendida resolutividade: a Carta de Brasília, a Recomendação n. 54/2017 – CNMP e a Recomendação de Caráter Geral n. 02/2018 – CNMP. Com a construção de um quadro comparativo de diversos aspectos presentes nessas normativas, foi possível observar que o Ministério Público tem buscado redefinir seus parâmetros de atuação, pretendendo obter resultados que sejam mais efetivos e

resolutivos, preferencialmente não recorrendo à judicialização dos direitos. Também se identificou que a resolutividade almejada se orienta para a promoção da transformação social e para a geração de impacto social relevante, entretanto ela carece de referências e indicadores para se concretizar. Ainda se vislumbrou que esse paradigma resolutivo está em processo de formação, não estabelecido firmemente, e que, embora possa contribuir para fomentar a participação social e ampliação do acesso à justiça, esbarra em algumas dificuldades para o seu efetivo estabelecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ministério Público; resolutividade; *policy cycle*; políticas públicas; direitos fundamentais.

### THE RESOLUTIVE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN PUBLIC MINISTRY: ANALYSIS FOR THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** From the perspective of the policy cycle as a public policy analysis instrument and considering that the actors of the justice system influence these policies, this study aims to characterize the resolute profile outlined for the Brazilian Public Ministry from the Federal Constitution of 1988 and to bring to the discussion the possible contributions and difficulties of a resolute action for the implementation of public policies that are more effective, using, for that, the documental analysis of three regulations that instrumentalize the intended resoluteness: Brasília’s Letter, Recommendation no. 54/2017 – CNMP and General Recommendation no.

02/2018 - CNMP. With the construction of a comparative framework of several aspects present in these regulations, it was possible to observe that the Public Ministry has tried to redefine its parameters of action, intending to obtain results that are more effective and resolute, preferably not resorting to the judicialization of rights. Also identified that the intended resoluteness is oriented towards the promotion of social transformation and the generation of relevant social impact, however it lacks references and indicators to materialize. It was also seen that this resolute paradigm is in the process of formation, not firmly established, and that, although it can contribute to fostering social participation and expanding access to justice, it faces some difficulties for its effective establishment.

**KEYWORDS:** Public Ministry; resoluteness; policy cycle; public policy; fundamental rights.

## 1 | INTRODUÇÃO

Na medida em que é alçado como garantidor dos direitos fundamentais, o Ministério Público assume um papel importante para que as políticas públicas, engendradas para materializar esses direitos, cumpram seu papel adequadamente. De sorte que, em situações em que a inércia do Estado obsta a efetivação de um direito constitucional, ou que a política pública implementada é inadequada ou insuficiente para atender às necessidades da sociedade, o aparato legal se instala como instrumento de transformação social e resgate da dignidade humana. E isso ocorre, muitas vezes, através da intervenção do Ministério Público. A ingerência dos atores que integram o sistema de justiça pode ser interpretada como uma alteração dos limites das funções dos três poderes, mas ainda assim, é reconhecida como impactante nas políticas públicas (BARREIRO, FURTADO, 2015).

O Ministério Público, por sua vez, passa por um processo de redefinição de seus parâmetros de atuação, em que se tem delineado a priorização de uma atuação resolutiva (DAHER, 2018), com vistas a buscar soluções consensuais para os problemas e conflitos que obstaculizam a efetivação de direitos. Para tanto, a instituição prega que seus membros devem assumir o papel de agentes de transformação social, como interlocutores da sociedade em defesa das suas demandas, e fomentar a implementação de políticas públicas efetivas, representativas e transformadoras.

Essa necessidade de mudança do perfil de atuação institucional é vista como decorrente de um desdobramento natural, no intento de oferecer respostas mais satisfatórias aos problemas e demandas de uma sociedade complexa e mais exigente quanto aos resultados e à eficiência das instituições e serviços públicos (RODRIGUES, 2013-2014-2015).

Apreende-se das diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que a resolutividade pretendida se baseia na “resolução da irregularidade ou da deficiente proteção de direitos, com a produção de resultados concretos, e não apenas com a apresentação da demanda ao Judiciário” (DAHER, 2018, p. 11), fundando uma nova óptica de atuação “que esteja legitimada a proteger os direitos fundamentais e o Estado

Democrático e Social de Direito a partir de modelos de atuação alternativos à demanda judicial” (GORDILHO, SILVA, 2018, p. 85-86).

Com isso, alça-se a prevalência de uma atuação extrajudicial, que busque negociar soluções através da construção de consensos. E, quando for necessário recorrer ao Judiciário, que os membros do Ministério Público se coloquem como agentes processuais fomentadores de decisões justas (DAHER, 2018).

Para subsidiar o delineamento e a consolidação de um Ministério Público resolutivo, a Corregedoria Nacional, conjuntamente com as Corregedorias Gerais dos Estados e da União, firmou um acordo delineando intenções, e o CNMP emitiu recomendações e resoluções dispoendo sobre uma Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva e traçando princípios e diretrizes para orientar as unidades e os membros da instituição.

Diante do intento de redefinição dos moldes de atuação do Ministério Público brasileiro, este trabalho objetivou caracterizar esse novo perfil resolutivo e, especificamente, visou a discutir as possíveis contribuições e limites de uma atuação resolutiva para a implementação de políticas públicas que sejam mais efetivas.

## 2 | METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como exploratório e, sobretudo, descritivo, recorrendo à abordagem de natureza qualitativa para interpretar os documentos destacados para esta análise. Seu desenvolvimento ocorreu em três etapas, conforme representado na figura 1:



Figura 1 – Procedimentos e desenvolvimento da pesquisa.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

No primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos,

teses e dissertações em plataformas *online*, a partir da busca (e cruzamento) dos termos: Ministério Público; resolutividade; políticas públicas; e ministério público resolutivo. Com isso, buscou-se fixar as bases teóricas orientadoras da análise aqui proposta. Adotou-se como referência o modelo processual de políticas públicas, compreendidas como um ciclo dinâmico que se inicia com a percepção do problema e se segue para a definição de agenda, elaboração de programas, implementação e controle das ações (FREY, 2000). E admitiu-se a abordagem multicêntrica para o entendimento de políticas públicas, considerando-se, portanto, que elas podem ser engendradas por diversos atores, não sendo exclusivamente decorrentes da ação governamental (SECCHI, 2013).

Na segunda etapa, recorreu-se à análise documental de três instrumentos normativos que tratam da questão da resolutividade no âmbito do Ministério Público brasileiro, quais sejam: a Carta de Brasília, a Recomendação n. 54/2017/CNMP e a Recomendação de Caráter Geral n. 02/2018/CNMP. Realizou-se uma leitura guiada, a fim de apreender como é definido o conceito de resolutividade nesse contexto e quais os parâmetros indicados para a concretização de uma atuação resolutiva. Ainda, elaborou-se um quadro comparativo acerca do objeto de cada instrumento normativo, as diretrizes, o modo de atuação dos membros e o conceito de resolutividade.

Por fim, a terceira etapa consistiu na interpretação desses documentos à luz do referencial teórico adotado, a fim de discutir as implicações da resolutividade para a atuação ministerial e destacando possíveis benefícios, bem como as limitações, de uma atuação resolutiva no âmbito das políticas públicas.

### **3 I INTERVENÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A Constituição Federal de 1988 constitui um marco para a efetivação dos direitos fundamentais. Ao instituir os princípios normativos, delineou os moldes da atuação estatal e indicou os caminhos que os agentes devem seguir para desenvolver as atividades públicas (SANTIN, 2013). Tais direitos concretizam-se à medida que são implementadas políticas públicas efetivas e capazes de promover a dignidade humana e a transformação social. Nessa perspectiva, as políticas públicas se apresentam como instrumentos para a efetivação dos direitos constitucionais, sendo esses então a sua razão de existir.

Para a discussão que se apresenta, a adoção da abordagem multicêntrica de políticas públicas se mostra mais coerente. Desse modo, concebe-se esse conceito a partir de uma perspectiva ampliada, para além da ação governamental, considerando-se como política pública aquela que envolva o interesse público, seja ela praticada por entes governamentais, privados, organizações ou até por organismos transnacionais. Entretanto, embora para o multacentrismo a personalidade jurídica do ente não seja o fator determinante para definir uma política como pública, ele não nega o protagonismo estatal

nessa seara, ao reconhecer que a grande maioria dessas políticas são geradas dentro do aparato institucional-legal do Estado (SECCHI, 2013).

Considera-se a formação de uma política pública como resultado de um processo complexo, que pode ser pensado como um ciclo de fases sequenciais, evidenciando-se o caráter dinâmico das políticas públicas. Neste trabalho, adota-se como referência o *policy cycle* de Frey (2000), constituído de cinco fases:

**i. Percepção e definição de problemas:** envolve a atuação de diversos atores (públicos, privados, organizações) e questões políticas, que definem porque determinado problema é assim compreendido, diante de um inesgotável número de demandas sociais.

**ii. Agenda setting:** quando se decide quais problemas serão incluídos na pauta política. Tal decisão implica uma avaliação preliminar dos custos e benefícios das ações e das chances de que sejam aceitos na arena política;

**iii. Elaboração de programas e decisão:** envolve estudos para a escolha das ações mais apropriadas para enfrentar a problemática que se impõe;

**iv. Implementação:** refere-se à execução das ações definidas no programa ou projeto. Nessa etapa, é possível constatar que o resultado das ações nem sempre condiz com os impactos projetados nas fases anteriores; e

**v. Avaliação e correção da ação:** relativa à avaliação do impacto efetivo e os efeitos adversos e não previstos, verificando-se se os objetivos foram alcançados e, quando não cumpridos, redefinindo-se o plano e corrigindo-se as ações que se mostraram problemáticas ou ineficientes.

Na análise de políticas públicas sob essa perspectiva, o ciclo de políticas públicas se apresenta como um esquema de visualização que instrumentaliza a compreensão e o enfrentamento de um problema público. Ressalta-se que o *policy cycle* é interpretado como um tipo ideal constituído de fases sequenciais, mas que, na prática, observa-se que essas etapas podem ocorrer de forma linear ou não e que nem sempre os atores se atêm a essa sequência. Assim, mesmo que esse modelo puro nem sempre seja plenamente aplicado, o ciclo configura-se como uma relevante ferramenta de análise de políticas públicas (FREY, 2000).

A avaliação e correção das políticas públicas podem e devem ocorrer em diversas fases do ciclo, possibilitando promover adaptações dos programas e melhorias contínuas nesse processo. Essas ações podem culminar em três situações possíveis: (i) continuação da política, mediante o seu melhoramento; (ii) finalização da política (quando já cumpriu o seu objetivo, solucionando o problema que ensejou a sua existência) ou; (iii) elaboração de uma nova política, que atenda de maneira mais adequada à situação problemática (SERAFIM, DIAS, 2012).

Nesse cenário, insere-se também a atuação do Poder Judiciário e dos órgãos auxiliares da justiça, como o Ministério Público. O controle das políticas públicas exercido

por esses atores é concedido e justificado pelo alargamento dos direitos fundamentais e pela sua aplicabilidade imediata, trazidos pela Constituição Federal de 1988 (SARMENTO, 2010).

Observa-se que na dinâmica político-social brasileira é bastante recorrente a interferência das instituições de Justiça quando da ausência de uma política pública ou quando os serviços públicos prestados são ineficientes ou de má qualidade, ou ainda quando a política implementada é inadequada para as demandas que se impõem. Estejam envolvidos interesses individuais ou coletivos, é comum que os conflitos e demandas aportem no sistema de justiça para serem solucionados, devendo-se reconhecer que esse sistema interfere diretamente nas políticas públicas (BARREIRO, FURTADO, 2015).

Essa busca por intervenções do Judiciário objetivando a efetivação de direitos revela ao mesmo tempo uma sociedade mais consciente de seus direitos, organizada politicamente e mais exigente quanto aos resultados das políticas públicas; e uma crise de representatividade, em que em vez de se recorrer ao Executivo e ao Legislativo, volta-se para o Judiciário (RODRIGUES, 2013-2014-2015). Esse fenômeno pode ser interpretado como uma mutação dos limites das funções dos poderes públicos, em que se transfere para o Judiciário o que naturalmente era decidido em outras instâncias (BARREIRO, FURTADO, 2015).

Nesse contexto, o Ministério Público brasileiro desponta como representante da sociedade na defesa de seus interesses. Isso porque, com a Constituição de 1988, adquiriu uma nova feição, na medida em que lhe foi atribuída a missão de defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis. A partir de então, distancia-se da defesa dos interesses estatais e coloca-se ao lado da sociedade para a defesa de seus interesses, muitas vezes inclusive contra o próprio Estado (PAES, 2003), devendo “oferecer aos cidadãos novas formas de acesso à justiça” (GORDILHO, SILVA, 2018, p. 87).

Assim, o órgão ministerial passou a se instalar como um agente legitimado para mobilizar o direito em busca da efetivação dos direitos fundamentais e, por consequência, da concretização de políticas públicas, atuando em situações em que esteja envolvido o interesse público.

No entanto, para que efetivamente represente os interesses sociais, os membros do Ministério Público devem fomentar a participação social e a ampliação dos espaços de discussão, para que com isso seja possível compreender em maior profundidade os problemas e conflitos envolvidos, considerando que a percepção do problema é o que irá delinear a essência e os contornos da própria política. Mediante isso, é fundamental que a instituição direcione sua atuação de forma a contribuir para esse processo, o que de fato nem sempre ocorre.

Na literatura, é pacífico o entendimento de que o Ministério Público atua no controle de políticas públicas, com a fiscalização de sua implementação e observância da conduta dos

agentes responsáveis, em prol do interesse público. Essa atuação deve visar à verificação da adequabilidade da política quanto aos objetivos propostos, bem como supervisionar sua execução, a fim de que não ocorram desvios de finalidade tanto no âmbito do Legislativo quanto do Executivo. Entretanto, não há consenso sobre se, na prática, essa instituição seria capaz de impactar nas fases (i) e (ii) do *policy cycle*, ou seja, na identificação de problemas e definição de agenda (COELHO, KOZICKI, 2013).

Conforme previsão legal, a atuação ministerial não se restringe à esfera judicial. Embora tradicionalmente busque a força da jurisdição para a efetivação de direitos, essa não é a única via existente para sua atuação. Em razão disso, para exercer suas atribuições, o Ministério Público dispõe de um rol não taxativo de instrumentos extrajudiciais, a exemplo do inquérito civil, procedimento administrativo, recomendação administrativa, compromisso de ajustamento de conduta, audiência pública, dentre outros, que devem ser utilizados para o cumprimento de suas funções constitucionais.

#### **4 | NOVOS RUMOS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO**

Para a presente discussão, é importante ressaltar o entendimento que concebe a existência de dois sistemas de acesso à justiça: um por adjudicação (essencialmente pela via judiciária) e outro não judicial, que pode ocorrer por intermédio da atuação ministerial ou não (podendo também ser conduzido por outros atores).

Igualmente se faz necessário esclarecer a acepção de que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, é possível vislumbrar dois modelos de atuação do Ministério Público: o demandista (tradicional e processualista); e o resolutivo, com viés preventivo, com foco na efetividade dos resultados e na priorização da não judicialização das demandas (ALMEIDA, 2010).

Independentemente do paradigma seguido pelo membro, sua atuação pode ocorrer tanto pela via judicial quanto extrajudicial. O que significa que a atuação demandista, com viés mais reativo e reparatório, pode ocorrer em ambos os sistemas de acesso à justiça. Da mesma forma, uma atuação resolutiva, embora mais recorrente nos moldes extrajudiciais, também pode se delinear judicialmente, por meio de uma atuação que contribua para o alcance de decisões capazes de solucionar a problemática a que se referem, tendo em conta toda a complexidade que envolve o problema tratado.

Ressalta-se que esse modelo resolutivo é recente e está em construção e que seu surgimento pode ser compreendido como um intento de redefinir os parâmetros de atuação diante dos resultados muitas vezes insatisfatórios para as demandas sociais e perante a sobrecarga de processos judiciais. Decorre também da percepção de que as respostas oferecidas pelo Ministério Público, até então consistentes basicamente no ajuizamento de ações, não correspondiam suficientemente às demandas cada vez mais complexas da sociedade (GOULART, 2017).

Tal modelo baseia-se no perfil institucional afigurado pela Constituição de 1988 e na compreensão de que para cumprir sua missão constitucional, o Ministério Público precisa se adaptar, abandonando o padrão demandista e processual e assentando-se como um agente intermediador e pacificador social, em defesa dos interesses da sociedade. Sobre isso, Goulart infere que “o velho Ministério Público (pré-88) morreu, mas o novo Ministério Público, projetado na Constituição de 1988, ainda não se afirmou” (GOULART, 2009, p. 158) e ressalta que, apesar disso, o modelo tradicional ainda prevalece e segue transferindo para o Judiciário a incumbência de solucionar as conflituosidades sociais, o que acaba sendo pouco frutífero.

A questão da resolutividade passou a ganhar destaque em 2016, quando a Corregedoria Nacional em conjunto com as Corregedorias Gerais dos Estados e da União firmou o acordo conhecido como Carta de Brasília, com o intuito de modernizar o controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público e de fomentar a atuação resolutiva do Ministério Público brasileiro.

## **5 | AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS NORMATIVAS VOLTADAS À RESOLUTIVIDADE**

Na Carta de Brasília (CORREGEDORIA NACIONAL; CORREGEDORIAS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016) foram traçadas diretrizes estruturantes, bem como diretrizes para a atuação das corregedorias e dos membros dessa instituição, apoiadas no princípio da transformação social como orientador das instituições de acesso à justiça (inclusive o Ministério Público), especialmente no que se refere à proteção e à efetivação dos direitos e garantias constitucionais fundamentais.

Nela, reafirma-se a consagração dos dois sistemas de acesso à justiça já abordados e, com base nessa perspectiva, vislumbram-se os dois modelos de atuação do Ministério Público brasileiro, um que atua perante o Judiciário e outro fundamentalmente extrajudicial, inovando ao defender que o segundo modelo deve ser aprimorado e priorizado para efetivar a função resolutiva do órgão ministerial. Assim a condução da demanda ao Judiciário poderia ocorrer somente nos casos em que isso se mostrar realmente o caminho mais adequado.

Apreende-se que na Carta de Brasília a questão da resolutividade é abordada sob a óptica do princípio da transformação social, ao sustentar que a instituição deve se orientar para acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas públicas efetivadoras dos direitos fundamentais (CORREGEDORIA NACIONAL; CORREGEDORIAS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p.5). E sublinha que, para tanto, os membros devem assumir uma postura proativa, de modo a priorizar uma atuação preventiva, antecipadora de crises, e desenvolver a capacidade de diálogo e articulação, em ambientes que propiciem a participação social, a fim de buscar soluções consensuais e abrangentes, sobretudo através

da negociação, devendo atuar, portanto, como intermediadores da pacificação social.

Já a Recomendação n. 54/2017, do CNMP, apresenta a concepção de resolutividade relacionada à concretude de resultados socialmente relevantes, direcionada substancialmente à prevenção da violação de direitos, definindo a atuação resolutiva como:

aquela por meio da qual o membro, no âmbito de suas atribuições, contribui decisivamente para prevenir ou solucionar, de modo efetivo, o conflito, problema ou a controvérsia envolvendo a concretização de direitos ou interesses para cuja defesa e proteção é legitimado o MP, bem como para prevenir, inibir ou reparar adequadamente a lesão ou ameaça a esses direitos ou interesses e efetivar as sanções aplicadas judicialmente em face dos correspondentes ilícitos, assegurando-lhes a máxima efetividade possível, por meio do uso regular dos instrumentos jurídicos que lhes são disponibilizados para a resolução extrajudicial ou judicial dessas situações (CNMP, 2017, p. 2).

Assim, intenta-se converter a lógica de que o órgão ministerial busca apenas a reparação de danos ou a aplicação de sanções aos responsáveis pelo ilícito, característica do perfil demandista, para uma gramática que se oriente pela proatividade, ou seja, no sentido de prevenir a lesão ou a ameaça à concretização dos direitos fundamentais.

A referida recomendação dispõe sobre uma Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público Brasileiro e estabelece parâmetros para as intenções trazidas pela Carta de Brasília. Para isso, ostenta que o planejamento institucional deve se orientar para a ampliação da atuação extrajudicial, destinada à proatividade, à efetividade, à prevenção e à resolutividade e ressalta a importância de se instituir uma cultura institucional de geração de resultados socialmente relevantes. Todavia, não são fixados critérios objetivos para se aferir a almejada relevância social da atuação ministerial, revelando-se então uma intenção que ainda carece de referências e indicadores para se materializar. A referência à utilização de indicadores para acompanhamento das ações e aferição dos resultados passou a incorporar as orientações institucionais somente a partir de 2018.

Essa recomendação indica ainda que o planejamento nacional é guiado para a defesa dos direitos fundamentais, para a transformação social, para a indução de políticas públicas e para a diminuição da criminalidade e da corrupção. Salienta-se que essa intenção de agir como indutor de políticas públicas revela uma mudança de perspectiva na atuação ministerial, a qual tradicionalmente se pauta na fiscalização e controle de políticas públicas, com viés mais demandista e reativo.

Sobre isso, há uma interpretação que considera que o Ministério Público pode utilizar, além dos instrumentos jurídicos e administrativos já conhecidos, outros mecanismos atípicos, “tais como acordos de pactuação com o poder público sobre a implementação de políticas públicas, projetos sociais e institucionais, reuniões coletivas” (ALMEIDA, 2017, p. 59), mesmo que não previstos em lei.

Vislumbra-se essa mudança como um possível intento de recolocação dessa

instituição no campo das políticas públicas. No entanto, a sustentação do Ministério Público como indutor de políticas públicas representa uma questão bastante controversa, considerando-se que elas são decorrentes “de um processo complexo, que envolve tempo e mobilização de equipamentos e recursos públicos que são alheios tanto à vontade ministerial quanto ao poder jurisdicional” (COELHO, KOZICKI, 2013, p. 376).

O terceiro documento analisado, a Recomendação de Caráter Geral n. 2/2018, do CNMP, dispõe sobre os parâmetros de avaliação da resolutividade e da qualidade da atuação dos membros do Ministério Público pelas Corregedorias Gerais dos Estados e da União, trazendo diretrizes e princípios para atuação dos membros e aferição dos resultados gerados. Esse documento fundamenta-se na necessidade de se aprimorar a atuação ministerial no sentido de gerar maior efetividade e impacto social positivo e, para isso, sustenta que é importante que se tenha conhecimento das políticas públicas e dos indicadores sociais relativos à respectiva área de atuação.

Sustenta que os membros também devem desempenhar suas funções em alinhamento com as metas, planos de atuação e planos estratégicos definidos pela instituição. E, para fiscalizar a qualidade dessa atuação, prevê a utilização de indicadores de resolutividade e, para aferi-la, as Corregedorias devem analisar, dentre outros critérios, o impacto gerado nos indicadores sociais, verificando se houve de fato uma melhoria nos índices relacionados.

No tocante à efetividade de sua atuação, infere-se que os resultados devem apontar para melhorias concretas dos serviços públicos oferecidos e, principalmente, desenvolver condições para que os resultados sejam capazes de elevar os patamares de qualidade de vida. Todavia, para que isso seja possível, seria necessário um conhecimento aprofundado da realidade social, ou seja, a compreensão dos diversos aspectos e relações que permeiam a problemática a ser enfrentada, bem como dos recursos (técnicos, financeiros, humanos etc.) disponíveis para se promover as intervenções necessárias.

O quadro 1 sintetiza as três normativas discutidas e apresenta de maneira comparativa seu objeto, diretrizes para atuação institucional, escopo da atuação dos membros e definição de resolutividade.

<b>Aspecto analisado</b>	<b>Instrumento Normativo</b>	<b>Disposições e observações</b>
Objeto	Carta de Brasília	Diretrizes estruturantes
	Recomendação 54/2017	Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do MP
	Recomendação 02/2018	Parâmetros de avaliação da resolutividade e da qualidade da atuação
Diretrizes para atuação	Carta de Brasília	Prevenção e proatividade
	Recomendação 54/2017	Proatividade, efetividade, prevenção e resolutividade
	Recomendação 02/2018	Alinhamento às metas, planos de atuação e planos estratégicos
Modo de atuação	Carta de Brasília	Negociação/ Intermediação da pacificação social
	Recomendação 54/2017	Indução de políticas públicas
	Recomendação 02/2018	Conhecimento de políticas públicas e de indicadores sociais
Conceito de resolutividade	Carta de Brasília	Associado ao princípio da transformação social (políticas públicas efetivadoras de direitos fundamentais)
	Recomendação 54/2017	Relacionado a resultados socialmente relevantes
	Recomendação 02/2018	Referente à maior efetividade e a impactos sociais positivos

Quadro 1 – Carta de Brasília X Recomendação n. 54/2017 X Recomendação n. 02/2018.

Fonte: elaborado pelas autoras, baseado em CGMP (2016) e CNMP (2017, 2018).

Compreende-se bem que as orientações da instituição apontam para que os membros atuem como mediadores e não como administradores públicos, no entanto, para salvaguardar que as decisões tomadas pelos responsáveis por delinear as políticas públicas sejam resolutivas de fato, impõe-se a indispensabilidade de assimilação da complexidade do problema e do contexto que o envolve, bem como do processo de implementação dessas políticas.

Apreende-se dos documentos ora mencionados que o CNMP busca instituir uma atuação mais engajada e não meramente fiscalizatória. Sobre isso, pontua-se que o papel desempenhado pelo promotor de justiça dependerá da forma como forem estabelecidos os deveres e obrigações a serem cumpridos, verificando se decorrem de um processo participativo, que envolve articulação e negociação, ou se o Ministério Público apenas assiste ao delineamento das soluções, ou ainda se tão somente impõe a adoção de medidas, sem considerar os inúmeros aspectos inerentes a esse processo.

Embora essas normativas não mencionem o estabelecimento de redes de políticas públicas, as diretrizes para uma atuação resolutiva poderiam ser interpretadas sob essa perspectiva. Essas redes consistem em mecanismos que possibilitam a distribuição e dispersão da tomada de decisões, da formulação e da implementação de políticas públicas entre diversos atores, sejam públicos ou privados (SCHNEIDER, 2005). Nesse sentido, considerando que as orientações institucionais vão na direção de que o órgão ministerial articule com os envolvidos e fomenta o diálogo e a negociação, poder-se-ia aproximar a resolutividade da dinâmica de funcionamento de redes de políticas públicas.

No âmbito institucional, são apontadas algumas barreiras estruturais para a aplicabilidade da resolutividade, as quais se referem às condições de trabalho dos membros e à deficiência de recursos humanos adequados (GORDILHO, SILVA, 2018). Vislumbra-se ainda como uma limitação o próprio princípio da independência funcional, segundo o qual o membro do Ministério Público atua conforme sua livre convicção pessoal, imune a pressões externas e internas, obedecendo a sua consciência e ao direito (GOULART, 2009). Embora alguns estudos argumentem que princípios como esse não podem impedir a eficácia social do órgão ministerial (ALMEIDA, 2010), na prática, essa autonomia dificulta o cumprimento de metas e objetivos institucionais e a realização da resolutividade pretendida.

Em contraponto, tem-se a interpretação do princípio da unidade, o qual justificaria a uniformidade de atuação dos membros da instituição em alinhamento aos planos estratégicos definidos, como correlacionado ao princípio da independência funcional. Nesse sentido, as prioridades e ações estabelecidas nesses planos, decorrentes da necessidade de o Ministério Público cumprir seus objetivos estratégicos, conforme imposição constitucional, não poderiam deixar de ser seguidas pelos membros sob o argumento da independência funcional. Assim, os membros seriam independentes para atuar perante as pressões externas e internas que possam obstaculizar o cumprimento da estratégia institucional, mas não para agirem sem observância ao planejamento institucional, em razão dos objetivos constitucionalmente definidos, os quais vinculariam sua atuação (GOULART, 2009). Entretanto, nem mesmo no campo teórico esse entendimento prevalece, apresentando-se com um nó para a realização da atuação resolutiva.

Já no âmbito das políticas públicas, conjecturam-se limites inerentes à própria complexidade do seu processo de implementação, por se considerar que nele estão envolvidos conflitos políticos e sociais. A definição de agenda reflete as disputas políticas e relações de poder embricadas à problemática que se visa a enfrentar, as quais determinam quais reivindicações e de quais grupos prevalecem sobre as de outros. Essa escolha envolve intencionalidades e valores, revelando as orientações do governo, na medida em que opta por abranger determinadas temáticas no seu planejamento orçamentário, enquanto não contempla outras (SERAFIM, DIAS, 2012). Diante disso, o Ministério Público somente poderia se inserir nessa etapa como ator político, não isento de interesses, mas que se guiaria unicamente em prol do interesse público, de modo a contribuir para mitigar

as assimetrias de poder e as desigualdades socioeconômicas e a promover a democracia participativa, tal como delineado na Carta Constitucional.

Conforme se apreende dos documentos analisados nesta pesquisa, o CNMP defende que a instituição, além de identificar os problemas e demandas, deve induzir políticas públicas. Considerando-se que o reconhecimento de uma situação enquanto problema político e social decorre de aspectos subjetivos (SERAFIM, DIAS, 2012), isso demandaria dos membros um conhecimento aprofundado sobre o contexto, a temática, as conflituosidades e os indicadores sociais relativos àquele problema. Ademais, entende-se como problemático o intento de colocar o órgão ministerial como indutor de políticas públicas, uma vez que induzir essas políticas seria interferir na definição da agenda.

Para que seja democrático, o reconhecimento de uma situação como um problema político deve ser resultado de um processo de escolha que envolva a participação dos diversos grupos interessados e um amplo debate em torno das demandas que se apresentam. Assim, para favorecer decisões mais democráticas, o Ministério Público poderia atuar como mediador. E, para tanto, precisaria trazer ao debate os diversos grupos, organizações e entes envolvidos, de modo a possibilitar que mesmo os grupos menos organizados e com menos recursos tenham condições de acessar a justiça.

Nesse sentido, as orientações normativas traçam como diretrizes para os membros a “escolha correta dos ambientes de negociação que facilitem a participação social e a construção da melhor decisão para a sociedade” e a “construção de consenso emancipador que valorize os direitos e as garantias constitucionais fundamentais” (CORREGEDORIA NACIONAL; CORREGEDORIAS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016, p. 10), indicando a necessidade de uma formação multidisciplinar dos membros e dos servidores e destacando a importância de colocar em prática os diversos instrumentos para a atuação extrajudicial, especialmente as audiências públicas e projetos sociais. No entanto, para que isso se realize concretamente, seria necessária uma mudança na cultura institucional e um engajamento de todos os membros e órgãos da instituição, para atuarem na mesma direção, seguindo os objetivos estratégicos e planos de atuação definidos. Ademais, impõe-se a necessidade de definir parâmetros e indicadores objetivos para a avaliação da atuação dos membros e do impacto dela resultante.

Destaca-se ainda a importância da participação social no processo de elaboração de políticas públicas, para que essas sejam instrumentos efetivos da concretização de direitos, capazes de gerar mudanças e contribuir para a redução das assimetrias na sociedade. Para isso, é imperioso que sejam delineadas com base em um processo de gestão democrática, que possibilite a discussão dos problemas e soluções e que edifique propostas a partir de um diálogo constante com a sociedade. Nesse sentido, seria possível que o Ministério Público, atuando como mediador, contribuísse para a ampliação do debate e da participação social na formulação de políticas públicas. Todavia a concretização desse intento não é simples, tendo-se em conta que na realidade brasileira a gestão democrática

ainda é debilitada e considerando-se a grande complexidade dos problemas coletivos, que exige o diálogo com diversas áreas do conhecimento, para que então o Direito se realize como instrumento de justiça e de transformação social.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se as políticas públicas como instrumentos de efetivação dos direitos fundamentais definidos constitucionalmente, as quais resultam de um processo complexo que envolve a identificação de problemas e conflitos, relações assimétricas de poder, definição de ações coerentes e eficientes, disposição de recursos e avaliação constante dos resultados. Nesse contexto, a tipologia de *policy cycle* se mostra como uma importante ferramenta para a análise dessas políticas e sob tal perspectiva vislumbra-se que os atores do sistema de justiça se inserem nesse ciclo exercendo influência direta sobre elas.

Nesse sentido, observa-se que o Ministério Público, como defensor dos direitos sociais e individuais indisponíveis, tradicionalmente desempenha as funções de fiscalização e controle das políticas públicas, mas que, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passa por um processo de redefinição dos parâmetros de atuação, objetivando privilegiar um modelo proativo, preventivo e sobretudo resolutivo, que seja capaz de gerar impactos sociais concretos e positivos.

Diante do que foi analisado, vislumbrou-se que tal resolutividade pode contribuir para fomentar a participação social, o debate e a negociação, o que pode favorecer a ampliação do acesso à justiça e a obtenção de propostas de soluções consensuais e mais efetivas para a concretização dos direitos fundamentais. No entanto, as dificuldades para sua realização são relevantes e se referem notadamente (i) à complexidade do processo de implementação de uma política pública, o qual demanda a compreensão de diversos aspectos (contexto, atores envolvidos, conflituosidades, recursos disponíveis, conhecimento técnico sobre a temática, dentre outros); e (ii) a problemas estruturais, como a questão da independência funcional dos membros do Ministério Público, a qual possibilita que atuem sem observância ao planejamento estratégico institucional e aos planos de atuação delineados.

Ressalta-se que este estudo não esgota a análise das normativas que instrumentalizam a atuação resolutiva do Ministério Público e que a temática aqui abordada é bastante recente na literatura. Assim, entende-se necessária a realização de outros estudos que aprofundem o debate em torno da participação dos atores do sistema de justiça no âmbito das políticas públicas e especialmente do Ministério Público brasileiro, tendo em vista o movimento de mudança observado dentro dessa instituição e considerando sua relevância enquanto ator social e político.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.A. de. O Ministério Público no Neoconstitucionalismo: Perfil Constitucional e Alguns Fatores de Ampliação de sua Legitimação Social. In: CHAVES, C.; ALVES, L.B.M.; ROSENVALD, N. **Temas Atuais do Ministério Público**. A Atuação do Parquet nos 20 Anos da Constituição Federal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ALMEIDA, G.A. de. Teoria Crítica do Direito, o Acesso à Justiça Como Novo Método de Pensamento e o Ministério Público como uma Garantia Fundamental de Acesso à Justiça. In: SILVA, M.A.C. (org.). **Por um Ministério Público Resolutivo**. Salvador, p. 42-74, jul./2017. Disponível em: <[https://www.ampeb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Revista\\_Por\\_Um\\_MP\\_Resolutivo\\_v08.pdf](https://www.ampeb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Revista_Por_Um_MP_Resolutivo_v08.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BARREIRO G.S.de S.; FURTADO R. P. M. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 293-314, mar./abr. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rj/rap/a/QhFKxBfp3knh89dtDNwS3D/?format=pdf&lang=pt>> : Acesso em: 11 nov. 2021.

COELHO, S.R.; KOZICKI, K. O Ministério Público e as políticas públicas: definindo a agenda ou implementando as soluções? **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v.40, n. 130, p. 373-394, jun.2013. Disponível em: <<http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/302>>. Acesso em 19 jan. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Brasil. Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro. **Recomendação n. 54/2017**. Brasília, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Brasil. Dispõe sobre parâmetros para a avaliação da resolutividade e da qualidade da atuação dos Membros e das Unidades do Ministério Público pelas Corregedorias-Geais e estabelece outras diretrizes. **Recomendação de Caráter Geral n. 02/2018**. Brasília, 2018.

CORREGEDORIA NACIONAL; CORREGEDORIAS GERAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Brasil. Após amplos debates e discussões no procedimento de estudos instaurado pela Corregedoria Nacional com fundamento no artigo 2º da Portaria CN nº 087 de 16 de maio de 2016, em sessão pública ocorrida no dia 22.09.2016, no 7º Congresso de Gestão do CNMP, a Corregedoria Nacional e as Corregedorias-Gerais dos Estados e da União celebram o presente acordo, aprovando e assinando a carta com os considerandos e diretrizes abaixo no sentido da modernização do controle da atividade extrajurisdicional pelas Corregedorias do Ministério Público bem como o fomento à atuação resolutiva do MP Brasileiro. Acordo. **Carta de Brasília**, Brasília, 2016.

DAHER, L. **Ministério Público resolutivo e o tratamento adequado dos litígios estruturais**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, p. 156. 2018.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GORDILHO, H.J.S.; SILVA, M.A.C. Avaliando o novo Ministério Público resolutivo. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**. Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 85-99, jul./dez. 2018.

GOULART, M.P. Lineamentos do Ministério Público Resolutivo. In: SILVA, M.A.C. (org.). **Por um Ministério Público Resolutivo** Salvador, p. 42-74, jul./2017. Disponível em: <[https://www.ampeb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Revista\\_Por\\_Um\\_MP\\_Resolutivo\\_v08.pdf](https://www.ampeb.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Revista_Por_Um_MP_Resolutivo_v08.pdf)>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GOULART, M.P. Ministério público: estratégia, princípios institucionais e novas formas de organização. In: LIVIANU, R. (coord.) **Justiça, cidadania e democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 158-169. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/ff2x7/pdf/livianu-9788579820137-14.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PAES, J.E.S. **O Ministério Público na construção do estado democrático de direito**. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

RODRIGUES, J.G. Ministério Público resolutivo e um novo perfil na solução extrajudicial de conflitos: lineamentos sobre a nova dinâmica. **Justitia**, São Paulo, 70-71-72 (204/205/206), jan.-dez. 2013-2014-2015. Disponível em:<<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/35y8c7.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2021.

SANTIN, V.F. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. 2ª ed. São Paulo: Verbatim, 2013.

SARMENTO, D. A proteção judicial dos direitos sociais: alguns parâmetros ético-jurídicos. In: SARMENTO, Daniel. **Por um constitucionalismo inclusivo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 179-215.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERAFIM, M.P.; DIAS, R.B. Análise de Política: uma revisão de literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI** - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há mais de duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Segurança do Paciente no contexto da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, dentre outras. Coordena o *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde*, na Universidade de Pernambuco, com atividades iniciadas em 2016, ainda no formato de projeto de extensão, enquanto devolutiva do processo de doutorado, orientando discentes e Residentes na área de saúde em atividades de extensão universitária incluindo orientação de monitoria voluntária em cursos e eventos de extensão; desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, encontros, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS. Coordena o Ciclo de Estudos e Debates em Saúde Pública, atividade de extensão, que tem dentre os seus objetivos incentivar a produção acadêmica através de estudos, pesquisas e produção de textos com vistas à popularização da ciência e tecnologia. O *Programa de Extensão Saberes e Práticas no SUS: Discutindo Promoção da Saúde* atua nas seguintes áreas temáticas: Promoção da Saúde, Prevenção e Enfrentamento das Violências, HIV/AIDS no contexto do enfrentamento da Epidemia, Serviço Social e Políticas Sociais no Brasil; Saberes e Práticas nas Mídias.

## ÍNDICE REMISSIVO

### B

Branding territorial 61, 62, 63, 74, 75, 76

### C

Capacidades humanas 29, 30, 31, 33, 38, 39, 40

Capitalismo 81

Competencias ciudadanas 36, 37

Comunidade quilombola 43, 44, 45, 52, 54

### D

Desenvolvimento local 62

Desenvolvimento sustentável 1, 2, 3, 4, 5, 7, 14, 16, 77

Design 62, 63, 76, 77, 78

Design para territórios 63

Desigualdade social 81

Dimensiones en el ser humano 32

Direitos 7, 11, 14, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 106, 107

### E

Educación 29, 30, 31, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42

Emergência sanitária 1, 2

Escola básica 18, 19, 22, 24

Escravidão no Brasil 45

Escravos 44, 80

Estímulos sensoriais 57, 58

Estupros 45

### I

Identidade territorial 62, 75, 78

Ideologia dominante 80

Ideologia neoliberal 80, 89

Igualdade de gênero 1, 2, 7, 9, 11, 12, 14, 15, 17

Interdisciplinaridade 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28

## **M**

Manifestações culturais e religiosas 44

Meio ambiente 2, 3, 4, 16

Mulheres 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16

## **N**

Negros 44, 45, 66, 88

Novo coronavírus 2

## **P**

Pandemia 1, 2, 5, 6, 13, 14, 16, 17

Pessoa em situação de rua 79, 80, 81, 82, 83

Políticas públicas 3, 10, 12, 39, 79, 80, 84, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Prática docente 18, 19, 22, 24, 27

Práticas interdisciplinares 22, 24, 25, 27

Processo de trabalho 45

Professor 22, 23, 24, 66

## **Q**

Questão social 81

Quilombo 45, 66

## **S**

Sintomas físicos 59

Sintomas psicossomáticos 57, 58, 59

Sistema sensorial 56, 57, 58, 59

Sociedad 29, 30, 33, 36, 37, 38, 39, 41

## **T**

Trabalho interdisciplinar 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Transtornos de ansiedade e depressão 57

## **V**

Violência 1, 2, 7, 10, 12, 15, 45, 82

Violência doméstica 1, 2, 15

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

  
Ano 2022



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# PESQUISA INTERDISCIPLINAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

  
Ano 2022

